Universidade Estadual de Londrina

ELISABETH APARECIDA ALVES

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DE LONDRINA:

UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADANIA

Londrina
2018

ELISABETH APARECIDA ALVES

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DE LONDRINA:

UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profª. Drª. Ideni Terezinha Antonello.

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Alves, Elisabeth Aparecida.
A Participação Popular na Elaboração do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina: Uma Experiência de Cidadania / Elisabeth Aparecida Alves. - Londrina, 2018.
130 f. : il.

Orientador: Ideni Terezinha Antonello.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, , 2018.
Inclui bibliografia.

1. Participação Popular - Tese. 2. Planejamento Participativo - Tese. 3. Educação Cidadão - Tese. I. Antonello, Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. . III. Título.

ELISABETH APARECIDA ALVES

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DE LONDRINA: UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof.ª Drª. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____

Profª. Drª. Jeani Delgado Pascoal Moura
Universidade Estadual de Londrina – UEL

_____

Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Londrina, 26 de março de 2018.

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar por me fortalecer a cada dia. À família pelo amor incondicional! E aos amigos por serem anjos presentes em cada etapa

AGRADECIMENTOS

Neste momento final, minha conclusão é: sozinha eu não teria terminado. Portanto, aproveito esse espaço para agradecer.

Primeiramente nada seria possível sem ajuda de uma força sobrenatural chamada Deus, meu guia incondicional. Depois a minha família e neste momento lembrar-se das alegrias e tristezas deste período. Depois da euforia de ser aprovada no processo para o Mestrado esperando o início das aulas: primeiro problema passo por uma cirurgia, mas tudo estava dentro do cronograma as aulas só começariam em março de 2016. Durante a recuperação pós-cirúrgica meu irmão sofre um acidente e sem um adeus se despede para sempre, dois meses depois meu pai já acometido por uma doença grave parte também. Aulas iniciadas, trabalho, família e um cuidado especial com a minha mãe Aparecida eterna guerreira e minha fonte de inspiração, chegar ao fim deste trabalho é um misto de alegria e saudades.

Agradeço ao Valdecir pelas horas sem fim de ausência e pacientemente cuidou das nossas filhas Amanda e Maria Vitória a quem peço desculpas por todo o tempo indisponível a elas para que pudesse realizar as leituras, pesquisas e elaboração de textos, pelos passeios não realizados nesse período.

Agradeço à minha orientadora, Profª Drª Ideni Terezinha Antonello, por acreditar no meu trabalho e que eu concluiria esta pesquisa, pelo incentivo incondicional, e por indicar o caminho para o saber geográfico dentro de uma perspectiva participativa para a formação cidadã dentro do desenvolvimento do Plano Diretor.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação: Profª Drª. Jeani Delgado Paschoal Moura e a Profª. Drª. Léia Aparecida Veiga pelas excelentes contribuições que trouxeram um melhor desenvolvimento para este trabalho; assim como para os professores e professoras pelo aceite de convite para a defesa final: Profª Drª. Jeani Delgado Paschoal Moura, Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin, Prof. Dr. Márcio José Catelan e a Profª. Drª. Léia Aparecida Veiga, por dispensar atenção ao desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço as pessoas da Secretaria de Pós Graduação do Centro de Ciências Exatas que sempre me atenderam prontamente.

Aos amigos de percurso geográfico, também os agradeço: Ângela Bento, Fabiana, Maria Eunice, Márcia Arantes, Clarice, Marcela, Lilian e Vinícius (Cocada).

A quem já me socorreu em momentos de desespero total: Ana Flávia, Robertinho, Maria Eunice e José Alves Soccorro, meus sinceros agradecimentos.

As minhas amigas do CMEI Tião Balalão que me acolheram com tanto carinho.

Aos amigos do colégio Thiago Terra pelo incentivo e apoio em todos os momentos dessa caminhada: Adriana, Aline, Aparecido, Daniele, Eveline, Ivana, Jarbas, Joyce, Katia, Maria Angela, Mayra, Roseli, Suzete, Tarline, Vanusa.

Aos amigos das antigas “Só Nozes”: Arlete, Alexandre, Cristiane, Tikako, Hirak Ohara e Glauco, pessoas que amo e guardo no meu coração.

ALVES, Elisabeth Aparecida. **A participação popular na elaboração do plano diretor jovem participativo de Londrina** : uma experiência de cidadania. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O projeto do Plano Diretor Jovem iniciou seus trabalhos em 2006, e fez parte do relatório da participação popular do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (PDPML), em 2008. A comunidade escolar teve oportunidade de entender e refletir sobre o planejamento que, embora seja essencial para o desenvolvimento do município, já foi visto como de domínio exclusivo de engenheiros, arquitetos e urbanistas, entre outros profissionais. Esta investigação visa contribuir para o planejamento urbano de Londrina mediante a defesa da necessidade da participação popular adequada para a elaboração do Plano Diretor Municipal. Tendo em vista que o Estatuto da Cidade (2001) tem como premissa a leitura da realidade a partir da vida das pessoas em todas as regiões dos municípios brasileiros, neste caso específico as contribuições da participação popular para a elaboração da lei geral do Plano Diretor do Município de Londrina. O objetivo central dessa pesquisa foi analisar como o conteúdo planejamento urbano a partir da elaboração do Plano Diretor foi trabalhado no contexto pedagógico escolar no ensino básico nas escolas município de Londrina (PR), verificando como a participação dos alunos pode ser efetivada nas discussões da temática sob a perspectiva do planejamento e gestão da cidade, e se as propostas elaboradoras pelos alunos no processo de realização e elaboração do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL) foram incorporadas na Lei Geral do (PDPML, 2008). Esta pesquisa analisou a participação dos alunos presentes na conferência do Plano Diretor Jovem por meio das suas propostas para o município que envolvia área urbana e rural; fundamentou-se na revisão bibliográfica para formular a base teórica sobre a educação cidadã, planejamento participativo e autonomia para a construção de novos conhecimentos que contribuísse para a formação plena da cidadania pelos alunos. Como resultado verificou-se que as propostas apresentadas na Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL) foram contempladas nos objetivos e diretrizes da Lei Geral do Plano Diretor nº 10.637 de 24 de dezembro de 2008, e também foram incorporadas nas políticas públicas definidas para cada secretaria municipal e deveriam ser aplicadas durante a vigência do Plano Diretor, prazo de 10 anos a partir da sua aprovação. Verificamos que o projeto do PDJPL não teve sequência nos anos seguintes e que o mesmo não está contemplado na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina nos próximos dez anos 2018-2028.

Palavras-chave: Plano Diretor. Participação Popular. Planejamento Participativo. Educação cidadã.

ALVES, Elisabeth Aparecida. **Public participation in the preparation of the youth participatory master plan of Londrina:** an experience of citizenship. 2018. 130 p. Dissertation (Master's Degree in Geography) - Universidade Estadual de Londrina - Londrina, 2018.

ABSTRACT

The Youth Master Plan project began its work in 2006, and was part of the report on the public participation of the Participatory Master Plan of Municipality of Londrina (PDPML) in 2008. The school community had the opportunity to understand and reflect upon the planning, which despite being essential for the development of the municipality, was once seen as an exclusive domain of engineers, architects and town planners, among other professionals. This research aims at contributing to the urban planning of Londrina by defending the need for adequate public participation for the elaboration of the Municipal Master Plan. Taking into consideration that the City Statute (2001) has as principle the reading of reality from people's life in all the regions of Brazilian municipalities, in this specific case the contributions of public participation to prepare the general law of the Master Plan of the Municipality of Londrina. The main objective of the this research was to analyze how the urban planning content from the elaboration of the Master Plan was worked in the pedagogical context of basic education schools in the municipality of Londrina (PR), verifying how the participation of the students can be implemented in the discussions of the theme from the perspective of the city planning and management, and if the proposals elaborated by the students in the process of achievement and elaboration the Youth Participatory Master Plan of Londrina (PDJPL) were inserted in the General Law of (PDPML, 2008). This research studied the participation of the students who were present in the conference of the Youth Master Plan, through their proposals for the municipality which involved urban and rural areas; it was based on the bibliographic review to form the theoretical basis for citizen education, participatory planning and autonomy for the construction of new knowledge, which could contribute for the full formation of the citizenship by the students. As a result, it was confirmed that the proposals presented at the Londrina Participatory Youth Master Plan (PDJPL) were contemplated in the objectives and guidelines of the General Law of the Master Plan 10,637 of December 24, 2008 and were also incorporated into the defined public policies for each municipal secretariat and should be applied during the validity of the Master Plan, within ten years from its approval. We have observed that the project PDJPL had no sequence in the following years and it has not been contemplated in the review of the Municipal Master Plan of Londrina in the next ten years 2018-2028.

Keywords: Master Plan. Public participation. Participatory planning. Citizen education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição do Volume 1 63
Quadro 2 - Leis Aprovadas em 1998 64
Quadro 3 - Cronograma do Plano de Ação do PDJPL.....93
Quadro 4 - Sugestões de Atividades.....94
Quadro 5 - Paródia "Que Londrina é essa" - C. E. Maria José Balzanello Aguilera .97
Quadro 6 - Paródia "Londrina Let's Go!" - C. E. Maria José Balzanello Aguilera.....99
Quadro 7 - Segurança e palestras multidisciplinares - C. E. Profº Paulo Freire.....103
Quadro 8 - Ampliar a estrutura física - C. E. Albino Feijó Sanches.....104
Quadro 9 - Sinalização viária, segurança e reforma - C. E. Margarida Lisboa 104
Quadro 10 - Revitalização dos fundos de vale e saúde - E. M. Joaquim Vicente de Castro.....105
Quadro 11 - Efetivação da Agenda 21 - C. E. Doutor Gabriel Carneiro Martins.....105
Quadro 12 - Revitalização do Lago Cabrinha - C. E. Olympia de Moraes Tormenta.....106
Quadro 13 - Segurança e revitalização dos fundos de vale - C. E. Padre Wistremundo Roberto Perez Garcia 106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação nas pré-conferências e 1ª Conferência no PDPML de 2008 71
Figura 2 - Localização das escolas participante do Plano Diretor Jovem.....102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da participação do PDJPL.....101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDJPL	Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina
PDPML	Plano Diretor Participativo do Município de Londrina

SUMÁRIO

PRÓLOGO 14

1 INTRODUÇÃO 17

2 EDUCAÇÃO CIDADÃ E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO 21
2.1 FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO 21
2.2 Participação Social para a Cidadania 45

3 O PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DE LONDRINA – PDJPL 58
3.1 OS PLANOS DIRETORES DE LONDRINA – DO TECNICISTA AO PARTICIPATIVO 59
3.2 Experiências na Participação dos Jovens no PDJPL (Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina) 88
3.3 Considerações da Participação dos Jovens no PDJPL 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIA 119

ANEXO - Cartilha do Plano Diretor Jovem Participativo na Educação 122

PRÓLOGO

Este texto inicial discorre sobre as questões que fazem parte da minha trajetória pessoal e profissional, ligando a minha história de professora de Geografia no ensino fundamental e médio, na rede pública do Estado do Paraná, com a experiência como geógrafa no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), fazendo parte da equipe técnica municipal na revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, em 2008.

Durante a graduação tive a oportunidade de ser estagiária na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Londrina, onde pela primeira vez desenvolvi um trabalho técnico de Geografia, trabalho este que resultou no primeiro Atlas Histórico do Município de Londrina (2000).

A realização deste trabalho trouxe-me a possibilidade de fazer um estágio no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, criado em 1995, e que tinha no âmbito de suas funções elaborar o Plano Diretor de Londrina. Inicialmente trabalhei com a Geógrafa Angela Bento, em atividades pertinentes aos levantamentos e análises de dados da zona rural do município e que faria parte do Diagnóstico do Plano Diretor, aprovado em 1998. Em 1996, terminei a Licenciatura em Geografia e continuei matriculada para terminar o Bacharelado, o estágio havia chegado ao fim, como havia passado num concurso municipal para professora auxiliar de Educação Infantil, em 1995, fui cedida para a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento para dar sequência na elaboração do Atlas Histórico Municipal. Fiquei nesta secretaria até agosto de 2001, quando fui convidada para ser Gerente de Pesquisa no IPPUL, pelos trabalhos realizados, em 1996.

Em setembro de 2001, assumi a Gerência de Pesquisa e tínhamos muito trabalho para ser elaborada, principalmente a base de dados cartográficas que subsidiariam as questões ligadas ao planejamento municipal, bem como o planejamento urbano, o cruzamento das informações disponíveis para que efetivamente se tivesse uma visão do crescimento da cidade e as suas possibilidades de dar qualidade de vida aos seus habitantes.

Em 1998 o Plano Diretor foi aprovado com uma validade de 10 anos, mas naquele momento não houve participação popular, porque o Estatuto da Cidade ainda estava em discussão no cenário nacional, este só foi aprovado em 2001,

apesar da Constituição de 1988 que já indicava a importância da participação social nas políticas públicas.

Começamos a partir da aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a pensar como trazer a população para a discussão tão importante como o Plano Diretor, o qual deveria ser revisto em 2008. Os trabalhos iniciados precisariam ter uma base de dados confiáveis e deste então a equipe do IPPUL, trabalhou para efetivar as bases de dados, principalmente espacializando os dados coletados in loco, nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas Secretarias Municipais de modo a facilitar o entendimento dos cidadãos e cidadãs do município de Londrina.

No período de setembro de 2001 a junho de 2014 estive a frente da Gerência de Pesquisa, mas no ano de 2005, a Secretária Municipal de Educação permitiu a minha cessão ao IPPUL, condicionada à realização junto a Revisão do Plano Diretor de um projeto que envolvesse as escolas municipais no processo de discussão do Plano, neste momento nasceu o Projeto Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL), objeto dessa pesquisa.

Em 2004 fui convocada assumir uma vaga como professora de Geografia na Rede Estadual de Ensino no Estado do Paraná, concurso que estava para prescrever, inicia-se neste momento a minha experiência como professora da rede, e as questões do planejamento urbano, a cidade, o urbano, o lugar, o território, em fim conceitos cotidianos que trabalhavam com os meus alunos, mas as questões do planejamento urbano era um tema pouco debatido em sala de aula.

A solicitação para efetivar este trabalho foi feita em 2005, quando foi necessário desenvolver o projeto PDJPL para as escolas municipais. Como forma de manter a minha cessão para o IPPUL, vislumbrei a oportunidade de ir além da solicitação inicial, e juntamente com a equipe técnica municipal ampliamos os debates envolvendo a rede municipal, a rede estadual e a particular do município.

O projeto foi coordenado por mim e pela Pedagoga Patrícia Campana de Castro Fávaro, e tinha como objetivo principal envolver os alunos do ensino fundamental, do ensino médio e de educação de jovens e adultos a debater e a entender sobre a importância do Plano Diretor como norteador das políticas públicas voltadas ao planejamento da cidade e incluir a zona rural no processo de desenvolvimento sustentável, pensando nas futuras gerações do município, além de

democratizar a informação sobre os recursos municipais, estatuais e federais que podem ser pleiteados para o desenvolvimento municipal.

Depois da apreciação do projeto pela equipe técnica municipal, ele foi apresentado para a Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Ensino e para o Sindicato das Escolas Particulares de Londrina, com a avaliação positiva dos órgãos envolvidos iniciamos a divulgação do projeto em todas as escolas do município e que resultou numa participação de professores e alunos, com ampla divulgação de todas as etapas. Os dados deste trabalho estão disponíveis no site: *http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/plano-diretor-participativo-2008.html.*

A presente pesquisa está vinculada a este projeto que se constitui a partir da ampla participação dos estudantes, do município de Londrina na revisão do Plano Diretor Municipal, na qual farei as análises sobre a participação cidadã e como o tema planejamento urbano pode ser desenvolvido nas escolas em todos os níveis de ensino.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem sobre a participação popular está associada ao entendimento da noção de democracia que vai além da concepção elitista, que influenciou a sociedade brasileira a partir da metade do século XX, participação efetiva que pudesse intervir nos processos decisórios. No presente trabalho nos interessa colocar em destaque a participação popular na elaboração do Plano Diretor Participativo de Londrina (2008), especificamente a participação dos alunos da rede de ensino municipal, estadual e particular do município, como uma possibilidade de participação cidadã e autônoma, que tem como marco a aprovação do Estatuto da Cidade (2001).

O Estatuto da Cidade, foi aprovado em 2001, Lei nº 10.257, e regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988) referente à Política Urbana, constitui-se um dos maiores avanços da legislação urbanística brasileira. Ele apóia os municípios na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base em princípios que estimulam processos participativos de gestão territorial e amplia o acesso à terra urbanizada e regularizada, principalmente visando beneficiar os grupos sociais tradicionalmente excluídos. A partir de sua vigência, o planejamento territorial e a gestão urbana estão obrigados a garantir o Direito à Cidade para todos os que nela vivem, enfrentando os processos que impedem o acesso democrático aos benefícios da vida urbana, lutando pela moradia bem qualificada e pela justiça ambiental. Participação é um dos aspectos mais importante do processo coletivo de identificação de problemas e construção de soluções para o espaço urbano e rural do município.

O projeto do Plano Diretor Jovem iniciou seus trabalhos em 2006, e fez parte do relatório da participação popular do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (PDPML), em 2008.

A comunidade escolar teve oportunidade de entender e refletir sobre o planejamento que, embora seja essencial para o desenvolvimento do município, já foi visto como de domínio exclusivo de engenheiros, arquitetos e urbanistas, entre outros profissionais. Nesse sentido, esta investigação visa contribuir para o planejamento urbano de Londrina mediante a defesa da necessidade da participação popular adequada para a elaboração do Plano Diretor Municipal.

O Estatuto da Cidade (2001) tem como premissa a leitura da realidade a partir da vida das pessoas em todas as regiões dos municípios brasileiros, neste caso específico as contribuições da participação popular para a elaboração da lei geral do Plano Diretor do Município de Londrina.

O objetivo central dessa pesquisa é analisar como o conteúdo planejamento urbano a partir do Plano Diretor foi trabalhado no contexto pedagógico escolar no ensino básico nas escolas município de Londrina (PR), verificando como a participação dos alunos pode ser efetivada nas discussões da temática sob a perspectiva do planejamento e gestão da cidade, e se as propostas elaboradoras pelos alunos no Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL) foram incorporadas na Lei Geral do Plano Diretor (2008).

A metodologia para realização desta pesquisa consistiu na verificação na participação dos alunos presentes na conferência do Plano Diretor Jovem por meio das suas propostas para o município que envolvia área urbana e rural; fundamentou-se na revisão bibliográfica para formular a base teórica sobre a educação cidadã, planejamento participativo e autonomia para a construção de novos conhecimentos que contribuísse para a formação plena da cidadania pelos alunos.

Salienta-se que a investigação iniciou-se pela análise da aplicação do Projeto Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina, levantando informações sobre a efetiva participação dos alunos e professores e como essa proporcionou uma mudança no pensar a cidade.

Realizamos uma análise sobre os planos diretores do município antes e depois da aprovação do Estatuto da Cidade para comprovar se houve a participação popular em todas as etapas de elaboração a partir do relatório da Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo disponibilizado no site do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL.

Foram examinados os documentos disponíveis a fim de averiguar se as propostas elaboradas pelos alunos e aprovada em conferência fizeram parte da Lei Geral do Plano Diretor aprovada, em 2008, e ainda vigente no município de Londrina.

A pesquisa foi dividida em três fases. No capitulo 1 – Educação Cidadã e Planejamento Urbano, analisamos o papel da educação para a formação do cidadão autônomo/crítico, trazendo para o debate a importância do conhecimento das pessoas para sua formação, para se reconhecer como parte da sociedade. Essa

formação irá acontecer quando ele/ela tiver uma educação que o promova deixando-o expor as suas ideias, as sugestões e críticas a respeito do lugar que ele ocupa e seus problemas cotidianos.

A sua emancipação será uma forma de alicerçar o planejamento que ele/ela quer para o seu bairro, sua cidade. Ao perceber os problemas os atores sociais podem buscar participar ativamente das decisões expondo seus pontos de vista, dando sugestões, criticando para não deixar que outros tomem as decisões que podem não atender aos anseios do grupo que representam.

Levar a criticidade ao cidadão (ã) comum não é algo fácil, mas é extremamente necessária porque somente uma “pedagogia urbana” será capaz de fazer com ele/ela possa ativamente buscar o melhor para o seu dia a dia, a fim de evitar ser subjugados por não ter conhecimento da sua importância para definir do que é melhor para os seus bairros, fugindo das decisões tomadas de cima para baixo, para isto acontecer precisam conhecer a maneira de participar ativamente, seja por meio das associações de moradores, dos conselhos municipais, sindicatos, é fundamental que conheçam os canais de participação e se tornem participativos, para ter um planejamento urbano mais eficiente e eficaz.

A experiência do Plano Diretor Jovem será apresentada no capítulo 2 – Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina - PDJPL, no qual explicitamos o projeto e a elaboração do mesmo, demonstrando o quanto os jovens naquele momento fizeram a diferença na participação efetiva, que propuseram melhorias para os bairros localizados no entorno das suas escolas e que levaram com seriedade a oportunidade de dizer a gestão municipal o que eles desejavam para a construção de uma Londrina mais justa e adequada para todos. Trataremos também sobre os planos diretores existentes em Londrina, que gerou a participação dos jovens nesta temática sobre o planejamento urbano.

Analisamos as considerações sobre a participação dos alunos de todas as regiões da cidade inclusive da zona rural, que propuseram vários trabalhos e suas propostas fizeram parte do documento final levado para discussão na Conferência do Plano Jovem realizada para concluir o trabalho como a comunidade escolar do município de Londrina.

As considerações finais da presente pesquisa trataram das propostas dos jovens apresentadas, defendidas e votadas na conferência e se as mesmas fizeram parte do documento encaminhado pelo executivo para compor a Lei Geral do Plano

Diretor. Verificamos as informações disponíveis para a compreensão do trabalho realizado pela equipe municipal e se a participação dos alunos foi efetiva durante o processo de revisão do Plano Diretor (2008), analisando se o produto final estava compatível com a legislação federal – Estatuto da Cidade (2001), no que tange ao desenvolvimento urbano e rural do município.

Destacamos ainda a necessidade de articular, concreta e precisamente, a ação do governo junto à população e a comunidade estudantil, para que a participação popular ganhe maior eficácia. A limitação se deve em parte à complexidade em caracterizá-la de modo mais preciso (do ponto de vista social, econômico, político, cultural-imaginário) e pela dificuldade de desenvolver mediações para interlocução com esta população (formas e canais de participação, métodos de trabalho específicos e práticas de educação, cultura e informação associadas aos programas sociais e uso dos equipamentos públicos).

Por estas razões a socialização de algumas experiências positivas de participação popular, por meio do Plano Diretor Jovem Participativo do Município de Londrina, envolveu alunos da rede municipal, estadual e particular, contribui para a construção de uma educação cidadã propícia ao planejamento participativo e a formação humana para uma participação social para cidadania.

Ainda que o governo municipal seja, em geral, o ator de maior peso entre os atores municipais, não se pode subestimar a articulação das forças aliadas no legislativo, no movimento sindical, popular e estudantil em uma ação coordenada de que necessariamente devem participar todos os cidadãos e cidadãs.

Como resultado verificou-se que as propostas apresentadas na Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL) e também foram contempladas nos objetivos e diretrizes da Lei Geral do Plano Diretor nº 10.637 de 24 de dezembro de 2008, ou foram incorporadas nas políticas públicas definidas para cada secretaria municipal e deveriam ser aplicadas durante a vigência do Plano Diretor, prazo de 10 anos a partir da sua aprovação. Verificamos que o projeto não teve sequência nos anos seguintes e que o mesmo não está contemplado na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina 2018-2028.

2 EDUCAÇÃO CIDADÃ E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

O objetivo dessa seção é explicar como a educação pode emancipar o cidadão, ou melhor, como transformar alunos em cidadãos participativos sobre tudo nas questões urbanas nas cidades brasileiras.

Vamos discorrer sobre a importância da formação humana para a emancipação, o quanto a formação do cidadão faz diferença no seu pensar a cidade no seu lugar de vivência, situar-se no espaço e como pode modificá-lo a seu favor, a fim de viver melhor com mais qualidade de vida.

Analisaremos sobre a sua participação social e como esta pode evidenciar sua cidadania, conhecer o seu papel de cidadão para buscar mudanças locais a partir do conhecimento do seu direito à cidade.

2.1 FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO

Pensamos em trabalhar o planejamento urbano como parte dos conteúdos escolares na disciplina de Geografia como proposta de uma educação inclusiva capaz de pensar a cidade, lugar como espaço vivido e vivenciado pelas pessoas. Estas questões ficam mais explícitas quando o pensar a cidade se desvincula do espaço para as pessoas e seus laços afetivos que as fazem ser diferentes de outras da mesma cidade criando a sensação de pertencimento, para Santos (1993, p. 3)

> O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava às massas eram por demais sedutoras, e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada.

Muitos sabem que um espaço de lazer adequado faz falta para o seu desenvolvimento físico, emocional, humano e cultural, então não ter uma quadra poliesportiva, praças urbanizadas com equipamentos, campo de futebol disponível dificulta os encontros dessa juventude para práticas esportivas e de lazer, mas há também as questões da segurança pública.

Somente ter os espaços não será suficiente, porque os nossos jovens ficariam vulneráveis às ações de traficantes de drogas, à prostituição entre outros tipos de violências tão comuns em lugares instalados nos fundos de vales, sem iluminação adequada e segurança pública disponível. Estes lugares não poderiam

ser frequentados no período noturno, por exemplo, e durante o dia somente com acompanhamento de um adulto responsável, assim estes lugares ficam obsoletos, sem uso.

A aprovação do Estatuto da Cidade (2001) trouxe uma luz no quesito de participação para a população tentar adequar os seus bairros para que efetivamente fossem acessíveis a todas as pessoas, que trouxesse efetiva utilização dos espaços dentro do bairro. Santos (1993, p. 5) diz,

> A ideia de modelo cívico se inclui nesse novo tipo de preocupações. Mas um modelo cívico autônomo e não subordinado ao modelo econômico, como existe agora. Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão.

Notamos que deveria ser do homem a definição do modelo para viver e não ser definido pela economia, por um sistema de incentivo ao consumo. As pessoas deveriam escolher os locais adequados para implantação dos equipamentos sociais, destinados ao convívio comum. No modelo atual de planejamento, são os empreendedores que definem onde eles ficarão e via de regra não atendem aos anseios e necessidades dos cidadãos.

A participação popular é fundamental para a inserção das pessoas independentemente do tipo de bairro, pois demonstra seus anseios e necessidades suscitadas nas conferências de planejamento urbano. Lugares distantes da população estão fadados a ficar sem uso, criando espaços causadores de insegurança dominados pelo tráfico de drogas e pela rede de prostituição. Segundo Santos (1993, p. 5) afirma que:

> O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.

Nesse sentido como poderemos modificar a realidade da população, sobretudo as que habitam nas regiões periféricas das grandes cidades? Qual é o papel fundamental da sua formação humana em busca de uma vida melhor? Necessitamos, então pensar no papel fundamental da educação como libertadora a fim de modificar culturalmente as pessoas e o seu entorno.

Para Freire (1993, p. 7):

> Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério – isto é, quando as toma por sua significação real – se obriga, neste momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação.

O ponto de partida é incluir diariamente na escola, sobretudo no ensino de Geografia a discussão sobre o território e a condição sócio/cultural de cada indivíduo para esclarecer o seu papel de cidadão no planejamento da cidade, formar alunos críticos que consigam enxergar as discrepâncias que ocorrem nos bairros centrais e nos periféricos, e que de fato nem todos têm o mesmo direito a cidade, os equipamentos públicos não estão disponíveis para todas as pessoas porque a gestão da cidade é feita para atender aos interesses do capital, deixando os mais pobres distantes dos bens indispensáveis ao crescimento social e econômico.

> [...] O mesmo aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem. (SANTOS, 1993, p. 43)

Percebemos nos alunos a vontade de mudar o rumo do planejamento da cidade, quando tentam se fazer ouvir e dar voz as suas necessidades. É preciso acolher os anseios da juventude criando uma cultura de participação, proporcionado a eles o acesso às informações das discussões sobre o a gestão e planejamento da cidade.

Para Santos:

> A história do homem se faz, em todos os tempos, da sucessão de momentos, mais ou menos longos, de obscuridade e cegueira, e de momentos de luminosidade, onde a recuperação da consciência restaura o ser humano na dignidade de viver, que também é a busca e escolha de caminhos, visão resplandecentes no futuro, e não apenas prisão no cotidiano vivido como preconceito, isto é, nem presente subalternizado pela lógica instrumental. (1993, p. 52)

Santos (1993) considera a escola como uma fábrica de preconceitos, que cria no homem a submissão aos mecanismos de manipulação em massa, mas ela também pode ser um lugar de descobertas, isso vai depender se ele se recusa a ser manipulado ou seus comportamentos cotidianos o levam a pensar e a tomar o seu lugar no mundo, como pessoa que enxerga o que acontece a sua volta.

Para Freire (1993, p.11-12) em algum momento o homem reconhecerá o que está a sua volta e se posicionará a respeito, legitimando os seus interesses para ter uma vida melhor,

> [...] Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão.

Cabe aos professores, levar os alunos a pensar sobre o seu papel, sua participação no mundo e nas decisões que devem ter a respeito do lugar onde vivem. Acreditamos que as mudanças irão influenciar no modo de vida, pois as escolhas para uma cidade melhor para se viver também dependerá da participação efetiva da população na gestão urbana. O poder público não deve decidir sem a participação popular o que é melhor para todos, porque cada lugar tem suas especificidades e isto deve ser respeitado e incluído nas propostas de melhoria para os bairros, principalmente os periféricos.

Para Boaventura (2007) não existe uma cultura completa que dê conta da diversidade existente no mundo, por isso temos que nos comprometer para efetivarmos as mudanças na sociedade, a partir das experiências de vida de cada um. A educação tem este papel de não relativizar e captar as riquezas de conhecimentos prévios entre os seus educandos.

Precisamos romper a alienação para nos reconhecer como homens livres e não depender das decisões de outras pessoas, pois tomar consciência é uma maneira de se tornar livre. A alienação torna o homem escravizado no seu espaço de vivência, reduzindo a sua atuação como cidadão. Somente a mudança da sua percepção espacial é que poderá alcançar os limites, tornando-se seguro para propor mudanças para o lugar onde vive e onde seus laços afetivos estão instalados. Santos (1993, p. 59) coloca que,

> No mundo de hoje, cada vez mais as pessoas se reúnem em áreas mais reduzidas, como se o habitat humano minguasse. Isso permite experimentar, através do espaço, o fato da escassez. A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos.

Nas áreas periféricas isto ocorre com mais frequência porque não há espaço para a implantação de todos os equipamentos necessários, então a população

improvisa as praças, quadras poliesportivas, campos de futebol, normalmente nos fundos de vales, distantes e inseguros, os quais sem uso ficam abandonados.

Que tipo de educação será capaz de transpor os muros, as amarras sociais? Vivemos num mundo imediatista, como adequar o modo de vida das pessoas para que participem e analisem a vida, o espaço, o lugar.

Para Adorno:

> A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento – que não são acidentais – e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos na história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. Esta, porém seria uma tarefa que diz respeito às características do objeto, da formação social em seu movimento, que são travados pelo encantamento, pelo seu feitiço. Por isto a educação, necessária para produzir a situação vigente, parece impotente para transformá-la. (1995, p. 12)

Conhecer as formas de disposição da implantação dos equipamentos públicos por parte da população é o viés necessário para se fazer ouvir dentro do processo político de participação. A criação das associações de moradores é uma forma de discutir as necessidades de cada bairro e buscar junto da administração as formas de suas necessidades básicas como habitação, educação, saúde, transporte, cultura, lazer, segurança, emprego a serem atendidas.

> Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço), independentes de sua própria condição. (SANTOS, 1993, p. 81)

Se a localização do homem no território irá influenciar na maneira como vive, então ter conhecimento do lugar fará diferença na busca de uma qualidade de vida melhor. Isso vai ocorrer quando ele se conscientizar do papel fundamental que exerce, quando se tornar livre por completo, cidadão efetivo sem alienação. Para Santos (1993, p. 91) “Estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado”.

Nesse contexto a informação dos lugares é de suma importância, os agentes

públicos não sabem de fato a realidade das pessoas nas periferias das cidades e propõem adequações para os lugares que não atendem as necessidades básicas dos seus moradores.

A população precisa levar ao conhecimento de todos a sua realidade e isto só acontecerá por meio da sua participação efetiva nas discussões que ocorrem acerca do planejamento da cidade. Os seus interesses precisam ser divulgados para que o poder público cumpra as metas para atendê-los de maneira equitativa no âmbito da cidade. Para Freire (2017, p.29) “Ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do povo sem política do povo”.

É preciso lembrar que as pessoas têm conhecimentos prévios e se relacionam com o lugar onde vivem. Dessa forma existe uma política e uma cultura popular mesmo que, muitas vezes, inconsciente seus habitantes vivem uma política e um cultura local diariamente, através da falta de planejamento que adéque os equipamentos públicos para atender as necessidades dos seus moradores.

Segundo Freire:

> Não tem ingenuidade de supor que educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impedem o homem a ir adiante. (2017, p. 29)

O homem consciente por meio da educação poderá criar possibilidades para alcançar seus objetivos, tudo ainda dependerá do meio em que ele vive que pode propiciar ou não o avanço das fronteiras das contradições humanas para ir adiante ou não.

Não devemos acreditar que sozinha a educação mudará os rumos da vida das pessoas, mas ela certamente influenciará diretamente nesta tomada de consciência do cidadão. Apreender que faz farte do contexto histórico, social, cultural e político da cidade, e por isso, os cidadãos precisam ser ouvidos, para ter suas necessidades básicas atendidas pelo poder público.

> A educação já não diz respeito meramente à formação da consciência de si, ao aperfeiçoamento moral, a conscientização. É preciso escapar das armadilhas de um enfoque “subjetivista” da

> subjetividade na sociedade capitalista burguesa. A “consciência” já não seria apreendida como constituída no plano das representações, sejam ideias oriundas da percepção ou da imaginação, ou da razão moral. (ADORNO, 1995, p. 16)

Verdadeiramente precisamos ir além, para transformar a classe trabalhadora num movimento participativo, que busca melhor qualidade de vida para si e para os outros, capaz de mudar a sua cultura. Isto irá ocorrer quando fizerem parte desta sociedade efetivamente, tomando posse da sua posição cidadã, levando o seu conhecimento da realidade que precisa ser mudada ao poder público e cobrando que sejam providenciadas as melhorias necessárias para se viver com mais qualidade.

A desumanização é real e provoca no homem um sentimento de busca da liberdade, do ser concreto que possibilita sua a inclusão no mundo real. Tanto a humanização quanto a desumanização são possibilidades para o homem que podem ser conscientes ou não da posição social, econômica ou política. Freire (2017, p.40), afirma que

> Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de lutas dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.

Como despertar nos homens este anseio pela humanização que liberta do opressor, das injustiças, se não mediante as lutas do conhecimento, papel da educação na vida das pessoas, principalmente dos jovens, adolescentes e crianças. Mas há de ser uma educação que liberta das amarras da sociedade, focada nas experiências, nas vivências de cada um resguardando a essência humana intrínseca a cada pessoa. Fundamentamos em Freire (2017, p. 41) quando diz que a luta pela humanização é constante,

> A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser “menos”.

Precisamos conscientizar o homem do seu papel na sociedade, tornando-o

livres para buscar qualidade de vida seja na área urbano ou rural. Podemos utilizar a educação através do ensino de Geografia, trabalhar o homem e suas relações com o espaço geográfico, as suas identidades com o lugar e dar a ele a possibilidade de sentir-se parte deste ambiente, que deverá ser uma prática diária para libertá-lo da opressão social em que vive. Para Freire (2017, p. 42), “A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplicas. E vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transforme o mundo”.

Nesse sentido precisamos levar os homens a ter consciência do poder que emana das suas mãos e que a sociedade depende do seu trabalho para se manter, a educação pode ser o caminho para se aprender a tomar decisões para sua libertação.

A população carente destituída de qualidade de vida não são livres pensadores e sofrem um dilema existencial, porque não fazem parte da sociedade, apesar de possuírem o direito à cidade, não se reconhecem como cidadão de direito elementares para a sua sobrevivência. Para se libertar é necessário reconhecer-se oprimido, para então buscar a libertação de seus opressores.

O que a sociedade vive hoje é de fato a opressão, e os homens precisam transformar esta realidade, então libertar-se é preciso para mudar os rumos da humanidade, transformando a reflexão em ação libertadora.

> A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela. (FREIRE, 2017, p. 52,53)

Transformar a população através da conscientização cidadã, levá-la a participar das decisões é um processo longo e vai depender de quanto cada um está envolvido no objetivo de modificar a realidade vivida e buscar mudanças que permitam ser efetivados como membros sociais, tornando-se crítico.

> [...] É que o opressor sabe muito bem que esta “inserção crítica” das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ela interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de “imersão” em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como “situação limite” que lhes parece intransponível. (FREIRE, 2017, p. 54)

Precisamos transpor esta realidade e a educação pode ajudar a inserir as massas oprimidas no contexto social, e sair da situação limite para alcançar um patamar possível da realidade vivenciada, participar das decisões urbanas para criar um lugar adequado para se viver, esse é o papel fundamental da educação, que seja capaz de transformar vidas, pessoas e lugares.

Então a educação tem o papel de emancipar as pessoas, ou seja, trazer a possibilidade de exercer as suas vontades, escolhas estas que vão acontecer somente por meio da conscientização do seu papel de cidadão de direito, o conhecimento e aprendizado sobre o seu mundo pode fazer a diferença nas suas tomadas de decisões. Para Adorno (1995, p. 169):

> A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em servir de seu próprio entendimento.

Essa educação emancipatória é difícil de ver nas salas de aulas, onde os professores por meio da transmissão de saberes e a obrigatoriedade de seguir o currículo desestimulam os alunos a buscar novas alternativas para uma vida melhor, um lugar apropriado para viver.

Discutir planejamento urbano é uma alternativa para fazer com que os alunos se sintam parte da cidade, ao lutarem para terem suas vozes ouvidas pelos gestores. Parte do problema da educação está legislação que não permite de certa forma que os educadores tornem os seus alunos pensantes e críticos. Trazer o tema planejamento urbano, discutir a cidade e seus problemas é uma tarefa necessária para todos os educadores, para poderem revelar em sala de aula que fazemos parte da cidade e precisamos lutar por um lugar adequado para todos.

A experiência da sua formação deve ir além dos bancos escolares, é preciso apresentar o modo de vida, como trabalha, o seu dia a dia, para que isto faça a diferença quando discutir a cidade, se tornar emancipado significa saber o que é melhor para os seus bairros em termos de infraestrutura, cada um possui conhecimentos prévios que precisam ser conhecidos e então buscar as devidas mudanças. Adorno (1995, p. 19) coloca que “A formação que por fim conduziria à autonomia dos homens precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e na

relação com a natureza”.

> [...] As relações sociais não afetam somente as condições da produção econômica e material, mas também interagem no plano da “subjetividade”, onde originam relações de dominação. Ao lado da identificação entre ciência e forças produtivas, já assinada, a integração social das classes trabalhadoras, a manipulação das massas no nazi-facismo e a expansão das sociedades consumistas seriam exemplos concretos dessas formas de dominação. (ADORNO, 1995, p. 19)

A dominação social é antiga, ou seja, histórica na vida do homem, então como torná-lo consciente da sua condição e fazê-lo autônomo nas suas decisões? É preciso trazer para a discussão e análise o papel efetivo da educação na vida das pessoas, pois somente o homem consciente pode se tornar cidadão de direitos e deveres efetivamente.

Vivemos então numa pseudodemocracia, não só no Brasil, mas, sobretudo nos países em desenvolvimento onde as pessoas são induzidas ao consumo exacerbado, a escolher este ou aquele político como seu representante que não o representa, ao contrário tira seus direitos e os coloca à margem da sociedade em lugares periféricos sem acesso aos equipamentos mínimos.

Nesse sentido a educação é o caminho senão o único a mudar o rumo da história da humanidade, principalmente os moradores das periferias que excluídos do processo de escolha estão vivendo em condições precárias sem equipamentos urbanos técnicos e sociais.

Precisamos trazer para a mesa de discussões a temática social para edificar uma cidade que comporte os seus moradores, oferecendo qualidade de vida para todos. Participar das decisões desde as associações de moradores é preciso se fazer ouvir, então precisamos criar uma cultura de planejamento, participativo, no qual o cidadão poderá lutar para a concretização dos interesses coletivos no seu espaço vivido. Isto poderá ocorrer na escola através de educadores comprometidos com a discussão da temática para além da sala de aula. Para Freire (1993, p.25) “[...] O educador, a serviço da libertação do homem, dirigiu-se sempre às massas mais oprimidas, acreditou em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica”.

É necessário criar um processo educativo que traga o conhecimento, a experiência de cada um, independentemente da condição social, afinal todos são portadores de algum conhecimento, que precisa ser lapidado para ir além do que se

vê principalmente no ambiente escolar onde na sua maioria são reproduzidos conceitos de dominação que não os levam a liberdade plena.

> Evidentemente a isto corresponde uma instituição escolar em cuja estruturação não se perpetuem as desigualdades específicas das classes, mas que, partindo cedo de uma superação das barreiras classistas das crianças, torna praticamente possível o desenvolvimento em direção à emancipação mediante uma motivação do aprendizado baseada numa oferta diversificada ao extremo. (ADORNO, 1995, p. 170)

O processo educativo precisa ser revisado, afinal os alunos precisam ter conhecimentos múltiplos, que interajam e não em caixas separadas como se não tivessem ligação entre si. Incentivar o processo educativo é, sobretudo melhorar a auto-estima dos alunos fazendo com que sintam parte de todo o processo vivenciado na escola, no lugar onde vivem, emancipando-os do pré-conceito, transformando as suas vivências em experiências capazes de superar as condições de precariedade que estão submetidos, isso não tem nada haver com talento individual, mas sim com conhecimento coletivo.

> Assim, a própria ciência revela-se em suas diversas áreas tão castrada e estéril, em decorrência desses mecanismos de controle, que para continuar existindo acaba necessitando do que ela mesmo despreza. Se tal opinião for correta, implicará a demolição desse fetiche do talento, de evidente vinculação estreita com a antiga crença romântica na genialidade. (ADORNO, 1995, p. 172)

O talento existe, mas as pessoas são capazes de desenvolver o seu conhecimento, tudo vai depender do estimulo que tem, devemos fazer nossos alunos pensar, analisar a situação em que vivem para ter a possibilidade de fazer escolhas para melhorarem a sua vida, e o conhecimento é a chave para esta mudança.

Freire (1993) diz que são relações do homem com a sua realidade o capacita em criar e recriar, tomar decisões, dominar, dinamizar e temporalizar o espaço vivido colocando-o com ser preponderante na história da sociedade, e desta forma pode ver e rever seus desafios diários como uma maneira de seguir adiante e emancipar-se.

> Contudo, o que é peculiar no problema da emancipação, na medida em que esteja efetivamente centrada no complexo pedagógico, e que mesmo na literatura pedagógica não se encontre esta tomada de posição decisiva pela educação para a emancipação, como seria de

> se pressupor - o que constitui algo verdadeiramente assustador e muito nítido. (ADORNO, 1995, p. 172)

Esta colocação de Adorno, nos leva a pensar porque a educação como emancipação é assustadora? Certamente porque pessoas emancipadas não aceitarão ser manipuladas e imprimirá os seus desejos lutando por eles, farão de tudo para serem ouvidas, e sua voz ecoará na sociedade como um pedido, ou melhor, uma ordem que deve ser respeitada.

A educação tem funcionado em muitos casos como mecanismo de dominação das massas, uma vez que os conteúdos são trabalhados de maneira geral, sem se preocupar em formar um ser pensante. Para o governo e para as elites dominantes as pessoas cultas são mais resistentes às mudanças e certamente criarão dificuldades para a implantação de projetos que não atendam as demandas necessárias para população. Quando pensamos em planejamento urbano participativo essa condição de uma sociedade passiva perante as diretrizes impostas pelo poder do capital (imobiliário e financeiro) se enquadra perfeitamente.

Emancipar não traria benefícios para classe política brasileira, porque como eles iriam responder a uma população periférica exigindo os seus direitos à cidade? De morar adequadamente, ter livre acesso para frequentar os shoppings, ter segurança que possibilite usar todos os equipamentos urbanos disponíveis? E principalmente que tudo pudesse estar pertinho de casa nas condições ideais?

É neste sentido que Estatuto da Cidade (2001) traz a participação popular como linha mestra para adequar o direito à cidade para todos os brasileiros e precisamos muito disseminar a cultura de participação para o planejamento urbano eficiente para todos e todas, trazer para o debate as necessidades de cada bairro, porque cada um tem peculiaridades diferentes.

Essas discussões deverão ser levadas para o poder público que tem obrigação legal de ouvir e resolver os problemas como saúde, educação, cultura, lazer, segurança, geração de emprego e renda, moradia digna, transporte coletivo entre outros pontos que deverão ser levantados pela população nas conferências para a revisão dos planos diretores municipais.

Mas, como fazer estas pessoas participarem do processo de planejamento? Precisamos levar o conhecimento da importância da participação, a população precisa falar das suas necessidades e ser ouvida. Criar uma cultura de participação

na escola, nas associações de moradores, nas igrejas, enfim fazer valer a prerrogativa da legislação emancipando o cidadão de modo que eles digam o que precisam e qual a melhor forma de realizar os seus desejos, atender as suas necessidades de uma qualidade de vida digna. Segundo Adorno (1995, p. 175) “[...] será que o ser humano nunca será autônomo, não terá capacidade de decidir por si, sempre dependerá dos outros?”

É necessário preparar as pessoas para o debate, então à escola pode ser o local para se criar a cultura de participação ativa e efetiva, ninguém melhor que o morador para identificar os problemas que ele vive diariamente. É preciso participar para contrapor a visão de um técnico que vive em outra realidade e quer decidir o que é melhor para este ou aquele bairro.

Tal atitude do poder público é uma forma de dominar as pessoas mais pobres com promessas vãs e que nunca irá efetivá-las, não vivem os problemas diários e as soluções apontadas pela prefeitura não atenderá as necessidades mais básicas da população local. Para Adorno (1995, p. 180)

> Esta combinação entre preparação imediata e horizonte de orientação é algo que na prática ainda falta a toda nossa formação profissional e que eu considero tão importante porque, num mundo como o nosso, o apelo à emancipação pode ser uma espécie de disfarce da manutenção geral de um estado de menoridade, e porque é muito importante traduzir a possibilidade de emancipação em situações formativas concretas.

Os profissionais da educação têm dificuldades para emancipar seus alunos, porque os currículos básicos muitas vezes não permitem que certos conteúdos possam ser debatidos em sala de aula com maior profundidade, devido ao tempo e o número de aulas na turma ficam focados em cumprir as diretrizes e parâmetros curriculares.

Cabe ao educador refletir sobre o papel da escola na perspectiva de mudança dos paradigmas impostos pela sociedade capitalista que vivemos, formar pessoas emancipadas mudará o seu jeito de vida, poderão exigir efetivamente que sejam ouvidos, que suas reclamações ecoem pela sociedade como direito efetivo a cidade.

> Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir.

> Vem sendo expulso da órbita das decisões. (FREIRE, 1993, p. 43)

Devemos mudar o sistema educacional de maneira a formar educadores e educandos críticos, capazes de tomar decisões que melhorem as suas vidas e permitam ser livres e autônomos diante da sociedade, que sua experiência possa valer como proposta de mudança para o seu local de moradia, onde a sua voz possa ser ouvida e atendida todas as suas necessidades para uma melhor qualidade de vida.

De que forma a participação social poderá trazer cidadania às pessoas, principalmente no contexto da cidade, na intervenção, no uso e na apropriação do espaço? Para Harvey (1980, p. 14):

> Qualquer teoria geral da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial, que ela assume. Em termos disciplinares, isso implica integrar duas tradições importantes de pesquisa e educação. Chamarei a isto construir uma ponte entre aqueles que possuem a imaginação sociológica e os imbuídos de uma consciência espacial ou de imaginação geográfica.

Se para teorizar a cidade precisamos relacionar os processos sociais às formas espaciais, como levar as pessoas a expressar a consciência espacial que todos de alguma forma têm para justificar um planejamento urbano que atenda as necessidades de todos? Qual é o papel efetivo da educação para fazer com que alunos demonstrem que podem participar efetivamente do planejamento urbano da sua cidade, do seu bairro, definindo o que é melhor para os seus moradores? Trazer à tona essa consciência do espaço (lugar)/social (sociedade, pessoas) é de suma importância para torná-lo um indivíduo mais crítico.

> Esta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que os separa. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe ele e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu “pedaço”. (HARVEY, 1980, p. 14)

É necessário fortalecer o indivíduo para reconhecer o seu espaço, possibilitando que eles participem das decisões urbanas que afetam a sua vida, isto se dará mediante os conselhos comunitários, escolares, grêmios estudantis e outros meios que possibilitam a participação das pessoas.

Mas como fazê-los a participar destes grupos, sobretudo as discussões dos planos diretores municipais? Na escola podemos tratar os assuntos pertinentes à temática urbana e o papel do cidadão na construção de uma cidade mais justa e agradável para todos, fomentando a participação como meio fundamental para que todos possam ser ouvidos nas discussões que irão afetar a vida das pessoas. Segundo Harvey (1980, p. 25):

> Temos, então, que considerar como essas noções de espaço pessoal surgem, como elas são moldadas pela experiência, e o quanto elas são estáveis na aparência de uma forma espacial em mudança. [...] Parece haver estágios evolutivos, distintos, desde a topologia, passando pelas relações projetivas, até as formulações euclidianas de conceitos de espaço físico. Parece, entretanto, que as crianças não aprendem, necessariamente, a mesma habilidade espacial em todas as culturas, particularmente tanto quanto dizem respeito a informações espacialmente esquematizadas.

As pessoas em geral têm dificuldades para expressar esta habilidade espacial, por que estão condicionadas as questões culturais do meio em que vive. Para se criar uma cultura de planejamento ou de conhecimento espacial é necessário compreender melhor o que ocorre no âmbito da cidade, principalmente no seu espaço de vivência onde as suas relações afetivas se desenvolvem.

Assim como os alunos, os professores também têm dificuldades em apresentar conteúdos que façam parte do dia-a-dia do seu público, então como fazer com que a educação por si só modifiquem a visão das pessoas, o que é necessário para tornar os alunos participativos e co-autores do processo ensino/aprendizagem, ainda mais se tratando de um tema abrangente como planejamento urbano, que tem a cidade como objeto de estudo, para Adorno (2011, p.112):

> Os professores têm tanta dificuldade em acertar justamente porque sua profissão lhes nega a separação entre o seu trabalho objetivo – e seu trabalho, em seres humanos vivos é tão objetivo quanto o médico, nisto inteiramente análogo – e o plano afetivo pessoal, separação possível na maioria das outras profissões. Pois seu trabalho realiza-se sob forma de uma relação imediata, um dar e receber, para a qual, porém este trabalho nunca pode ser inteiramente apropriado sob o julgo de seus objetivos altamente imediatos.

Observamos que o professor tem que ter relacionamento com os seus alunos até porque isto é inerente a sua profissão, para que as suas aulas não sejam estanques e pouco produtivas. O professor como facilitador das discussões deve ter

conhecimento apropriado acerca do assunto planejamento urbano e direito à cidade, para mediar os debates que ocorrerão em sala, levando em consideração os anseios dos seus alunos, buscando intervir somente quando necessário para que a discussão flua livremente. Mas isto será possível quando houver relacionamento professor/aluno, assim as sugestões tiradas do debate poderão contribuir para melhorar a vida da população que mora em torno da escola e principalmente a dos alunos porque sentirão parte do processo de discussão.

Adorno (2011, p. 141), diz que a educação não pode ser vista como uma modelagem de pessoas, nem tão pouco uma transmissão de conhecimentos, mas deve ser uma produção da verdadeira consciência humana, ou seja, permitir que as ideias individuais sejam debatidas e todos possam expor seus pontos de vista, divergentes ou não, a fim de criar uma democracia efetiva e que funcione. Nesse sentido a educação vai além dos bancos escolares, da sala de aula, ela é o fundamento para fazer cidadãos emancipados.

> De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta continuamente um movimento da adaptação. (ADORNO, 2011, p. 143)

Ao analisarmos que a emancipação está relacionada à conscientização e realidade, como a educação deve cumprir o seu papel de apresentar esta realidade às pessoas, provavelmente eles não a enxergam como ela é, com todos os seus problemas, principalmente quando falamos da falta de saneamento básico, equipamentos urbanos, transporte, segurança e habitação. Será que o indivíduo tem consciência que a falta destes e outros recursos comprometem a sua qualidade de vida, seu desenvolvimento, sua saúde e seus projetos? Tornam-se impotentes por que lhes é negado à participação na resolução dos conflitos, simplesmente porque a sua falta de conscientização do seu papel de cidadão que cobra os seus direitos não é vivenciada, então vão se adaptando a uma realidade dura onde faltam os equipamentos que atendam as suas necessidades básicas.

> A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de well adjusted people, (pessoas bem ajustadas), em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (ADORNO, 2011, p. 143)

Para que a educação faça sentido não podemos nos acomodar, é necessário ter os princípios individuais e sociais impregnados nas pessoas, para que façam diferença no seu jeito de pensar e ver o mundo ao seu redor não se conformando com o que está posto, mas pelas escolhas em buscar do melhor para si e também para o coletivo.

> A educação por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que fortalecer a adaptação. (ADORNO, 2011, p.144)

Educação é o conjunto de saberes, sejam eles metodológicos ou vivenciados no cotidiano, inclusive em casa e na vizinhança, é tudo que faz sentido para as pessoas, então é possível que cada um saiba dos problemas enfrentados, mas talvez não tenha consciência ainda que sua participação possa mudar esta realidade.

Cabe a escola, aos professores instigarem os alunos no intuito de mostrar o poder que está em suas mãos, investindo numa cultura de planejamento, valorizando a participação ativa nos debates promovidos na escola, levando às mãos do poder público com propostas para melhorar a vida do coletivo daquele bairro.

Vivemos hoje uma realidade obscura e os homens precisam libertar-se da opressão para transformar a realidade, sabendo que o poder público dificulta de todas as formas que os homens se apropriem de conhecimento capaz de libertá-lo. Como conscientizar os homens para exigir das administrações públicas uma cidade melhor para viver?

Democratizar é antes de tudo conscientizar os indivíduos que suas escolhas comprometem o desenvolvimento individual e coletivo, sobretudo da cidade, que fica nas mãos do poder público que nada faz para melhorar a vida dos que habitam as áreas afastadas do centro.

Neste sentido, em si mesma, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a imersão dela, a volta sobre ela. É por isso que só através da práxis autêntica que, não sendo “blá-blá-blá”, nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo. (FREIRE, 2017, p. 52):

> Precisamos refletir sobre esta realidade, cabe ao educador trazer esta reflexão para a sala de aula e analisar com seus alunos a ação efetiva capaz de mudar os rumos da opressão, formar cidadãos significa instigar os debates, as discussões dos problemas sociais e urbanos, deixando claro que cada um é ator da sua história.

A participação é a maneira efetiva para alterar a realidade vivida por cada grupo, podendo tomar decisões por si próprios não dependendo mais da vontade alheia ao que é melhor para todos. Freire (2017, p. 54) destaca, “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente”.

A educação funciona como a mola mestra da engrenagem social capaz de fazer com que as pessoas revelem a realidade e possam criticamente transformá-la por meio da ação conjunta e do desejo de mudar o meio em que vivem. Para Freire (2017, p. 55):

> É que não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como “não eu” do homem, capaz de desafiá-lo; como também não haveria ação humana se o homem não fosse um “projeto”, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la.

Vivemos numa sociedade que oprime mascarando a realidade, é necessário que as pessoas identifiquem a sua própria realidade, para poder criticamente transformá-la. A educação pode conscientizar as pessoas com objetivo de mudança e também de resgatar a sua humanidade perdida com a opressão, este processo do trabalho gerado pela educação muitas vezes visa atender as demandas do mercado de trabalho. Para Saviani (2003, p. 12)

> Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

Participar deste processo é a chave para fazê-lo efetivo. Libertar as pessoas da opressão é verdadeiramente dar voz a esta sociedade que precisa ser ouvida pelos que a domina e dita os seus valores, como sendo únicos exclusivos que atende a todos, essas pessoas precisam mostrar os seus desejos.

O processo de ensino precisa mudar o seu foco, necessitamos de seu saber elaborado, tanto quanto, o saber popular, e neste processo transformar nossos alunos em cidadãos críticos que se reconhecerem como são na sua essência é

fundamental para emancipá-lo. Para Saviani (2003, p.17) “De agência destinada a atender o interesse da população pelo acesso ao saber sistematizado, a escola passa a ser uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas”.

Um bom exemplo de libertação é dado por Saviani (2003, p. 19), ao afirmar que a liberdade do indivíduo é como o ato de dirigir um automóvel, enquanto é aprendiz está dominado pelo mecanismo da direção, só se torna autônomo quando o ato mecânico se torna automático, então se liberta do medo e ganha às condições necessárias para dirigir com liberdade.

Pensamos que o processo educativo ocorre da mesma maneira, ou seja, os alunos se tornarão livres quando puderem exercer suas necessidades com total liberdade, precisa então automatizar as suas decisões através do conhecimento da sua realidade tornando-as visíveis de modo que possam ser identificadas imediatamente e aí ganham autonomia para decidir o que é melhor, ou seja, liberta-se da opressão exercida pela sociedade podendo ser efetivamente livre fazendo as suas escolhas.

> Note-se que se liberta aqui, não tem o sentido de se livrar, quer dizer, abandonar, deixar de lado os ditos aspectos mecânicos. A libertação só se dá porque tais aspectos foram apropriados, dominados e internalizados, passando, em consequência, a operar no interior de nossa própria estrutura orgânica. Poder-se-ia dizer que o que ocorre, nesse caso, é uma superação no sentido dialético da palavra. (SAVIANI, 2003, p. 20)

Uma educação para o planejamento urbano deve superar os conceitos postos pelo poder público que insiste em dizer o que melhor para população, precisamos preparar nossos alunos para uma participação cidadã em que ele saiba que as suas necessidades podem ser atendidas desde que busque uma ação conjunta fundamentada na experiência cotidiana das pessoas, debatidas nas associações de moradores, nos conselhos municipais, na escola discutindo os problemas, buscando soluções que atendam o conjunto de moradores a fim de ter um lugar com melhor qualidade de vida para todos.

> [a] tarefa do cientista não é, em última análise, propriamente simplificar o real, mas sim torná-lo inteligível, operando com imagens e modelos suficientemente poderosos e não subestimando as dificuldades de se definirem os constructos, a fim de que nossa representação da realidade não seja drasticamente empobrecida e distorcida. (SOUZA, 2008, p. 11)

A educação como ciência deve promover uma análise da realidade tal qual ela é, para que os aproveitadores não a distorçam em favor de interesses pessoais que não atendam às necessidades urbanas existentes em cada bairro da cidade, diga-se aqui o planejamento destes lugares que atendam aos anseios de sua população.

> Em uma época de "conformismo generalizado", para usar a expressão do filósofo Cornelius CASTORIADIS (1990a), em que cada vez mais a juventude incorpora os hábitos de comportamento hedonistas, individualistas e consumistas que, em última instância, lhe são sugeridos pela dinâmica capitalista, é especialmente nos leitores mais jovens, que se deve tentar despertar um pensamento inconformista e socialmente responsável. (SOUZA, 2008, p. 16)

Devemos instigar nossos jovens, sobretudo na escola, para participar efetivamente das decisões no âmbito escolar, com o objetivo de fortalecer os grêmios estudantis como espaços de debates de assuntos variados, para que tomem gosto pela participação ativa. Os debates poderão ser sobre o planejamento urbano, planejamento rural, isto é, fomentar o debate sobre os problemas socioespaciais que envolve o espaço geográfico no qual a escola está inserida, na luta para buscar soluções e melhorias no seu entorno.

Estes problemas podem ser analisados e encaminhados para os órgãos gestores da cidade, que tomarão ciência dos problemas enfrentados por aquela comunidade.

> Sob um ângulo dialógico, a missão do intelectual/pesquisador/planejador é de chamar a atenção daqueles que, para ele, são, ao mesmo tempo, objeto de conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada, para as contradições entre objetivos, os problemas e as margens de manobra que o seu treinamento técnico-científico lhes permite vislumbrar. (SOUZA, 2008, p. 36)

Nessa perspectiva o planejador tem um papel importante para que ocorra uma mudança social, principalmente no planejamento urbano, mas se não houver a participação da sociedade, os estudos propostos podem perder seu significado social, já que muitas vezes estão desvinculados das prioridades mais prementes do espaço vivido assim não atenderão as necessidades das pessoas. Ambos precisam trabalhar juntos, planejadores e sociedade na busca de uma cidade mais justa para todos. Para Souza (2008, p. 37):

> Entretanto, o papel do intelectual e do cientista social é de esclarecer quanto a determinados assuntos referentes à escolha e ao uso otimizado dos meios da mudança social; quanto aos fins, estes dizem respeito a valores e expectativas que, sob um ângulo radicalmente democrático, não podem ser definidos por uma instância técnica ou política separada do restante da sociedade.

Percebemos que mesmo que as instâncias superiores sejam importantes estas são indissociáveis das pessoas, para quem o planejamento é realizado. Sem essa visão de participação social, o planejamento perderá o seu objetivo social de levar uma melhor qualidade de vida para todos, pois não atenderão as necessidades dos habitantes das várias regiões da cidade, geralmente as periféricas.

> Um planejamento crítico, portanto, como pesquisa científica aplicada que é, deve, por um lado manter-se vigilante diante do senso comum, desafiando-o e buscando "ultrapassá-lo" ao interrogar o não-interrogado e duvidar de certezas não-questionadas; ao mesmo tempo, um planejamento crítico não-arrogante não pode simplesmente ignorar os "saberes locais" e os "mundos da vida" (Lebenswelten) dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos. (SOUZA, 2008, p. 37)

Consideramos que a gestão política e população devem caminhar com o mesmo objetivo: ter um planejamento urbano que atenda as necessidades das pessoas, sem distinção de classe social, raça, religião, partido político, oportunizando a participação de todos na busca de soluções, considerando o conhecimento prévio dos indivíduos e de cada lugar da cidade, para que todos eles escolham ou definam as prioridades a fim atender o bem coletivo de cada bairro representado nos debates.

O que falta para essa gestão democrática do território aconteça é a sensibilização e mobilização em torno da temática de participação popular é levar ao conhecimento dos cidadãos a importância do processo participativo na busca de uma cidade mais justa e solidária para se viver.

> [...] se planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for. (MATUS apud SOUZA, 2008, p.47)

Se planejar é conduzir conscientes de que temos alternativas para o futuro,

então criar esta cultura de planejamento é fundamental para a existência humana como co-autora da cidade que precisa e quer para viver. É fomentar hoje em todas as cidades brasileiras independentemente do tamanho, a participação popular para fazer diferença na gestão urbana, ou seja, planejar uma cidade com qualidade de vida que atenda todos os seus moradores. Ferrari apud Souza (2008, p. 47) afirma:

> [...] é importante notar que a cidade é um sistema dinâmico que trabalha como uma máquina. Assim como a Engenharia Mecânica elabora 'modelos' de suas máquinas, os planejadores, dotados desse conceito dinâmico de cidade, passaram a construir 'modelos' urbanos para simular situações hipotéticas e, principalmente, para, a partir dos 'modelos', fazer previsões a respeito de seu futuro desenvolvimento.

Para se fazer previsões do futuro de uma cidade, é necessário compreender que ela é dinâmica, sem esquecer que as necessidades das pessoas são urgentes, então prever o futuro significa considerar as necessidades de cada grupo de morador de acordo com suas especificidades, sem criar modelos a partir de teorias dentro do gabinete, mas principalmente por meio de trabalhos de campo que permitam um reconhecimento dos lugares e seus problemas, das entrevistas com os moradores, debatendo as reais necessidades urbanas propondo melhorias que atendam todos os habitantes.

> Um desafio que se coloca de imediato, ao se debruçar sobre a tarefa de planejar, é o de realizar um esforço de imaginação do futuro. Não deve haver sombra de dúvida quanto ao fato de que o planejamento necessita ser referenciado por uma reflexão prévia sobre os desdobramentos do quadro atual – ou seja, por um esforço de prognóstico. Não há ação, muito menos ação coletiva coordenada que possa prescindir disso. (SOUZA, 2008, p. 47)

Observamos que sem conhecimento de causa, ou seja, da realidade da cidade, não se pode planejar nada, é preciso verificar os problemas in loco, discutir com a comunidade e depois propor soluções, planejar o futuro implica em refletir sobre o que está ocorrendo hoje e que podem ser melhoradas, adequando as necessidades coletivas da população.

Necessitamos deste relacionamento planejador e sociedade, que eles conversem, debatam os problemas para buscar juntas as soluções que atendam cada bairro com as suas especificidades. O plano diretor é este instrumento que viabiliza o encontro dos representantes da gestão pública com a sociedade, que

deve buscar os meios para que de fato ocorra o debate a partir da realidade socio-espacial de cada bairro existente sem excluir as áreas rurais do município. Segundo Souza (2008, p. 51):

> O desafio, então, é o de planejar de modo não-racionalista e flexível, entendendo-se que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras e de contingência, de níveis de condicionamento estrutural e de graus de liberdade para a ação individual, em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado – o que torna qualquer planejamento algo, ao mesmo tempo, necessário e arriscado.

Se planejar é um desafio devemos unir planejador e sociedade na mesa para discutir problemas e propor soluções, isto não é tarefa fácil porque cada um tem o seu modo de ver e interesses a atender, então o diálogo é a única forma de fazer acontecer estes debates, verificando os reais problemas urbanos enfrentados pelos seus habitantes no dia-a-dia, buscando o bem coletivo. Planejadores precisam que o planejamento urbano não perca a sua função essencial: ouvir a sociedade e planejar a cidade que atenda as necessidades de cada bairro.

Para Souza (2008) a cidade é um produto socio-espacial, então não pode ser passiva ou manipulável pelos gestores, por que a sociedade ao longo da história tem transformado o seu espaço de vivência, todos são agentes de mudanças e não podem deixar isto somente na mão do Estado.

Nessa perspectiva o desenvolvimento socio-espacial deveria ser sinônimo da melhoria da qualidade de vida da população, mas esta mudança só vai acontecer se além de agir na sociedade ela também agir no espaço. O conceito de desenvolvimento sócio-espacial está diretamente relacionado ao planejamento crítico e participativo que fomenta um desenvolvimento, pautado em dois pontos: a melhor qualidade de vida e a justiça social. Para Souza (2008, p. 61) “[...] pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social”.

O espaço é importante porque ele o palco dos acontecimentos sociais, onde efetivamente os conflitos gerados pela má administração do território acontecem e precisa ser resolvidos, a população alcançará esse desenvolvimento quando efetivamente tiver autonomia de participação para buscar uma cidade mais justa e solidária.

> No que tange a melhoria da qualidade vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades - tanto básicas quanto não-básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população. Quanto ao aumento da justiça social, tratas-se de uma discussão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social. (SOUZA, 2008, p. 62)

Significa dizer que a justiça social está relacionada a uma cidade adequada que atenda a todas as necessidades das pessoas, inclusive àquelas que muitas vezes são negadas a população portadoras de alguma deficiência física, idosos, crianças; que tenham espaços adaptados que possibilitem a essas pessoas a liberdade de ir e vir, em teatros, bibliotecas, cinemas, bancos, escolas, etc..

A luz do Estatuto da Cidade que traz para o planejamento urbano, a legalização da participação popular na elaboração dos planos diretores municipais, tem um novo modelo que precisa ser praticado: participação da sociedade e planejadores (Estado) devendo caminhar no mesmo sentido para que todos ganhem numa cidade mais justa, na aplicação de recursos e uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes sobretudo os periféricos.

> Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. (SANTOS, 2006, p. 259)

Independentemente do lugar que estamos, temos em mente que este é uma produção social, e a sociedade tem que assumir o seu papel fundamental de modificadora do espaço a seu favor, a fim de melhorar a sua condição de vida, mediante da sua efetiva participação no planejamento urbano, sobrepondo as vontades dos planejadores que desconhecem a realidade de cada bairro da cidade.

De certa maneira é a busca constante da sua autonomia por meio da resistência em não aceitar soluções que venham de cima para baixo, é não se conformar com o que posto pelos aproveitadores vestidos de políticos interesseiros, é libertar-se das amarras que o prendem, soltando-se destas correntes, tornando-se livres para escolher o que melhor para si e para o coletivo onde habita.

2.2 Participação Social para a Cidadania

O conhecimento da realidade que vivemos faz com que possamos ter a capacidade de avaliar as condições de vida do local onde moramos, esta percepção da realidade por si só não trará melhorias ou modificações do real para o lugar, porque além de perceber os problemas as pessoas precisam ter conhecimentos dos direitos de participar das discussões para efetivar os seus desejos de mudança. Dessa forma:

> [...] Importa conhecer os usos da cidade, os territórios apropriados e os grupos que deles se apropriam – e conhecer os cidadãos e sua relação com a cidade. Porém, é preciso conhecer também a relação da cidade com os seus cidadãos, expressa na gestão e no arranjo urbano, já que ela é organizada e produzida com o objetivo de viabilizar as atividades cotidianas que esses cidadãos realizam, individual e coletivamente. (CAVALCANTI, 2008, p. 7)

Se mediante a simples observação somos capazes de distinguir os vários usos da cidade, como esses usos podem ou não facilitar a vida das pessoas. Será que em todos os lugares da cidade os equipamentos urbanos estão à disposição da população, viabilizando os seus usos, integrando a comunidade e interagindo com a paisagem? De que forma as pessoas podem realizar as suas atividades cotidianas com mais eficiência, se elas não participam das decisões sobre a cidade?

É preciso fazer com que a população se efetive na participação das decisões urbanas propostas pelos poderes executivos e legislativos, para tanto há de se promover uma cultura de planejamento urbano por meio da participação, levando a essas pessoas o conhecimento o que é este planejamento e de forma ele interfere no seu dia a dia. Para Cavalcanti (2008, p. 9),

> O direito à cidade é considerado, atualmente, parte dos direitos humanos a serem garantidos pela sociedade civil e pelos organismos internacionais. [...] No entanto, esses espaços são excludentes, segregadores, depredados ambientalmente e não oferecem condições de vida igualitárias para seus habitantes.

Se todos têm direito à cidade, fato é que nem todos sabem disso, porque o que vemos em determinadas áreas periféricas são condições subumanas e suburbanas, nas quais a população mora em casebres desprovidos de qualquer tipo

de infraestrutura, sem acesso a saúde, educação, saneamento básico, transporte, segurança, habitações adequadas.

A população precisa saber que tem direito a uma cidade digna, a educação e, sobretudo o ensino de Geografia tem papel fundamental na formação de cidadãos mais conscientes do seu papel no mundo, principalmente na cidade. Para Schäffer (2003, p. 113), “Não basta saber sobre a cidade e o urbano, mas impõe-se um envolvimento com o lugar, em atitudes de cooperação, respeito, participação e solidariedade.”

A autora afirma a importância da participação das pessoas na construção de uma cidade melhor para se viver, que abriga a diversidade, todas as classes sociais, condicionando o envolvimento nas discussões num novo jeito de planejar o urbano, de maneira que todos os problemas possam ser debatidos para serem modificados. Dessa forma os problemas enfrentados no seu cotidiano podem ser modificados favorecendo o lugar numa visão mais crítica e participativa das pessoas.

> A cidade política (república) é inconcebível sem autonomia de sue membros; uma república é inconcebível sem os direitos assegurados aos indivíduos. Essa consideração não resolve necessariamente o problema dos direitos conflitantes da comunidade e do individuo, mas torna evidente que, sem a prática democrática de indivíduos livres para manifestar-se, o problema não pode ser enfrentado e muito menos resolvido. (CASTRO, 2009, p. 98)

Verificamos que a cidade sem a autonomia dos seus indivíduos não pode ser um bom lugar para se viver, é preciso ser democrática, dar liberdade de participação às pessoas para buscarem a tão sonhada qualidade de vida. Se isso não ocorrer o processo de mudança social deixa de existir, torna-se excludente e segrega as pessoas e os lugares.

No contexto do planejamento urbano a participação popular é fundamental para discutir os problemas e buscar soluções coletivas. É claro que isso não significa a ausência de conflitos, mas se o processo for transparente e democrático a comunidade ganhará em qualidade vida, porque o individual não pode se sobre por ao coletivo.

Essa é a chave que abre as portas para participação popular na cidade, é conhecer as propostas pelo poder público e apresentar as suas ideias, dúvidas e expectativas, por que as pessoas que moram nos bairros periféricos sofrem todos os dias com vários problemas e os conhecem muito melhor que qualquer técnico ou

gestor público, como por exemplo, transporte público deficiente ou inexistente, ruas sem pavimentação, coleta seletiva de lixo, espaços livres de uso comum, entre tantos outros; somente eles podem elencar as suas dificuldades e dizer quais são as prioridades para dar vida aquele espaço, um lugar melhor para se viver, criar os filhos. Castro (2009, p. 101), afirma:

> Uma sociedade que busca a efetivação da justiça social é necessariamente pluralista e inclusiva, pois deve garantir e estimular a participação solidária de todos, aproveitando as diferentes cosmovisões e experiências humanas. Deve trabalhar no sentido de oferecer oportunidades para que cada cidadão possa ser respeitado, garantindo-lhe mecanismos para que a mesma consiga sua autonomia participativa.

A educação para o planejamento urbano é um processo que precisa ser disseminado, a fim de criar uma cultura de participação efetiva, podemos começar fortalecendo os espaços de debates nas comunidades, como apresentação do Plano Plurianual Municipal, Conselhos Municipais, Associações de Moradores, Orçamentos Participativos, Revisão dos Planos Diretores Municipais, com objetivo de debater os projetos que impactam a vida das pessoas comprometendo seu desenvolvimento social, econômico, cultural. Como salienta Antonello (2013, p. 7):

> A realização de audiências e consultas públicas tem como finalidade informar, esclarecer e fornecer dados e documentos sobre o projeto do plano, isto é, seu escopo central é transmitir as informações necessárias à população para que ela/os cidadãos/as pessoas possa/m se posicionar em relação à proposta de planejamento municipal.

Podemos complementar a afirmativa da autora com as ideias de Castro (2009, p. 110), que coloca:

> A cidadania ativa pode ser exercida de diversos modos, nas associações de base e movimentos sociais; em processos decisórios na esfera pública, como os conselhos, pode ser exercido no orçamento participativo, iniciativa legislativa, consulta popular

Fazer valer os preceitos legais de participação é um desafio para se fazer e pensar em “pedagogia urbana”, no sentido que ensinar a sociedade sobre como os instrumentos de planejamento e gestão da cidade se efetivam via projetos diversos que podem impactar ainda mais a sua vida individual e coletiva, que poderá sofrer com a instalação de uma indústria poluente, a construção de uma rodovia, pontes,

viadutos, que poderão segregar as áreas do entorno do seu bairro, desapropriações levando estas pessoas para lugares cada vez mais distante do centro, o que certamente criará novas dificuldades. Assim, considera-se que a “pedagogia urbana” possa atuar para criar a consciência da importância da participação social nos desígnios da produção do espaço urbano, pois a mesma:

> [...] corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo. (ANTONELLO, 2013, p.7)

O conhecimento da realidade é de suma importância para alicerçar a participação e fomentar os debates em busca de melhorias por meio da tomada de decisões conjuntas entre comunidade e gestores públicos. Castro (2009, p. 110), finaliza “Para alcançar uma efetividade satisfatória, prescinde-se de cidadãos participativos, autoconscientes com a (re) construção de um Estudo Democrático de Direito inclusivo e aberto a todos”.

Diante do exposto cabe ao poder público informar as mudanças, projetos e propostas de ordenamento urbano para a população que serão diretamente afetadas, para que tenha tempo de analisar quais impactos sofrerão com a efetivação das tais propostas.

Mobilizar todos que sofrerão com as mudanças é papel do poder público, pois eles têm que divulgar amplamente estas mudanças nas comunidades a fim que possam participar coletivamente do processo de planejamento urbano buscando as soluções que melhor atendam os desejos de todos.

> A possibilidade que o individuo tem de buscar informações está diretamente ligada ao dever de informar, que é princípio da administração, exceto quando existir sigilo legal. Embora se dirija primordialmente, aos agentes públicos, é inegável que se aplicará, também, aos particulares numa eficácia horizontal dos direitos fundamentais. (AMARAL, 2009, p. 122-123)

O plano diretor de uma cidade é o instrumento que planeja o espaço urbano, com suas leis específicas de ordenamento territorial e direito à cidade, é de responsabilidade do poder público informar a população quando estas leis forem revisadas, alteradas, deve usar de todos os meios de comunicação para que a

sociedade tenha a oportunidade de se mobilizar, discutir com antecedência as propostas analisando os seus impactos na vizinhança, isto é dever dos gestores.

Dessa forma a participação popular irá se fortalecer e criar uma cidade mais justa, visando sempre o bem coletivo. Esta é uma necessidade nas cidades modernas, segundo Cavalcanti (2008, p. 73):

> Defender um projeto de cidades educadoras é realçar seu caráter de agente formadora, sua dimensão educativa. Todas as cidades educam, na medida em que a relação do sujeito, do habitante, com esse espaço é de interação ativa, e que suas ações, seu comportamento e seus valores são formados e se realizam com base nessa interação. Porém, a consciência dessa dimensão do espaço da cidade permite a definição de fins educativos, de projetos educativos em concepções conscientes de mundo e de sociedade.

Essas cidades educadoras serão formadas pelo fortalecimento das discussões nas bases: conselhos municipais, associações de moradores, escolas, igrejas; precisamos focar o ensino no planejamento urbano para poder discutir e analisar os problemas enfrentados pela população diariamente. Mobilizar é objetivamente democratizar a informação para buscar um melhor lugar para viver, com equipamentos disponíveis e acessíveis para toda a população. Cavalcanti (2008, p. 74) enfatiza o papel fundamental das cidades educadoras para uma formação crítica e cidadã.

> A cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos; ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes. No entanto, as possibilidades de leitura mais abrangentes da cidade dependem de uma formação cidadã.

O conhecimento sobre a cidade que deve ser ensinado as pessoas, todos têm o direito de apreender mais sobre o lugar em vivem, é possibilitar uma vida participativa, de modo que as observações diárias e suas análises façam a diferença na maneira de olhar o mundo a sua volta, poder propor mudanças que melhorem os problemas urbanos vividos por elas todos os dias, isso chamamos de cidadania.

Essa cidadania é o alicerce para se efetivar uma pedagogia urbana, uma vez que estão intrinsicamente relacionados, como podemos observar nas palavras de Cavalcanti (2008, p. 74-75):

> A prática da cidadania inclui a competência para fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade. A idéia de cidadania ativa está ligada ao pensamento crítico sobre todos os tipos de direitos mais convencionais, ao pensamento que busca a incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que a indivíduos.

Ao criarmos uma cidade educadora, formamos cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, o seu poder ao manifestar por meio dos grupos de base nos debates sobre a cidade, essas pessoas buscarão um planejamento urbano eficiente que não exclua nenhum cidadão, que atenda os anseios de seus habitantes no lugar onde vivem.

Precisamos destes cidadãos para compor os grupos de debates a fim de ampliar a sua participação ativa na busca do seu direito à cidade, nesse sentido estaremos desenvolvendo uma pedagogia urbana, pois a mesma subtendente proporcionar a sociedade conhecimento dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos, esse conhecimento pode fomentar uma participação consciente, pois:

> [...] A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção do seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo a suas particularidades e diferenças. Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca conciliar interesses e ações de uma ordem socioeconômica mais geral com os interesses e ações mais imediatas e elementares, nem por isso menos importantes para a vida humana, do cotidiano de seus moradores. (CAVALCANTI, 2008, p. 83)

A participação da sociedade é um exercício de cidadania, principalmente nas discussões do plano diretor municipal, realizadas em debates, oficinas e nas conferências, em que juntos, poder público e população, entram no consenso sobre as propostas de mudanças do meio urbano.

É preciso conhecer a realidade de cada grupo de moradores representados por seus delegados eleitos nas bases, pois cada bairro da cidade tem seus problemas urbanos e suas especificidades devem ser consideradas pelo poder executivo e legislativo. Ao revisar as leis que impactam diretamente na vida das pessoas, esta participação cidadã e democrática é que irá validar o processo de discussão do plano diretor municipal. Cavalcanti (2008, p. 87) afirma:

> [...] O cidadão democrático, ativo, criativo e consciente de seus direitos políticos, sociais, culturais, individuais e territoriais precisa conhecer a cidade, compreendê-la com profundidade, decifrar seus símbolos, desenvolver um sentido ético e estético sobre ela, para que possa lutar e conquistar seus direitos cívicos e sociais e cumprir com seus deveres, individual e coletivamente.

Renovar o olhar sobre a cidade faz parte desta cultura proposta pelo planejamento urbano, principalmente depois da aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, que efetivou a participação popular como eixo fundamento para se discutir o direito à cidade e ao ordenamento territorial; devemos ser participativos, tomar às decisões que melhorem as condições de vida das pessoas, inclusive as que moram nas periferias carentes das cidades.

Podemos considerar que o Estatuto da Cidade cria a base para se desenvolver uma cultura de planejamento urbano no Brasil, a qual não se encontra efetivada, assim é necessário colocar em prática mecanismos participativos para trilhar esse processo de construção desta cultura, neste caminho sobressai a pedagogia urbana.

É a forma de se tornar cidadão de fato e de direito para se desenvolver de forma plena e democrática. Boaventura (2007, p. 9), diz que é preciso valorizar os saberes locais, para fortalecer os debates nas bases, reinventando a democracia, para incluir as pessoas que vivem marginalizadas na periferia.

A ideia de uma sociedade melhor é na verdade a esperança de todos os cidadãos, principalmente os mais pobres, porque almejam uma vida de qualidade para si, para a família e vizinhos, temos que capacitar as pessoas para entenderem o movimento participativo democrático como um meio de serem ouvidos pelo poder público no que tange as discussões urbanas. Para Boaventura (2007, p. 17-18), “[...] Então, é uma sociedade que pela primeira vez cria tensão entre experiências correntes do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor”.

Segundo Boaventura (2007, p.20) “[...] não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção do conhecimento”. O primeiro passo para que esse novo modo de produção da cidade aconteça, é ter conhecimento da realidade a partir da sua essência, para então transformá-la em ação participativa na produção do espaço

urbano para atender as necessidades das pessoas e não de grupos políticos, é produzir uma nova forma de ver, agir e transformar a cidade.

Nessa perspectiva de se concretizar uma “cultura de planejamento urbano” no Brasil, que envolve repensar a produção do conhecimento e mais atuação dos planejadores é que Souza (2001, p. 66) defende que o caminho democrático legítimo que pode efetivamente levar a justiça social e a qualidade de vida urbana está relacionada à autonomia dos indivíduos manifestando as suas prioridades urgentes acerca do espaço vivido.

> [...] Importa, de qualquer maneira, reafirmar que, se tanto a justiça social quanto a melhoria da qualidade de vida são objetivos imprescindíveis, nenhuma das duas metas é ao frigir dos ovos, propriamente mais importante que a outra. (SOUZA, 2008, p.66-67)

Nessa afirmativa do autor encontra-se o cerne da sua tese de um planejamento que vise um desenvolvimento sócio espacial positivo, já que tanto a justiça social como a qualidade de vida caminham juntas, mas tem suas diferenças que no final se completam e complementam, pois os espaços urbanos são ocupados por diferentes pessoas que carregam suas heranças culturais, econômicas e sociais, até porque cada lugar também tem suas especificidades.

As necessidades urbanas das pessoas em relação ao lugar que habitam devem ser incorporadas ao planejamento urbano pelos técnicos e ou agentes públicos que realizam este tipo de pesquisa na cidade, o diálogo entre eles irá proporcionar as adaptações necessárias para que de fato ocorra a justiça social e a qualidade de vida.

> [...] A práxis planejadora ou gestora, e antes dela já a própria atividade de pesquisa, deveria, idealmente, encarar a fusão criativa do saber dos atores sociais com os balizamentos técnicos-científicos trazidos, na qualidade de consultores populares, pelos profissionais de planejamento e gestão. (SOUZA, 2008, p. 69)

Segundo o autor na premissa de debates entre os planejadores e sociedade na busca de soluções que atendam as necessidades de ambos, ter uma cidade melhor para se viver, que acolhe, que desenvolve, que observa a sua realidade e busca transformá-la, deve ser o objetivo principal de todo cidadão. Nessa perspectiva Boaventura (2007, p. 8) afirma:

> [...] O argumento central é: há uma reiterada tensão e crise entre a regulação e a emancipação social é entre a experiência e as expectativas na sociedade moderna ocidental. No plano social, há uma regressão, que se agrava, sobretudo, nas últimas décadas, com perdas de direitos e possibilidades futuras e, no plano epistemológico, a crise do pensamento hegemônico das ciências sociais, centradas em uma razão eurocêntrica e indolente, incapaz de produzir novas ideias. Vale dizer: incapazes de renovar e reinventar a teoria e a emancipação social.

Os autores Boaventura (2007) e Souza (2001) compartilham da necessidade de mudar a forma para a emancipação social, é preciso trazer as contribuições da sociedade para o âmbito dos gestores, este com certeza é o maior desafio da participação cidadã.

A participação cidadã depende de novos olhares dos cientistas sociais para envolver e mobilizar todas as pessoas, mediante uma educação para o planejamento urbano que seja uma forma de emancipar as pessoas das amarras da subordinação social, econômica, cultural, política, portanto, colocar em prática uma pedagogia urbana. Precisa formular uma cultura multidisciplinar capaz de libertá-lo verdadeiramente da inércia e aceitação de tudo que lhes for imposto pela classe dominante.

Para Souza (2008, p. 70) é extremamente necessário a participação da população para que as mudanças ocorram de fato; uma vez que: “[...] que os próprios parâmetros particulares não devem ser um puro produto de gabinete, pois também o seu conteúdo deve ser preenchido, incorporando as percepções e os sentimentos dos atores sociais”.

Fica claro que o bem coletivo deve estar acima aos desejos particulares dos indivíduos, principalmente quando estes são impostos pelos gestores públicos que não conhecem a realidade dos seus munícipes e tendem a forçar a implantação de projetos que não melhoram a vida das pessoas, muitas vezes não permitem exponham as suas ideias, as necessidades mais básicas como o direito de ir e vir, morar, acesso a saúde, a educação, segurança e outros tão importantes quanto os citados. Boaventura (2007, p. 9) afirma que a sociedade precisa inserir um desafio epistemológico que ele chama de ecologias, entre elas a ecologia dos saberes, esta faria a integração entre saber científico e saber popular, e isso seria a base da emancipação popular.

A autonomia para Souza (2008, p. 76) é tratada como subordinadora, em que justiça social e a qualidade de vida seriam subordinadas, porque quando as pessoas tornam-se autônomas criam em si a capacidade de escolher, por meio da sua participação cidadã discutir as ações e projetos urbanos, prioritariamente um planejamento urbano voltado para resolver os problemas urgentes do seu bairro.

> [...] Uma sociedade basicamente autônoma significa, “apenas”, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes. (SOUZA, 2008, p. 175)

Isso não quer dizer que não teremos embates e conflitos, até porque o poder de dominar outras pessoas, impondo os caminhos é natural do ser humano. Castoriadis apud Souza (2008, p.175) diz,

> [...] uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanecer constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente em movimento de sua auto-instutuição explicita”.

Fazer-se a ação participativa a ser construída mediante os organismos existentes: conselhos municipais, associações de moradores, grêmios estudantis, sindicatos e outros; antes devem ser fortalecidos através do conhecimento da realidade, ter capacidade de analisar o lugar onde vive e o que querem para melhorá-lo.

O embate com o poder público e a classe dominante será implacável, tenso mais trará crescimento para todos os envolvidos, pois o sucesso dessa empreitada só será possível se sua liberdade de expressar os seus anseios for respeitada por todos os gestores, contribuindo assim para a tão sonhada qualidade de vida. Os gestores devem apresentar suas considerações com toda transparência e verdade, se quiserem construir uma cidade mais justa e solidária. Tal fato é expresso por Freire (2017, p. 172):

> A verdadeira revolução, cedo ou tarde, tem de inaugurar o diálogo corajoso com as massas. Sua legitimidade está no diálogo com elas, não no engodo, na mentira. Não pode ter as massas, a sua expressividade, a sua participação efetiva no poder. Não pode negá-las. Não pode deixar de prestar-lhes conta. De falar de seus acertos, seus erros, de seus equívocos, de suas dificuldades.

Podemos analisar o papel do poder público, quando quer aprovar alguma intervenção nos bairros mais periféricos que causarão problemas aos moradores, justificam tal intervenção de forma técnica não transparente. O diálogo dever ser explícito para que a busca por soluções atendam população e poder público, que todos os envolvidos possam ser ouvidos e que tenham total liberdade para se expressar pedindo soluções efetivas. Souza (2008, p. 178), coloca que cidadãos conscientes podem decidir livremente o que querem, pois eles têm o conhecimento da sua realidade e das dificuldades do dia a dia.

É preciso ter clareza a respeito da gestão urbana, porque uma sociedade que tem autonomia precisa ser ouvida, pois os seus problemas urbanos são contínuos e a dinâmica de cada bairro é diferente, por isso soluções milagrosas não serão capazes de atender todos os bairros a contento porque cada um deles tem problemas específicos e as propostas de soluções deverão ser diferentes para solucionar problemas diversos da estrutura urbana.

Os gestores devem se comprometer em expressar a verdade sobre os projetos e suas implantações nas diversas regiões da cidade, para que os impactos sejam os menores possíveis na vida da população. Assim,

> [...] Os pesquisadores e técnicos conhecedores de instrumentos e técnicas de planejamento e gestão não podem, consoante o enfoque autonomista reivindicar qualquer privilégio quanto ao poder de estabelecer as prioridades e definir as metas e os objetivos das intervenções. (SOUZA, 2008, p. 179)

Em todo projeto de discussão ampliada, deve prevalecer o bom senso, afinal os pesquisadores dedicam a maior parte do seu tempo à análise dos problemas e da dinâmica urbana, estando capacitado para assessorar a população na tomada de decisões que atendam as necessidades de cada bairro, resguardando sempre a vontade da maioria do bairro em questão, nesse sentido, o pesquisador/técnico/ planejador tem o um papel fundamental na concretização de uma pedagogia urbana.

A sociedade autônoma não será perfeita, mas certamente buscará conhecer melhor seu meio, seu lugar de vivência e poderá via seu conhecimento e da sua percepção de mundo, impor suas decisões na gestão da cidade, do planejamento urbano, fomentando as discussões, na busca de uma cidade mais justa, mesmo

sabendo que existirão conflitos e que eles trarão para o ser humano a luz da liberdade e a autonomia, tornando-os efetivamente participativos. Nesse contexto Martinez defende a pedagogia urbana, nas palavras do autor:

> Los fenómenos socioeducativos vinculados a las dinámicas urbanas antes expuestas, han tenido un diverso tratamiento en las últimas décadas pero, en su mayor parte, se han concentrado en el campo de la pedagogía escolar, con un consecuente reduccionismo y escasa producción de conocimiento sobre las complejidades presentes en las relaciones entre las actuales contradicciones urbanas y las producciones culturales y educacionales locales. Bajo este presupuesto es que nos interesa ampliar la noción de **pedagogía urbana**, lo cual implicará, primero, indicar sus pasos pioneros y luego describir críticamente sus experiencias fundantes. En abordajes posteriores tendremos que abrir la dimensión investigativa a los problemas de la acción educativa en los espacios y territorios en conflicto. (MARTINEZ, 2008, p, 5, grifo nosso)

Martinez (2008) faz uma exposição sobre os fenômenos sócio educativos atrelados a dinâmica urbana, afirmando que existe um tratamento diferenciado a este assunto, mas na verdade os estudos tem se concentrado às questões escolares e não, necessariamente, se produziu conhecimento a respeito da dinâmica urbana. Portanto, cabe expandir a noção sobre pedagogia escolar em uma pedagogia urbana, que visa o estudo da cidade e as consequências do seu desenvolvimento que causam muitos conflitos entre a sociedade e poder.

O estudo da cidade deve ser enfatizado na questão do conhecimento da cidade real e buscar por meio de debates a “cidade ideal” que atenda a população de maneira igualitária. Nesse sentido, as ideias de Martinez (2008) corroboram o que refletimos nessa discussão, a respeito da necessidade de se pensar o planejamento urbano como diálogo com a sociedade, mas para se atingir um planejamento participativo necessitamos criar as bases de uma cultura de planejamento que a pedagogia urbana fomentaria.

É importante reconhecer que a pedagogia urbana pode fundamentalmente transmitir a possibilidade de conhecer o lugar de fato e a partir deste assimiliar saberes que facilitam a participação de modo consciente de seu papel de cidadão, que cidade é um espaço de acumulação cultural e cabe ao educador possiblitar esta experiência por meio das práticas educativas.

Ao mesmo tempo precisamos ter este mesmo cuidado com a população adulta, como ampliar os espaços de debates para que elas participem mais ativamente das dicisões da cidade que queremos. Segundo Antonello e Veiga (s/d, p. 4) a transformação da sociedade será possível quando os saberes convergirem para uma mudança social dentro do espaço urbano.

> A possibilidade de transformação encontra-se na busca constante de promover uma formação que não se restrinja ao saber formal, mas que se atrele também ao saber informal, sendo a conjunção de ambos permeada por uma visão ampla de mundo que pode estimular o *empoderamento* da sociedade mediante a dinâmica do espaço urbano. (ANTONELLO; VEIGA, s/d, p. 4)

A participação da população é uma oportunidade de mudar a lógica excludente que existe em relação ao espaço urbano, que territorializado no contexto da cidade em bairros distintos formam uma malha cheia de especificidades que precisam ser analisadas de maneira diferenciada para atender as necessidades imediatas da população. Isto só vai acontecer por parte do poder público se esta população estiver mobilizada e tiver conhecimento de causa dos seus problemas para levar à mesa de debates as suas reais solicitações, transformando o seu lugar e diminuindo a exclusão e segregação do espaço urbano, trazendo para todos sensação de pertencimento no bairro que habita.

3 O PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DE LONDRINA – PDJPL

Nessa seção nosso objetivo é explanar sobre os Planos Diretores Municipais que foram elaborados em Londrina antes e depois da aprovação do Estatuto da Cidade (2001). Os primeiros planos eram elaborados por equipes técnicas formadas preferencialmente por engenheiros e arquitetos, estes estudos eram feitos somente dentro do gabinete e, muitas vezes, engavetados pois serviam apenas para cumprir a prerrogativa de algum projeto de liberação de verbas públicas. A população nunca era ouvida e suas necessidades não faziam parte destes documentos.

> A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988, Art. 182)

Este artigo da Constituição Federal foi colocado em prática com a aprovação do Estatuto da Cidade em 10 de julho de 2001 e transformou-se na Lei no 10.257/2001. A partir dessa aprovação a participação popular foi essencial para a aprovação do Plano Diretor Municipal nas cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes, principalmente para a liberação de recursos federais.

No Estado do Paraná o governo somente firmou convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que dispunham de Planos Diretores que observassem o Estatuto da Cidade, independentemente do número de habitantes. Neste caso todos os municípios paranaenses deverão elaborar o seu Plano Diretor Municipal, seguindo as normativas da Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial Nº 7276 de 26/07/2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

Londrina tinha um Plano Diretor aprovado em 1998 e necessitava rever este plano em dois aspectos primeiro para atender o Estatuto da Cidade (2001) e segundo para se adequar a legislação estadual, principalmente por fazer parte de uma região metropolitana e em 2008 tinha mais de 500.000 habitantes (Estimativa do IBGE).

A equipe técnica municipal inicia o processo de revisão do Plano Diretor em 2005 e como este trabalho a perspectiva de envolver os estudantes das escolas

municipais, estaduais e particulares no processo de debates e leitura da realidade, objeto desta pesquisa.

3.1 OS PLANOS DIRETORES DE LONDRINA – DO TECNICISTA AO PARTICIPATIVO

O modelo de urbanização e planejamento territorial no Brasil tem sido ao mesmo tempo resultado e causa da exclusão social nas cidades; porque até a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) esse era o modelo adotado para os municípios brasileiros, no qual o planejamento urbano era realizado por técnicos das prefeituras, sobretudo engenheiros e arquitetos, que vislumbravam o planejamento em quatro paredes, ou seja, subtendente a soberania do conhecimento técnico em detrimento do conhecimento da sociedade. Tal fato tem relação direta com a visão de planejamento dominante, bem como, para cumprir as formalidades legais principalmente quando este tipo de planejamento era exigido para o recebimento de recursos.

Nesse contexto, a preocupação central não tinha como objetivo específico que viabilizasse a melhoria da qualidade de vida da população que necessitava de equipamentos urbanos o que normalmente aumentavam principalmente a degradação ambiental. Fazer um planejamento territorial inclusivo é trabalhar para reverter às dinâmicas de reprodução das várias formas de exclusão que se instalam no território. No Brasil, muitas cidades tinham um plano diretor elaborado pelos técnicos das prefeituras ou consultorias contratadas para a sua realização, mas até a aprovação do Estatuto da Cidade (2001) esses trabalhos não primavam pela participação da população e ficavam engavetados e não eram colocados em prática.

> Alguém já disse que o período mais rico no que se refere à quantidade de planos diretores urbano-municipais e de propostas de planejamento urbano produzidos, foi na época de Serfhau (1964-1974), na qual estes planos diretores foram invocados para restabeleceram a ordem urbana mediante um conjunto de regras e de ações, fazendo crer que estariam aptos a resolver os problemas urbanos que apontavam. Eram problemas que diziam respeito à modernização das estruturas fiscais e administrativas das prefeituras, à determinação do espaço de vida urbana para a sociedade e à definição das diretrizes de desenvolvimento do município. (NYGAARD, 2005, p. 31)

Esse modelo de urbanização brasileira produziu cidades caracterizadas pela fragmentação do espaço e pela exclusão social e territorial. O crescimento periférico

desordenado associado à profunda desigualdade entre áreas pobres, desprovidas de toda a urbanidade, e áreas ricas, nas quais os equipamentos urbanos e infraestruturas se concentram, aprofunda essas características, reforçando a injustiça social inviabilizando a cidade para todos, dificultando o surgimento da cidadania efetiva por meio da participação.

Para minimizar esses problemas e colaborar para a transformação deste modelo de urbanização, o Ministério das Cidades priorizou o apoio ao planejamento territorial urbano e à política fundiária dos municípios. Dessa forma, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) teve como missão implantar o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), mediante ações diretas, com transferência de recursos da Ouvidoria Geral da União (OGU) e ações de mobilização e capacitação.

Sua missão naquele momento era estimular, articular e apoiar uma rede de parceiros, por meio de processos participativos e democráticos, contribuindo para a organização humanizada do espaço urbano, ampliando o acesso sustentável a terra urbanizada e transformando a cultura de exclusão territorial das cidades brasileiras.

A aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) regulamentou o capítulo da política urbana da Constituição Federal nos seus artigos 182 e 183, obrigando os municípios a adequarem suas legislações urbanísticas. Ele determina que a política urbana ordene o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e aponta diretrizes que devem orientar essa política:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis;
- Função social da propriedade;
- Gestão democrática da cidade;
- Recuperação dos investimentos do poder público que tenham resultado em valorização imobiliária;
- Justa distribuição dos ônus e dos benefícios do processo de urbanização; adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira aos objetivos do desenvolvimento urbano.

As funções sociais da cidade compreendem o direito da população à moradia, transporte público, abastecimento de água, rede de esgoto, drenagem,

energia elétrica e iluminação pública, saúde, educação, cultura, lazer, segurança, preservação e recuperação do patrimônio ambiental, histórico e cultural. Os espaços privados da cidade podem ser transformados mediante o uso de instrumentos para o desenvolvimento urbano, visando atender às funções sociais da cidade.

A propriedade urbana cumpre sua função social quando utilizada para habitação, atividades econômicas geradoras de emprego e renda, proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio cultural. Este preceito legal visa acabar com o mau uso da propriedade e o uso especulativo de imóveis urbanos.

O Estatuto da Cidade oferece também novos instrumentos para que os municípios possam intervir nos processos de planejamento e garantir a efetivação dos direitos por ele regulamentados. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, cabendo a ele, inclusive, definir as diretrizes do plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbanos, na oferta dos serviços públicos essenciais, para assegurar melhores condições de vida à população.

O Estatuto determina que o processo de elaboração e a fiscalização da implementação do Plano Diretor de cada município envolvam amplamente os munícipes. Em seu art.40, §4º, determina que os Poderes Legislativo e Executivo municipais deverão garantir:

> I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representantes dos vários segmentos da comunidade;
> II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
> III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (Brasil, 2004, p. 33)

O Plano deverá conter no mínimo segundo o art. 42 várias diretrizes que definem as áreas urbanas (perímetro e expansão), áreas de habitação de interesse social; parcelamento do solo, proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, sistema de acompanhamento e controle. Várias outras que objetivam uma política urbana que atenda adequadamente a população e ao crescimento ordenado da cidade.

Em Londrina desde sua implantação como município já existia uma preocupação com o ordenamento territorial no governo do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1951-1955), o engenheiro urbanista Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, foi convidado para assessorar o município na elaboração da Lei 133, de 27/12/1951, criava regras para loteamentos, como parâmetros para arruamentos, largura de calçadas, dentre outras normas. Estabelecia as primeiras regulamentações sobre os loteamentos e urbanização do município. Londrina encontrava-se no auge de um ciclo vertiginoso de crescimento, sob a égide da economia cafeeira.

No mandato de José Hosken de Novaes (1963-1969) a preocupação voltava para o estabelecimento de áreas industriais e a delimitação das áreas de comércio e da área institucional do município. Na sua gestão elaborou o Plano que traçava as diretrizes para o desenvolvimento da área urbana do município, delimitando os usos: comercial, residencial e industrial, ampliou as proposições das antigas leis, propôs o surgimento de uma grande avenida, a partir da remoção da linha férrea do centro da cidade transformando esta área e incorporando-a ao centro histórico já consolidado. O município, que já acumulara recursos da economia cafeeira, apresentou um forte apelo à industrialização, criando a Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL).

Na gestão de Antonio Casemiro Belinatti (1977-1982) é elaborado o PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano (1979) é apresentado da seguinte maneira,

> O Diagnóstico da Situação/79, da cidade de Londrina, é um trabalho realizado pela equipe multidisciplinar da Prefeitura do Município de Londrina, pertencente ao quadro da Secretaria de Planejamento, se insere como um dos trabalhos desenvolvidos por esse órgão de acordo com as Diretrizes estabelecidas para o Primeiro Programa de Investimentos Urbanos para as Cidades de Porte Médio do Estado do Paraná. (PML, 1979, p.6)

O Plano Diretor de 1998 foi elaborado por uma equipe multidisciplinar: técnicos das várias secretarias municipais, CEAL, Sinduscon-Norte, Universidade Estadual de Londrina, o Estatuto da Cidade estava em tramitação na esfera federal, mas alguns dos seus instrumentos foram utilizados na elaboração do PD/98, principalmente as legislações pertinentes ao ordenamento territorial criaram uma lei geral, as leis de parcelamento, de uso e ocupação do solo, de sistema viário, de perímetro e expansão urbana, inclusive dos núcleos urbanos dos distritos rurais.

Apesar de ter uma equipe multidisciplinar a população não foi ouvida e não teve espaço para manifestar suas necessidades e desejos de ter uma cidade melhor para se viver, mais humana, justa e solidária, até porque o Estatuto da Cidade foi aprovado em 2001, dois anos e meio depois da aprovação do Plano Diretor de 1998, mesmo tendo na Constituição de 1988 a defesa da participação social nas políticas públicas inclusive a urbana.

Organizou-se o diagnóstico do município e incluiu área rural que acabou por compor o documento entregue para aprovação na Câmara Municipal de Londrina, este trabalho foi um dos pioneiros no Brasil porque até aquele momento se falava apenas em área urbana e pela primeira vez um município fazia um plano com diretrizes que englobava o seu território por inteiro.

O documento aprovado em 1998, teve como base dois volumes o número 1 (Quadro 1) foi chamado de “Documento para Discussão”, dividido em 2 partes, compostas de seções com temas específicos:

Quadro 1 - Composição do volume 1

PARTE I
APRESENTAÇÃO
SUMÁRIO
METODOLOGIA
SEÇÃO I - HISTÓRIA
SEÇÃO II - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS
SEÇÃO III - POPULAÇÃO
SEÇÃO IV - ASPECTOS SÓCIAS
SEÇÃO V - DINÂMICA URBANA
PARTE II
SEÇÃO VI -ESTRUTURA ECONÔMICA
SEÇÃO VII -SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTE COLETIVO
SEÇÃO VIII -DISTRITOS
SEÇÃO IX -DIRETRIZES GERAIS

Fonte: Londrina. Proposta do Plano Diretor de 1998 (2008, p. 1)

Segundo o diagnóstico escrito para elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina em 2008,

> Cada uma destas seções era composta por uma análise e material gráfico (mapas, cartas, etc) que foram denominados de figuras para apresentação no volume. A maioria destas “figuras” tiveram seus originais produzidos (mapeados) no próprio IPPUL, e eram inéditos, tanto que acabaram gerando o primeiro Atlas do Município de Londrina, editado posteriormente (2000) pela Secretaria Municipal de

> Agricultura e Abastecimento - SMAA. (LONDRINA: PLANO DIRETOR, 2008, p. 1)

Percebemos que houve uma preocupação da equipe em produzir material tanto para leitura, consulta e análise, todo esse material fez parte do diagnóstico e geram as leis de Plano Diretor de 1998. Os documentos produzidos ficaram a disposição doa interessados na biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, material muito procurado por estudantes de Engenharia, Arquitetura e de Geografia para elaboração dos vários trabalhos de conclusão de curso.

O segundo volume era composto pelas minutas dos projetos de lei que deveriam ser apreciados e aprovados pela Câmara Municipal de Londrina, reafirmando que os munícipes não tiveram participação na sua elaboração. As leis (quadro 2) foram aprovadas em 20 de julho de 1998.

Quadro 2 - Leis Aprovada em 1998

N° da Lei	Súmula
7482	Institui o Plano Diretor do Município de Londrina e dá outras providências
7483	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Londrina e dá outras providências
7484	Define o Perímetro da Zona Urbana e da Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município de Londrina.
7485	Dispões sobre o Uso e a Ocupação do Solo na Zona Urbana e de Expansão Urbana de Londrina, e dá outras providência
7486	Estabelece critérios para concepção do Sistema Viário do Distrito Sede do Município de Londrina

Fonte: LONDRINA: Proposta do Plano Diretor de 1998 (2008, p. 1)

Nas análises dos documentos verificamos que em 1998 o Plano Diretor já incorporava na sua metodologia algumas diretrizes que estavam sendo debatidas no Brasil para aprovação do Estatuto da Cidade, na metodologia o Plano Diretor de 1998 (IPPUL, 1998, p. 1) foi definindo como "[...] um instrumento de gestão contínua para a transformação positiva da cidade e seu território, cuja função é estabelecer as diretrizes e pautas para ação pública e privada." Foi previsto também que sua revisão deveria acontecer em 10 anos, ou seja, 2008.

> O Plano Diretor de 1998 interpretava a produção da cidade como um processo de *"múltiplos agentes - incorporadores de terras, loteadores, construtores, poder público, órgãos estaduais de serviços, população",* e colocava o "*poder público municipal como*

> *operador ativo do processo de urbanização, para orientá-lo e caracterizá-lo"* recuperando o papel da prefeitura no reconhecimento dos agentes reais que intervinham no processo de construção da cidade, articulando as ações em prol do desenvolvimento social, e indicando mecanismos para a participação mais ativa e flexível da iniciativa privada. (LONDRINA: PLANO DIRETOR, 2008, p. 2)

Havia um desejo de efetivar um processo de planejamento urbano que atendesse todas as pessoas e que promovesse um desenvolvimento social, mas aqui percebemos que a iniciativa privada era a mais contemplada no quesito participação da construção da cidade. Mesmo que tendo uma crença que os interesses gerais da população iriam sobrepor aos dos particulares. Era preciso incluir as questões de planejamento no cotidiano das pessoas. Londrina: Plano Diretor (2008, p. 2)

> Incorporou-se a noção de planejamento integrado, vinculando "intervenções que tradicionalmente eram contidas e executadas de forma isolada, tais como o traçado do sistema viário, a definição de áreas de expansão urbana, a infra-estrutura, o dimensionamento dos lotes, a localização das edificações nos lotes, as áreas de lazer e preservação ambiental e inclusive dos distritos nesse processo".

Incluir os distritos foi uma forma de dar visibilidade a eles mostrando as suas reais necessidades, da mesma maneira a área urbana tinha muitos problemas principalmente às periferias que estavam esquecidas pelo poder público, os vários levantamentos realizados pelos técnicos do IPPUL, foram importantes para demonstrar a realidade de cada região da cidade que em seu perímetro urbano está dividida em norte, sul, leste, oeste e centro, fazendo com que o diagnóstico elaborado para o Plano Diretor de 1998, resultasse em eixos temáticos que viriam a ser melhor explorados na revisão do Plano Diretor de 2008.

A revisão do Plano de Diretor de Londrina, em 2008, se deu sob a premissa do Estatuto da Cidade aprovado em 2001 (Lei Federal nº 10.257/2001) que estabelece diretrizes específicas para o ordenamento territorial e a obrigatoriedade da gestão democrática (participação popular), leitura da realidade. Afirma que a todos os brasileiros devem ser garantidas cidades sustentáveis, mediante o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para todas as gerações. Sem esquecer que o Plano é municipal e deve considerar todos os aspectos inclusive a zona rural do município.

Prevê a participação popular como premissa para o desenvolvimento do Plano, etapa desenvolvida por meio de consultas populares pela equipe do IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, juntamente com a participação das secretarias municipais, conselhos municipais, Universidades, Sindicatos, Entidades de Classe, ONG's e profissionais ligados a temática urbana

Também estabelece a criação de cidades mais justas, cujas propriedades exerçam sua função social junto à comunidade, evitando assim, a especulação imobiliária, fortalecendo as questões coletivas em detrimento das individuais, proporcionando maior acesso aos equipamentos urbanos e serviços públicos. Promove por meio da identificação das áreas de proteção e intervenção, visando à sustentabilidade socio-ambiental e tenham uma harmonia entre as zonas ocupadas, para Gladosch apud NYGAARD, (2005, p.147):

> Deve, assim, o poder público estabelecer dispositivos que, aplicados criteriosamente a cada caso corrente, propiciem a localização das atividades humanas em zonas que lhe são adequadas, vedando, por outro lado, que elas se localizem nas que não lhe são favoráveis e orientando, ao mesmo tempo, a expansão de cada zona no sentido oposto às outras, a fim de que, entre uma e outra, se estabeleça uma transição suave e conveniente, sem mutações bruscas e sem que, na sua ligação, a diversidade flagrante delas faça sentir onde uma termina e onde a outra começa.

A necessidade de ordenação das funções sociais e a garantia do bem estar, foram fundamentais para orientar o desenvolvimento das pesquisas a fim de definir o processo de urbanização e tentar resolver os problemas ambientais existentes no território municipal de Londrina. Como o plano é um instrumento que tem como finalidade orientar as transformações a curto, médio e longo prazo, o PDM de Londrina (2008) teve como objetivos gerais:

- Promover o desenvolvimento do Município mediante um processo de planejamento contínuo e integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais;
- Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano, condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o meio ambiente natural, o meio rural e o meio urbano em processo de crescimento;
- Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de prioridades e da racionalização

de investimentos, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática;

- Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto da Cidade, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

Seus objetivos específicos foram determinados a partir dos gerais, relacionados com os diversos aspectos (sociais, econômicos, ambientais, urbanísticos, institucionais e regionais) que identificam temas da realidade do local, como: segurança; cultura e patrimônio histórico; emprego e renda; integração e desenvolvimento urbano/rural/regional; pólo tecnológico; transporte; ambiental; saneamento; habitacional.

Com os seus objetivos definidos era preciso estimular a população a participarem do processo de elaboração do PDPML, foram realizadas campanhas de mobilização e sensibilização, utilizou-se de diversas mídias, como divulgação da ação via Internet, textos e publicações, realização de oficinas, seminários e cursos visando o intercâmbio de ideias e à criação de conceitos. Garantindo a participação nas reuniões regionais, audiências públicas, pré-conferências e conferência municipal, dando voz à população que pôde sugerir, opinar, criticar inclusive a forma de ocupação urbana, que muitas vezes não atendem as necessidades dos seus munícipes. Souza (2008, p. 181) afirma “Conflitos e contradições não devem ser escamoteados, e sim superados, e consensos, em sentido genuíno, só podem ser alcançados sobre os alicerces da livre participação de todos os envolvidos”.

O processo de revisão iniciou-se pela Leitura da Realidade e foi concomitante a Leitura Técnica, os envolvidos no processo elaboraram os documentos para ser apresentados para a comunidade que levavam os seus problemas e apresentavam as suas sugestões. Muitas vezes as questões eram simples do ponto de vista técnico como a mudança de um ponto de ônibus, que poderia melhor atender a comunidade, outras vezes eram mais complexas porque a demanda necessitava de recursos como a pavimentação de ruas, oferta de vagas na educação infantil, ampliação de horário das unidades básicas de saúde, mas todos tinham a oportunidade de manifestar os desejos e anseios para um bairro melhor para se viver, com qualidade de vida.

Nesse sentido o relatório da leitura comunitária elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina destacou que,

> É no Plano Diretor que deverão estar as regras sobre assuntos que influenciam a vida de todo cidadão: sistema viário, saneamento, ocupação do solo, transporte e saneamento urbano, patrimônio histórico, meio ambiente, código de edificações, desenvolvimento tecnológico, proteção social. Sua elaboração, implantação e acompanhamento devem acontecer, obrigatoriamente, com ampla participação popular, ou seja, é imprescindível a participação dos diversos setores da sociedade civil e do governo nesse debate: técnicos da administração municipal e dos órgãos públicos estaduais e federais, cientistas das Universidades, representantes dos movimentos populares, das associações de bairros, dos sindicatos, das ONG's e demais organizações sociais, além de empresários de vários setores da produção. (LONDRINA: PLANO DIRETOR, 2008, p. 5)

Ler a cidade significa fazer uma radiografia (Raio X) do que está acontecendo, ver os problemas e buscar soluções junto aos que sofrem com a falta de médicos, segurança, espaços de lazer, escolas, transporte coletivo, moradia digna. Porque quem está no gabinete não sabe o que as pessoas que moram nas periferias sofrem no dia a dia, então eles precisam promover e participar das oficinas com a população, a fim de viabilizar as soluções que atendam as solicitações da comunidade, o planejamento politizado para Souza (2008, p. 183) é,

> Devido ao seu cunho prático-político, as propostas de intervenção, mesmo tendo a sua formulação baseada em análises e diagnósticos que incorporam a dimensão (inter)subjetiva dos agentes sociais envolvidos, necessitam, de um ponto de vista autonomista, ter a sua implementação submetida a escrutínio popular, ocasião em que poderão ser calibradas e corrigidas.

O poder público e o órgão responsável pela revisão do plano devem estar abertos para aprender com os diversos grupos durante os processos de participação. Chamamos de "participação" na verdade é um grupo de atitudes, procedimentos e instrumentos, destinados a: sensibilizar, informar, capacitar, incentivar a tomada de decisões coletivas e aprimorar o controle social para fazer valer a tomada de decisões advindas da comunidade.

Este planejar o futuro da cidade por meio da participação foi explicitado no relatório da leitura da comunidade,

> [...] “Ler a cidade” não é leitura exclusiva de especialistas, e pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade. [...] A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando enfocar todo o território do município. [...] A leitura participativa, portanto, é ocasião para que todos conheçam visões e modos de pensar diferentes dos seus. Desta forma, as leituras técnicas produzidas pelos profissionais da Prefeitura ou por consultores devem ser enriquecidas com as leituras comunitárias, feitas pela população, sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros. (LONDRINA: PLANO DIRETOR, 2008, p. 5)

Fazer um trabalho com este propósito não é tarefa fácil e vai ao encontro ou mesmo desencontros em muitos segmentos da sociedade, os encontros são aqueles que desejam ter seus anseios atendidos, querem ser ouvidos, suas necessidades são urgentes e precisam de soluções para uma cidade mais acolhedora e sustentável, houve vários questionamentos sobre a participação da população nas reuniões, os técnicos respondiam que estavam atendendo a legislação estadual e federal, e sem a participação popular o Plano Diretor não poderia ser validado. Debater democraticamente a cidade é dar voz a todos os cidadãos este papel é do poder público em viabilizar a participação das pessoas e levar as discussões sobre o Plano Diretor em todas as regiões da cidade e também no espaço rural.

É preciso promover uma participação efetiva, é criar uma cultura de planejamento, é formar pessoas capacitadas para dizer o que precisam para melhorar o seu cotidiano, é fomentar os debates dando voz a todos e, principalmente aos excluídos, é uma cultura cidadã que desenvolva o ser humano onde ele estiver planejando o município de forma consciente. Para atingirmos tal meta no desenvolvimento do Plano Diretor necessitamos de autonomia, ou seja, é necessário que a sociedade assuma uma consciência para tomar decisões e estar abertos para mudá-las sempre que for necessário.

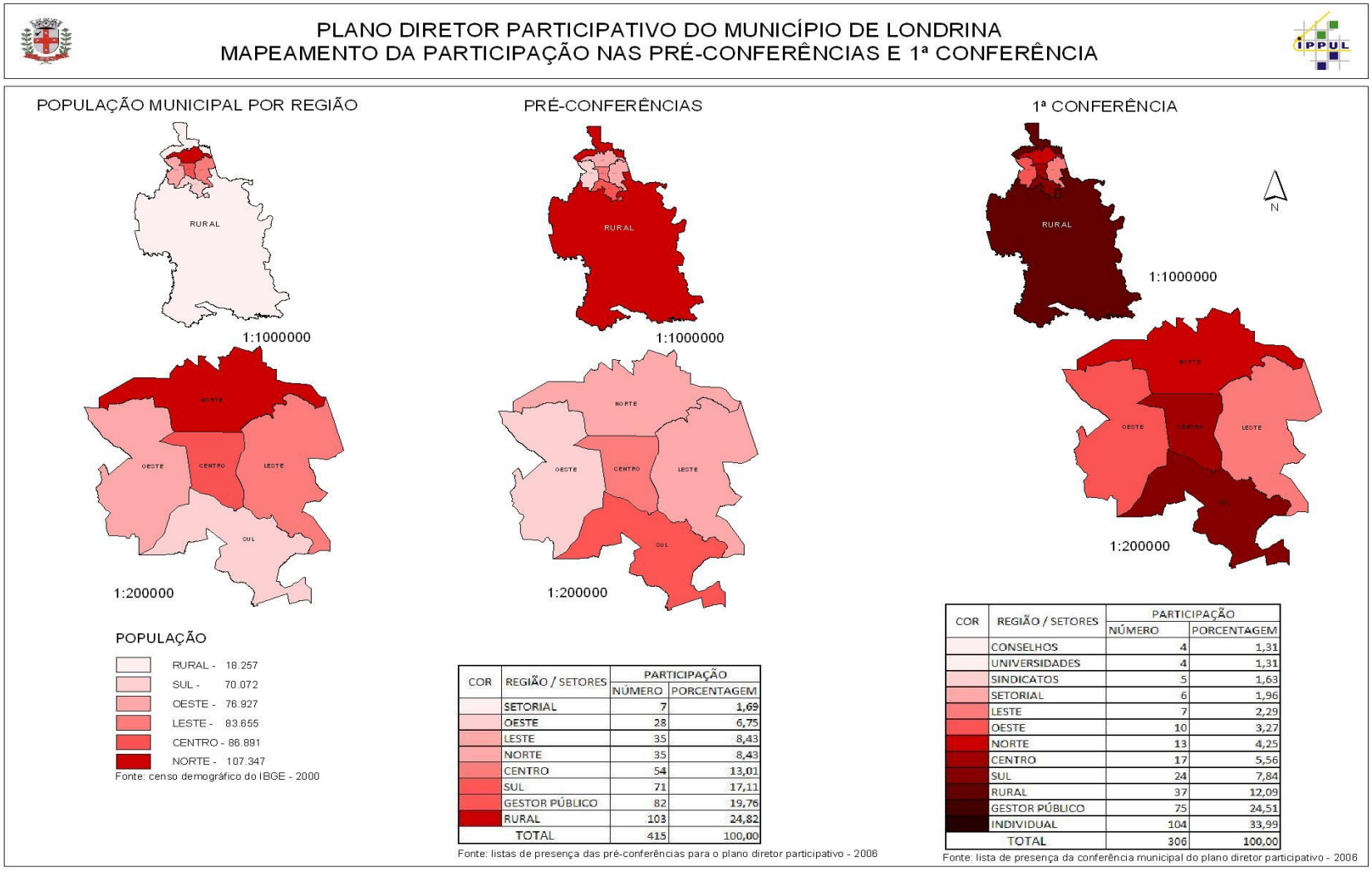
> O desenvolvimento sócio-espacial deve ser visto, assim, como um infindável processo de busca do justo e do melhor em matéria de instituições e relações sociais. Nenhuma instituição, nenhum regime, nenhuma relação social será jamais tão boa que não admita aperfeiçoamento. (SOUZA, 2008, p. 186)

Nesse sentido, em 2008, a coordenação geral para revisão do Plano Diretor seguiu as regras e orientações do Ministério das Cidades, promoveu um amplo

debate com a comunidade, que resultou nos relatórios da leitura comunitária, revisão do plano de 1998, leitura técnica e formulação da Lei Geral do Plano Diretor, com a revisão marcada para 2018.

Podemos observar na figura 1 como se deu a revisão do PDPML, mediante a realização do processo participativo por regiões da cidade.

Figura 1 - Participação nas pré-conferências e 1ª Conferência no PDPML de 2008



COR	REGIÃO / SETORES	PARTICIPAÇÃO	
		NÚMERO	PORCENTAGEM
	SETORIAL	7	1,69
	OESTE	28	6,75
	LESTE	35	8,43
	NORTE	35	8,43
	CENTRO	54	13,01
	SUL	71	17,11
	GESTOR PÚBLICO	82	19,76
	RURAL	103	24,82
TOTAL		415	100,00

Fonte: listas de presença das pré-conferências para o plano diretor participativo - 2006

COR	REGIÃO / SETORES	PARTICIPAÇÃO	
		NÚMERO	PORCENTAGEM
	CONSELHOS	4	1,31
	UNIVERSIDADES	4	1,31
	SINDICATOS	5	1,63
	SETORIAL	6	1,96
	LESTE	7	2,29
	OESTE	10	3,27
	NORTE	13	4,25
	CENTRO	17	5,56
	SUL	24	7,84
	RURAL	37	12,09
	GESTOR PÚBLICO	75	24,51
	INDIVIDUAL	104	33,99
TOTAL		306	100,00

Fonte: lista de presença da conferência municipal do plano diretor participativo - 2006

Fonte: Londrina. Plano Diretor: Leitura Comunitária (2008, p. 22)

A Figura 1 consta no Relatório da Leitura Comunitária, o qual coloca nas pré-conferências ocorreu a participação de 415 pessoas momento que o Plano Diretor foi discutido nas regiões da cidade e também nos distritos rurais. O mapa temático do município de Londrina, (Figura 1) retrata as seguintes informações: no primeiro temos a população total do município de 447.065 pessoas sendo 96,94% (433.369 pessoas) viviam na área urbana, e 3,06% (13.696 pessoas) na área rural, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000; o segundo demonstra a participação e verificamos que a população rural foi a mais participativa com 24,82% (103 pessoas), seguida pela região sul com 17,11% (71 pessoas), na sequência a região central com 13,01% (54 pessoas), região norte e leste com 8,43% (35 pessoas cada uma) e oeste com 6,75% (28 pessoas), a participação da zona rural e zona sul foram frutos de uma maior articulação das pessoas principalmente em função dos problemas que enfrentam no seu cotidiano e viram nesse processo uma oportunidade de levar para o poder público as suas demandas na esperança de ser atendida nas suas necessidades mais básicas como moradia digna, saúde, educação, lazer e no caso da zona rural um problema recorrente era as péssimas condições das estradas rurais, que dificultava o seu ir e vir, inclusive no escoamento da produção causando muitas perdas sobretudo econômica. A participação mais intensa nas pré-conferências se deu principalmente porque foram realizadas em locais estratégicos e ficavam perto do local de moradia das pessoas, que podiam fazer o trajeto a pé.

Na Primeira Conferência participaram 306 pessoas, a participação foi a seguinte: zona rural 37 pessoas (12,09%), zona sul 24 pessoas (7,84%), centro 17 pessoas (5,56%), norte 13 pessoas (4,25%), oeste 10 pessoas (3,27%) e leste 7 pessoas (2,29%) é possível analisar que em relação as pré-conferências houve uma diminuição no números de pessoas participando, provavelmente isto se deu por conta de que a 1ª Conferência foi realizada na Câmara Municipal de Londrina e muitos tiveram dificuldades para se locomover uma vez que não havia a disposição de transporte para que a população pudesse efetivamente participar.

Como resultados deste trabalho apesar da pequena participação neste evento foram colocados em prática os mecanismos de participação definidos no Estatuto da Cidade (2001), verificamos que houve a participação popular, as pessoas puderam fazer propostas por meio da organização da comunidade local, explicitaram os problemas vivenciados no seu território, e dessa forma, lutar por, soluções, se fez

ouvir e venceu as barreiras impostas pela não participação da sociedade, mas muito ainda há que ser feito. IPPUL (2008, p. 9), “Assim, vencidas as principais barreiras, e explicitados os principais limites, [...] inspirado pelos sonhos do povo, e dos poetas, e pela convicção de que este trabalho é um tijolo importante da ponte que une o sonho à realidade [...]”.

Para fomentar mais a participação foi proposto em 2006, à aplicação dos mesmos procedimentos de discussão do Plano Diretor aos jovens do município de Londrina, para efetivamente criar a cultura de planejamento urbano. Nasceu o Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina como objeto de trabalho concomitantemente aos desenvolvidos na revisão geral do plano municipal, exigência da Secretaria Municipal da Educação.

> Os trabalhos do Plano Jovem não obedeceram o mesmo caráter formal do Plano Adulto no que se refere à exigência de ampla divulgação e convocação (oficial) para os debates, uma vez que foram direcionados a um segmento específico — o público escolar, tendo a mobilização sido feita no âmbito das escolas. Ele foi, contudo, um projeto muito bem aceito pelo seu público-alvo. Na prática ele foi legitimado, tendo merecido os elogios e a gratidão do setor da educação, e o reconhecimento das autoridades públicas municipais. Em resumo, a juventude envolvida nessa iniciativa correspondeu feliz, às suas propostas, e recebeu a promessa de que suas sugestões serão incorporadas ao novo Plano Diretor Participativo do Município de Londrina. (IPPUL, 2008, p. 7)

O Plano Diretor Jovem Participativo, tema da nossa pesquisa, teve como objetivo fazer uma análise do importante papel que a juventude pode exercer na sociedade e como a educação para a participação pode formar jovens críticos e conscientes do meio em que vive, sua atuação pode e deve fazer diferença no seu bairro, na escola e na cidade. Nesse sentido, visando contribuir com o planejamento urbano tendo como defesa a importância de se desenvolver uma cultura de planejamento, é que se considera que o ensino de Geografia e das demais disciplinas tem um papel fundamental de criar os alicerces de uma sociedade emancipada, e o plano diretor jovem participativo de Londrina, o qual será analisado no próximo tópico, é o caminho encontrado para tal intento.

3.2 Experiências na Participação dos Jovens no PDJPL (Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina)

Apresentamos os resultados de como ocorreu efetivamente à participação dos jovens no projeto do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina. Se o poder público proporcionou a efetividade da participação para concluir um processo que se arrastava desde 2005. Por exemplo, o que leva o poder público a escolher determinadas áreas para investimento que já possuam condições de vida alta e áreas distantes ficam em situação de quase “abandono”, com uma população carente por serviços de infraestrutura básica, nas áreas interurbanas ficam os vazios aguardando valorização.

Nesse sentido, é preciso incluir diariamente na escola a discussão sobre o território e a condição sócio/cultural de cada indivíduo para esclarecer o seu papel de cidadão dentro do planejamento da cidade, formar alunos críticos que consigam enxergar as discrepâncias que existem nos bairros centrais e nos periféricos, capazes de analisar que de fato nem todos tem o mesmo direito à cidade e de usufruir dos equipamentos públicos disponíveis.

O Projeto do Plano Diretor Jovem (anexo 1) teve seus trabalhos iniciados em 2005 e desenvolvidos nas escolas nos meses de fevereiro e março de 2006, e sua conclusão foi em 08/04/2006 com a Conferência do Plano Diretor Jovem de Londrina, realizada na Câmara Municipal de Londrina. A comunidade escolar teve oportunidade de entender e refletir sobre algo que, embora seja essencial para o desenvolvimento do município, já foi visto como de domínio exclusivo de técnicos. As discussões ocorreram em todas as regiões do município, inclusive zona rural, e as escolas propuseram vários trabalhos para que os alunos pudessem compreender e contribuir na formulação do documento, indicando problemas e buscando encontrar as melhores soluções para o crescimento sustentável de Londrina.

Segundo os coordenadores da Revisão do Plano Diretor Participativo de Londrina em discussões no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL era preciso envolver os jovens estudantes do município nos debates sobre o planejamento da cidade e também do meio rural. O questionamento centralizou nas seguintes perguntas:

1. Como envolver os alunos num tema técnico como este?
2. Como buscar parcerias que ajudassem a divulgar um tema tão importante?
3. Como divulgar um projeto de abrangência municipal?

Foram estas perguntas que moveram a equipe a elaborar um projeto voltado para alunos do ensino fundamental e médio, e educação de jovens e adultos. A construção do projeto aconteceu em primeiro momento no gabinete e na sequência buscou-se apresentar a proposta às equipes de ensino da Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Ensino, Sindicato do Professores das Escolas Particulares de Londrina e Norte do Paraná (SINPRO) e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SINEPE), para ajustar o projeto de acordo com as especificidades de cada etapa de ensino e faixa etária dos alunos.

Após várias reuniões ajustou-se o projeto e a sua justificativa era a seguinte:

> O Projeto Plano Diretor Jovem Participativo proposto em 2005 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL –, visa à construção de novos conhecimentos contribuindo com a formação da cidadania, da democracia participativa, estimulando ações de cooperação, vinculadas à realidade urbano-rural e ambiental do município. Deve ser realizado através de atividades interdisciplinares, buscando a integração através educação. (CARTILHA DO PDJP, 2006, p.3)

Podemos observar que a justificativa é clara quanto à construção de novos conhecimentos, principalmente, porque a participação dos alunos no projeto proporcionaria a assimilação destes mediante a participação efetiva em todas as etapas que culminariam em uma conferência de alunos apresentando as suas propostas para o projeto final de revisão do Plano Diretor de Londrina.

Após a mobilização dos parceiros citados finalizou-se o material de divulgação do projeto, para ser utilizado nas intervenções que seriam feitas nas escolas, este material foi disponibilizado em reuniões com diretores, supervisores e pedagogos da rede estadual, municipal e particular em vários espaços disponibilizados para este fim, além de que os participantes das oficinas de trabalhos eram os multiplicadores da ideia em seus locais de atuação, já que reunir todos professores (as) do município não seria uma tarefa fácil. Para os participantes das oficinas ficava claro que o trabalho era uma novidade e que poderiam explorar o conhecimento prévio dos alunos a partir dos problemas que eles enfrentavam diariamente como falta de espaços de lazer, iluminação pública para alunos que estudavam no período noturno, falta de coleta de lixo regularmente, falta de asfaltamento, entre vários outros que foram detectados ao longo do projeto, percebemos que a ideia central era,

> A atuação interdisciplinar será aplicada em turmas do Ensino Fundamental e Médio das Escolas do Município de Londrina. Contempla a transposição didática, compreendendo as diferentes áreas do conhecimento relevantes para a aprendizagem do aluno. Pretende assegurar formas diversificadas e metodologias diferenciadas que promovam a discussão, reflexão, análise, argumentação, solução e disseminação dos problemas do município através do Plano Diretor Jovem Participativo. Estimular a democracia, justiça, solidariedade, dignidade, igualdade, generosidade, cidadania, respeito ao ser humano, ao patrimônio público e ao meio ambiente, são metas para aproximar a escola, a família e a comunidade na construção coletiva de uma cidade mais justa, democrática e sustentável. (CARTILHA DO PDJP, 2006, p.3)

Com explanações deste tipo o grupo de representantes sentia-se motivados em levar o projeto para as suas escolas, a equipe mantinha no IPPUL um grupo de estagiários *full time*, para informar e assessorar os professores que estavam colocando em prática o PDJP de Londrina, além de que os coordenadores visitam as escolas dando palestras e sensibilizando os alunos para participarem efetivamente. Nesse contexto o objetivo principal do PDPJ era,

> Introduzir no contexto pedagógico escolar a criação da cultura de planejamento e gestão participativa no município, incentivando a construção permanente de conhecimentos, decisões e propostas coletivas através do conhecimento da realidade urbano-rural e ambiental local, propiciando o pleno exercício de cidadania. (CARTILHA DO PDJP, 2006, p.4)

Além do objetivo principal havia os objetivos específicos que tratavam de como sensibilizar professores e alunos para participar do projeto, a saber: permear a absorção de novos conhecimentos, construir uma cidade melhor e mais justa, olhar em seu entorno os problemas e buscar soluções, envolver-se na busca da cidadania.

Estimular o aluno a ter um papel transformador no seu espaço de vivência era a busca fundamental para o exercício de uma cidadania participativa e democrática. O Estatuto das Cidades (2001) preconizava a participação, Londrina foi pioneira no Brasil em proporcionar um PD Jovem, que poderiam expressar seus desejos de uma cidade ideal para se viver, conforme o texto do projeto.

> O Estatuto é a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. É considerada uma das mais avançadas leis de política urbana do mundo. Proporciona aos municípios instrumentos de planejamento para melhorar a qualidade de vida dos habitantes das cidades. Entretanto a concretização dos avanços estabelecidos nesta

> legislação depende fundamentalmente do Plano Diretor municipal. Este deve definir a função social da propriedade e da cidade baseada na realidade de cada município. A Constituição brasileira define que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenamento da cidade expressas no Plano Diretor. Londrina tem Plano Diretor aprovado em 1998. Como o Estatuto foi aprovado posteriormente, ele deve ser revisado até outubro de 2006, conforme determina o Estatuto da Cidade. (CARTILHA DO PDJP, 2006, p.5)

Todas as atividades seguiram um cronograma que teve início em 09/11/2005 e finalizou-se em 08/04/2006 com a Conferência do PDJP, foram cinco meses de trabalho intenso da equipe, considerando as férias escolares os professores e suas equipes internas nas escolas executaram um trabalho com qualidade, um marco na história de Londrina, pois na época a cidade foi a única no Brasil que teve uma Conferência Jovem para discutir sobre o Plano Diretor Municipal.

No quadro 3 podemos observar cronograma seguido pelos participantes do projeto.

Quadro 3 - Cronograma do Plano de Ação do PDJPL

CRONOGRAMA DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE LONDRINA **DATA ATIVIDADE**
• 09/11/2005 - Apresentação do Plano Diretor Jovem Participativo para os Diretores, Supervisores e Pedagogos das Escolas do Município de Londrina – Auditório do Hotel Sumatra.
• 30/01/2006 Reunião com os Diretores das Escolas Estaduais. Local: NRE – 9h30 – Entrega do material de apoio ao professor, explanação sobre as estratégias de ação, repasse do local e horário do mini-curso dos multiplicadores.
• 01, 02 e 03/02/2006 Discussão nas Escolas e escolha de no mínimo 03 (três) e máximo de 06 (seis) representantes por escola para participarem do mini-curso para multiplicadores sobre Plano Diretor Jovem Participativo.
• Encaminhamento dos nomes dos multiplicadores pelo projeto ao IPPUL, através do e-mail: planodiretor.educacao@londrina.pr.gov.br
• Ou pelo telefone: 3372-4707 (Betinha ou Patrícia).
• 13/02/2006 Mini-curso para multiplicadores. Local: Hotel Sumatra. Horário: 10h às 12h.
• 15/02/2006 Repasse do mini-curso sobre PDJP, pelos multiplicadores, aos

professores das Escolas Estaduais.

- 13/03/2006 Prazo máximo para entrega dos planos de ação nas

escolas ao IPPUL – Coordenação do PDJP.14/03 a 28/03/2006 Discussão e execução do plano de ação do Plano Diretor Jovem Participativo junto aos alunos.
- 29/03/2006 Pré-Conferência nas escolas.
- 08/04/2006 Conferência Plano Diretor Jovem Participativo.
-

Fonte: Londrina, Cartilha do PDJP (2006, p. 15)

O projeto foi idealizado para atender os anseios dos alunos e de uma maneira que eles pudessem de fato participar de atividades que dessem voz as suas preocupações com a cidade, com o lugar onde moram. As atividades propostas pela equipe de coordenação poderiam ser adaptadas a realidade de cada escola e faixa etária dos alunos, não existia nenhuma determinação, era uma sugestão para ajudar os professores na hora de escolher os temas, pois a ideia era interdisciplinar. O desejo da equipe gestora era que os professores tivessem total liberdade para realizar seus trabalhos com os alunos, o objetivo era a participação cidadã. Podemos observar as sugestões de atividades no quadro 4.

Quadro 4 - Sugestões de Atividades

Sugestões de Atividades:

Português: Análise de textos de jornais, rádio e tvs, produção de textos, poesias, charges, histórias em quadrinhos sobre plano diretor, estatuto da cidade, o bairro, a cidade, o rio da minha rua (do meu bairro), lugares que gosto, que não gosto...

Matemática: Distância da casa até escola, até o centro, até pontos importantes como: Prefeitura, UEL, UniFil, Unopar, Catuaí, Cinco Conjuntos, União da Vitória, Parque Ney Braga, Parque Artur Thomas, etc. Medidas locais: quantidade de moradores (da quadra, do bairro, dos alunos), tamanho dos terrenos, tabelas, porcentagens, gráficos...

Geografia: Construção de mapas, maquetes, análises de gráficos e tabelas, arborização, educação ambiental, fundo de vale...

História: Fatos locais, história do bairro, pioneiros do bairro, nome da minha rua, patrimônio histórico e cultural...

Biologia/ Ciências: Questões da qualidade da água, do ar e do solo, vegetação (mata ciliar e arborização viária), clima, educação ambiental, vida animal, transmissão de doenças urbanas e rurais...

Física: Ruído, radiação, calor, vento/ventilação...

Química: Análise da água, resíduos sólidos (lixo), particulados...

Filosofia/ Sociologia: Construção da sociedade, formação do cidadão e da cidadã, etnias

no bairro e na cidade, diferenças culturais, participação política, organização da sociedade...

Artes/ Educação Artística: maquetes, cartazes, desenhos livres, música, gibis, cartilhas...

Educação Física: Atividades esportivas com a criação de campeonatos aproximando cada vez mais a comunidade do ambiente escolar...

Língua Estrangeira: pesquisa de como é o planejamento democrático em outros países...

Para os temas transversais as sugestões são:

Meio Ambiente: Identificar os espaços de preservação ambiental próximo à escola: praças, nascentes, córregos, rios, fundos de vale, arborização viária, vegetação. Iniciar o conceito de bacias hidrográficas como unidade de pesquisa e trabalho, ambiente urbano e rural, ecoturismo, permeabilidade do solo, sustentabilidade, drenagem urbana...

Saúde: diferença de gênero, controle de natalidade, mortalidade infantil, sexualidade, gravidez da adolescência, violência social (mulher, idoso, criança, adolescente, racial...), saneamento e doenças, acidentes no sistema viário: carros, motos, coletivos, pedestres...

Ética e Cidadania: Corrupção; desvio de verbas públicas e suas implicações na vida da comunidade; agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência, cultura pela paz, conviver em comunidade, desenvolver valores morais e éticos; trabalhar os sentimentos e emoções, inclusão social, participação política e democrática, papel da mídia...

Trabalho e Consumo: Mercado de trabalho, formação para o trabalho, vagas oferecidas, diferenças salariais, consumo e consumismo, incentivo e mídia para o consumo...

Obs: Muitos destes temas são trabalhados nas diversas disciplinas como conteúdos básicos.

Vale à pena salientar que toda a estrutura do programa está voltada para a formação docente e discente como objetivo de fortalecer as ações e planos didático-pedagógicos articulados à realidade vivenciada pelos alunos, professores e comunidade, a execução do projeto Plano Diretor Jovem Participativo, apoiando e possibilitando aos alunos, alunas e comunidade a construção da ética e da cidadania para produzir a cidade que queremos. Cada um é responsável pelo planejamento e sustentabilidade do ambiente. Desenvolvimento sustentável é uma construção coletiva! O Plano Diretor Participativo é a ferramenta para esta construção!

Fonte: Londrina, Cartilha do PDJP (2006, p. 13-14)

Mediante as análises dos documentos observamos que a preocupação era envolver a comunidade escolar e a execução das atividades era acompanhada pela equipe coordenadora, após a entrega da cartilha (anexo 1), os professores elaboraram um plano de ação com os alunos e enviaram para o IPPUL, efetivando assim a participação da escola no projeto.

Os trabalhos realizados nas escolas foram registrados por meio de fotos que fazem parte do arquivo de memória do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, e por este motivo não foi possível disponibilizar para compor esta

pesquisa, somente pudermos usar as que estão disponíveis no relatório do PDJP no site do Instituto.

Foram realizadas pré-conferências nas escolas para escolher e sistematizar as propostas dos alunos que seriam enviadas e defendidas por eles na Conferência Municipal do PD Jovem, a equipe gestora enviou representantes em todas as atividades que antecederam o trabalho final.

Como visto no cronograma a conferência foi realizada no dia 08/04/2006, o evento foi formatado nos preceitos do Estatuto da Cidade (2001), contou com uma mesa de autoridades da cidade para a solenidade de abertura e foi presidida pelo jovem representante do Centro Estadual de Educação Profissional Maria do Rosário Castaldi, que conduziu os trabalhos com o auxílio e supervisão da equipe gestora e seus professores coordenadores.

Os trabalhos começaram às oito horas da manhã, e seguiu o rito de todas as conferências já realizadas em Londrina, o local escolhido para receber os alunos foi a Câmara Municipal da cidade, o Instituto forneceu toda a estrutura de logística para recebê-los como: *coffee break*, almoço, segurança, apresentações culturais e principalmente a vontade de todos de fazer a diferença para termos uma cidade melhor para se viver. Segundo o relatório disponibilizado no site o evento foi

> Toda a Conferência foi gravada em DVD. As falas aqui apresentadas foram retiradas desse material, fonte riquíssima de informações sobre a participação do público escolar nos trabalhos de revisão do Plano Diretor de Londrina. Boa parte das imagens também foram retiradas dessa gravação. Deixam a desejar na qualidade, o que não diminui o seu poder de ilustração. Também foram utilizadas, aqui, fotos enviadas ao IPPUL pelas escolas estaduais Gabriel Carneiro Martins e Monsenhor Josemaria Escrivã, que mostram aspectos da realidade que os estudantes pesquisaram e que serviram de base para a formulação das suas propostas. (LONDRINA: LEITURA COMUNITÁRIA, 2008, p. 141)

O relatório de PDJP traz partes do trabalho que foi realizado nas escolas, elaborou-se uma síntese dos momentos mais marcantes registrados no dia da conferência além do acervo que havia sido enviado para o IPPUL, à conferência foi um momento único na vida de todos que participaram, pois trouxe a tona o papel da educação não só no sentido de formação de conceitos, mas de formar cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel no mundo a fala da Secretária Municipal de Educação Carmem Lucia Baccaro Sposti, retrata esta dimensão,

> [...] Então, eu vejo que esse dia de hoje, talvez a gente não tenha a dimensão da sua importância para o futuro da cidade, porque os jovens podem contribuir, as crianças têm uma pureza de sentimentos que muitas vezes extrapola os mais importantes conhecimentos técnicos. E a criança, realmente, ela vai contribuir porque ela não tem ainda aquele corporativismo de pensar em si somente; realmente ela está pensando numa sociedade mais fraterna, numa sociedade mais amiga, mais solidária. [...] Se nós colocássemos no Plano Diretor que nós gostaríamos que esse Plano Diretor nos desse o perfume das flores, pra ter o perfume das flores nós precisaríamos ter belas praças, ruas limpas... Então, vamos pensar grande, vamos pensar que é possível conseguir a cidade que nós sonhamos, e vamos também dar a nossa parte. Não basta dizer que nós queremos, mas nós mesmos não nos engajarmos nisso. Não basta dizer que precisamos cuidar do nosso planeta, precisamos cuidar das nossas nascentes, precisamos cuidar do meio ambiente... se nós não somos os primeiros a mudar o comportamento, a dar exemplo, a chamar a atenção para aquele que agride, aquele que destrói. (IPPUL, 2008, p. 140)

A expectativa de bons frutos colhidos por meio do projeto era a esperança de todos os participantes, que aguardavam ansiosos pelo início efetivo dos trabalhos para a aprovação das propostas elaboradas por eles, queriam debater e verificar se os problemas eram os mesmos nas regiões da cidade e saber das especificidades da zona rural, que estavam lá para esclarecer e mostrar que área rural os problemas são as vezes diferentes mas que também prejudicam o desenvolvimento das suas atividades cotidianas, tais como estradas rurais sem manutenção que dias de chuva fica intransitáveis e a população fica ilhada, não podem ir para a escola, escoar a produção e em caso de doença somente é possível sair das propriedades rurais de trator.

Foi um apelo dos jovens para serem ouvidos, e as suas falas eram carregadas de emoção e cobrança para que suas propostas fossem compor mesmo o Plano Diretor adulto, chamado assim pela equipe de elaboração do mesmo. Naquele momento os alunos podiam se expressar, dizer o que sentiam e quais eram as suas expectativas para o futuro de Londrina, a representante do Colégio Estadual Cléa Godoy F. da Silva foi enfática,

> [...] A gente se alegrou quando veio esse projeto, e eu mais ainda. Érico Veríssimo, em um de seus livros, ele deixou uma frase escrita que ao coração dos jovens, daqueles que conseguem entender, dá uma alegria muito grande: ‘Felicidade é a certeza de que a nossa vida não está passando inutilmente’. [...] A partir do momento em que foi aberta essa brecha pra nós virmos aqui, pegarmos o microfone, expressarmos nossa ideias, os problemas do nosso Colégio, nós

> estamos felizes porque nós conseguimos mais uma vez passarmos uma barreira, e estamos aqui pra desafiar, dizer que nós vamos construir uma Londrina pro futuro! [aplausos] Londrina vai ser diferente. Londrina vai ser diferente, mas nós vamos construir essa Londrina! (IPPUL, 2008, p. 140)

Os jovens clamam para ser ouvidos e, principalmente, fazer parte efetivamente da sociedade, do seu bairro, mas em muitos casos eles não se sentem apoiados para ir à luta, buscar novos horizontes. Este tipo de projeto deveria ser mantido, adaptado, realimentado para que jovens e adolescentes pudessem continuar o trabalhado desenvolvido em 2006. Eles são extremamente produtivos, criativos e quando tem liberdade para expor suas ideias eles voam alto e para longe, porque as janelas do conhecimento se escancaram literalmente e conseguem se ver no processo de discussão da cidade e da vida, sente-se completos. Freire (2017, p. 141) destaca,

> Esta reflexão sobre a situacionalidade é um pensar a própria condição de existir. Um pensar crítico através do qual os homens se descobrem em "situação". Só na medida em que deixa de parecer-lhes uma realidade espessa que os envolve, algo mais ou menos nublado em que e sob que se acham, um beco sem saída que os angustia e a captam como situação objetivo-problemática em que estão, é que existe o engajamento. Da imersão em que se achavam, emergem, capacitando-se para se inserirem na realidade que se vai desvelando.

Quadro 5 - Paródia "Que Londrina é essa?"

Que Londrina é essa?

Paródia da música do Legião Urbana – *Que país é esse?*, realizada pelas(os) alunas(os) do Colégio Estadual Maria José Balzanello Aguilera.

Letra: Ana Paula, Ana Paula Teixeira, Andréia Larissa, Vilma e Dieslly (2ª série B – 2º grau). Apresentada na Conferência do Plano Diretor Participativo Jovem, pela Banda do Colégio Estadual Maria José Balzanello Aguilera com a interpretação (voz) do professor Elizeu.

Nas favelas, na cidade, sujeira pra todo lado
Ninguém respeita essa região
Mas juntos mudaremos todo este problemão

Que londrina é essa?
Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?
Que Londrina é essa?

No São Jorge

Na Bratac

Santa Fé e União

Aeroporto

E no Vivendas

E no centro não está

Na morte eu descanso

Mas o sangue anda solto

Manchando os papéis

Documentos fiéis

Ao descanso do patrão

bom

Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?

Terceiro mandato se for

Piada do interior

E os políticos vão ficar ricos

Quando roubarem um milhão

Quando venderem todas as empresas

Do nosso povo no leilão

Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?

Que Londrina é essa?

Fonte: Londrina: Leitura Comunitária (2008, p. 142)

A segunda paródia apresentada pela Banda do colégio trazia uma letra voltada a participação das pessoas no processo de discussão da cidade (Quadro 6),

o que queremos para uma Londrina melhor para se viver, muitas vezes as mudanças depende de cada um individualmente e também do conjunto, onde as suas atitudes pode melhorar o seu bairro, a sua escola, a praça, etc., exemplos simples como não jogar lixo na rua, dar destinação correta para resíduos, economizar água, energia elétrica, entre outras pequenas coisas que não depende exclusivamente do poder público mas sim de cada um de nós.

Quadro 6 – Paródia "Londrina Let's Go!"

Londrina Let's Go!

Paródia da música *Regina Let's go*, do CPM22, feita pelas(os) alunas(os) do Colégio Maria José Aguilera.

Letra: Angélica, Cintia e Érica (2ª série B – 2º grau).

Adaptação da música: Gregori, Jonathan e Tiago (3ªC)

Apresentação: Banda do Colégio (2ª B e 3ª C)

É a hora de começar a mudar
E Londrina vai melhorar!
Cada um tem que se conscientizar:
C

om
união
tudo
pode
acontecer
Se os problemas da cidade
não interessam a você
Procure então compreender...
Quando você vai acordar

E só então vai perceber
O quanto Londrina depende de você?
O que aconteceu com o seu lazer?
E a polícia pra te proteger?
E a renda pra sobreviver?
Braços cruzados nada vai resolver

É a hora de começar a mudar
Londrina vai melhorar!

Cada um tem que se conscientizar
Pra união acontecer
Lembre-se de que o primeiro passo
É que faz tudo ocorrer
Procure então entender...
Quando você vai acordar

E só então vai perceber
O quanto Londrina depende de você?
O que aconteceu com seu lazer?
E a polícia pra te proteger?
E a renda pra sobreviver?
Braços cruzados nada vai resolver
É a hora de começar a mudar
Londrina vai melhorar!
Braços cruzados nada vai resolver

É hora de começar a mudar
E Londrina vai melhorar
Cada um tem que se conscientizar
Com união tudo pode acontecer
É agora ou então nunca mais
Ou você vai se arrepender

Fonte: Londrina: Leitura Comunitária (2008, p. 143)

Durante o ano de 2006 o IPPUL manteve um canal aberto para atender os alunos em todas as suas dúvidas e sugestões, foi disponibilizado estagiários para atender além das coordenadoras do projeto, após a conferência muitas escolas solicitaram a visita da equipe para fazer palestras, oficinas e outras atividades pertinentes ao PDJP.

Participou do projeto na etapa de sensibilização, divulgação e conferência um total de 825 pessoas. Um número significativo para o desenvolvimento de um projeto inédito no Brasil, este envolvimento foi obtido graças à disponibilidade das escolas e de seus professores em abraçar o tema e colocar em prática, num período curto de tempo, mas que efetivo e eficiente no seu propósito. O processo de trabalho foi intenso e resultou nos dados apresentados na tabela 1.

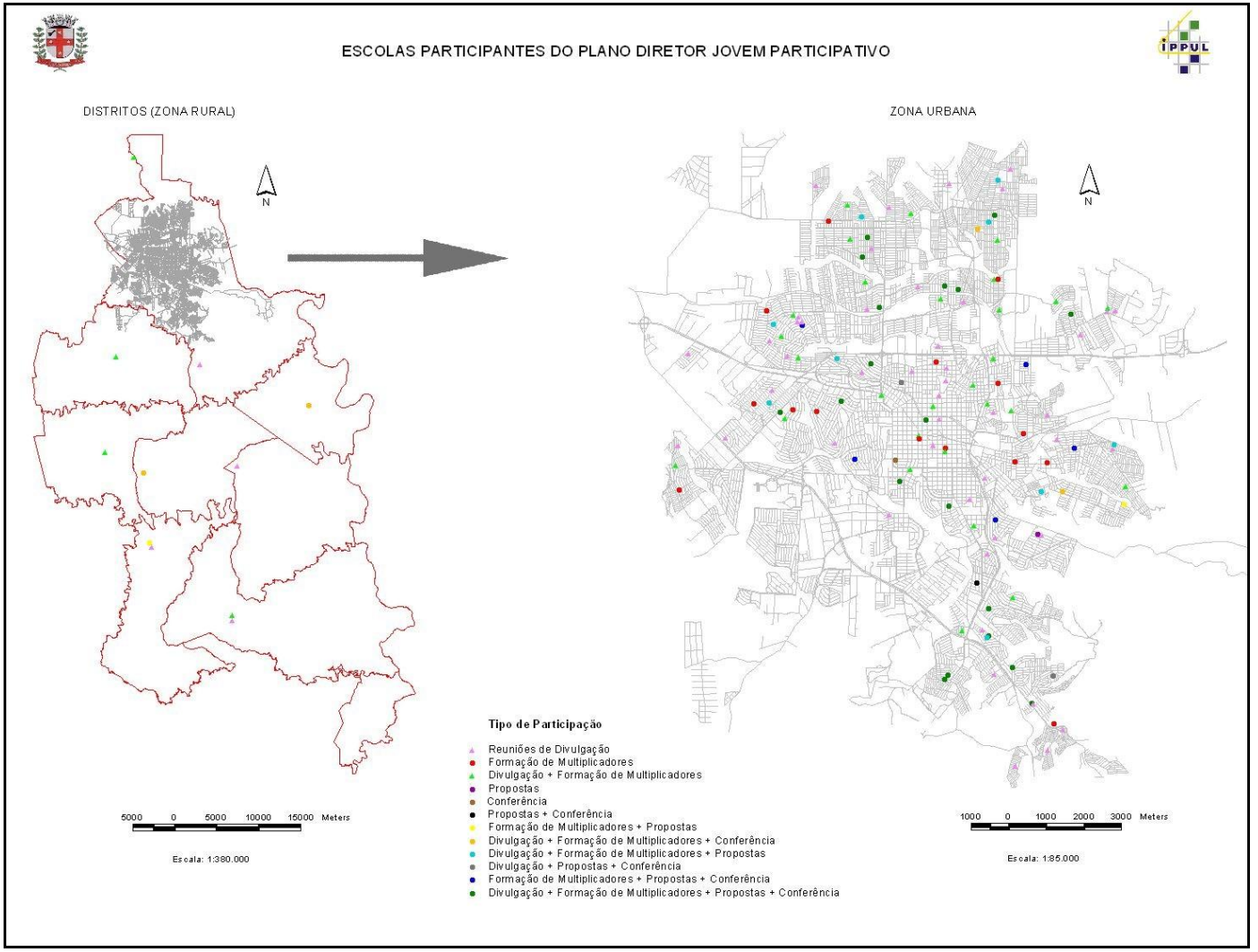
Tabela 1- Dados da participação do PDJPL

Tipo de Participação	NÚMERO DE ESCOLAS			
	Municipais	Estaduais	Particulares	Total
Reuniões de Divulgação	42	10	1	53
Formação de Multiplicadores	10	8		18
Divulgação + Formação de Multiplicadores	16	17		33
Propostas		3		3
Conferência			1	1
Propostas + Conferência		1		1
Formação de Multiplicadores + Propostas	1			1
Divulgação + Formação de Multiplicadores + Conferência	2	2		4
Divulgação + Formação de Multiplicadores + Propostas	5			5
Divulgação + Propostas + Conferência		2		2
Formação de Multiplicadores + Propostas + Conferência		5		5
Divulgação + Formação de Multiplicadores + Propostas + Conferência	4	15		19
Total	**80**	**63**	**2**	**145**

Fonte: Londrina: Leitura Comunitária (2008, p.147)

O projeto foi intensamente trabalhado pelos alunos e coordenadores, que ao final do processo em cada unidade escolar saíram fortalecidos e confiantes para participar da 1ª Conferência do Plano Diretor voltada para os alunos do município de Londrina, analisamos a importância do envolvimentos dos alunos e professores das regiões de Londrina de uma Meira positiva e eficiente no tange a disseminação de conhecimento da realidade municipal, podemos verificar a participação mediante a localização das escolas (Figura 2).

Figura 2 - Escolas Participante do Plano Diretor Jovem Participativo



Fonte - IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p.148)

No dia da conferência tivemos 211 alunos delegados com poder de voz e voto, para apresentar e defender as suas propostas que estavam voltadas para o entorno da escola, incluindo os fundos de vales que estavam próximos. Descobriram nos debates que muitos dos problemas que enfrentavam todos os dias eram comuns para as várias regiões da cidade e a população da zona rural e dos bairros periféricos eram as mais esquecidas pelo poder público municipal.

Juntos eram mais fortes e suas vozes ecoaram pela Câmara Municipal em busca de soluções para um lugar melhor para viver e ter sonhos, que podiam sonhar com um mundo muito melhor que sua participação fez diferença para todos que propuseram a vencer o desafio e confiaram que os jovens são muito criativos e observadores.

Verificamos que o planejamento participativo mostra que o cidadão que trabalha, estuda, vive e paga seus impostos está capacitado para orientar o poder público na busca da consolidação de uma cidade realmente voltada para o bem-estar e para a qualidade de vida.

Que somos capazes de mudar a realidade que vivemos, mas precisamos ser instigados para sairmos da zona de conforto e promover formas mais eficientes de educar para uma cidadania plena e democrática. Nos quadros a seguir exibiremos os fragmentos das falas dos alunos apresentando as suas propostas por região e por escola.

Quadro 7– Segurança e Palestras Multidisciplinares

SUL

Colégio Estadual Professor Paulo Freire

Construir quadras poliesportivas (convênio entre Prefeitura e Universidades);

- Melhorar o policiamento;

- Promoção de palestras para a comunidade com assuntos como família, educação sexual, drogas e meio ambiente.

"Para melhorar a situação dos jovens, tirá-los da rua, poderia ter uma quadra esportiva para eles não ficarem ociosos, não terão tempo para se drogar ..."

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 155)

Quadro 8 – Ampliar a estrutura Física

Colégio Estadual Albino Feijó Sanches

- Construção de laboratórios e bibliotecas nas escolas;
- Ampliar o estacionamento da escola;
- Construir uma quadra poliesportiva.

"Viabilizar a área desapropriada ao lado da igreja católica do Parque das Indústrias, fazer um centro comunitário e uma quadra poli esportiva... Esta área, ela já esta lá, há seis anos tem uma placa lá. Havia uma placa lá, agora não há mais; dizendo que a área tava disponibilizada para uma escola municipal de primeira a quarta série, nós não temos lá próximo. Só que depois nós procuramos saber se realmente seria feita essa escola e eles disseram que não, que aquilo lá era pra que os ciganos respeitassem, e pra população ali do entorno mesmo não invadir o terreno. E nós não temos centro comunitário, nós não temos como fazer nenhuma atividade comunitária ali porque não temos local..."

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 156)

Quadro 9 – Sinalização Viária, Segurança e Reforma

Colégio Estadual Margarida Lisboa

- Melhorar sinalização devido ao grande fluxo e alta velocidade dos veículos;
- Instalação de lombadas eletrônicas na rotatória da Avenida Duque de Caxias com Avenida Inglaterra; 4
- Inserir policiamento em dias de feira da lua;
- Fiscalizar se é feita a limpeza do local depois da feira da lua;
- Reformar o prédio da escola Margarida Lisboa;
- Cuidar das famílias que moram em fundos de vale;
- Aumentar segurança e policiamento próximo às escolas.

"Nós queríamos que vocês se conscientizassem que a nossa Escola ta em situação muito precária; precisamos dessa reforma. Gostaríamos que todos pudessem nos ajudar, reivindicando essa reforma da nossa Escola.

(...) E ali na Av. Inglaterra, eu não sei se vocês se lembram, foi morto ali dois meninos — Lucas e Amanda — e nós queremos que ali tenha mais sinalização, e mais policiamento perto da Escola, no horário que os alunos entram e no horário que os alunos saem, (...). Então, principalmente ali perto da Escola tinha que ter um PARE assim, sabe? Por que não tem. É, e outra coisa também, que não foi citada, foi o acidente da Ana Carolina da nossa Escola. Ela teve um traumatismo craniano após ser atropelada na Av. Inglaterra. E graças a Deus hoje ela já ta recuperada, tudo, voltou a estudar, mas isso foi uma coisa que alertou a gente, porque depois da morte do Lucas e da Amanda ainda teve esse atropelamento, então nós ficamos assim meio preocupados com isso. Nós gostaríamos que isso fosse resolvido. Então nós agradecemos a todos, e espero que vocês se conscientizem disso, e que as nossas propostas sejam... efetivadas, né? Que após esse tempo, a gente veja as nossas propostas sendo realizadas".

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 156)

Quadro 10 – Revitalização dos fundos de vale e saúde

Escola Municipal Joaquim Vicente de Castro

- Revitalizar a pedreira;
- Revitalizar áreas de lazer nos fundos de vale e nas matas próximas ao Conjunto Aníbal Cabral;
- Asfaltar as chácaras São Miguel e saída para o Conjunto Jamile Dequech;
- Construir Escola Oficina / Viva Vida;
- Viabilizar uma lotérica no bairro;
- Instalar postos de saúde 24 horas com diversos especialistas e medicamentos.

"Precisamos de professores para dar aulas de 5º à 8° série, à noite. Não temos condições de irmos estudar em outras escolas, muita gente vai parar de estudar na 4° série por falta de oportunidade.".

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 157)

Quadro 11 – Efetivação da Agenda 21

OESTE

Colégio Estadual Doutor Gabriel Carneiro Martins

- Conscientização da comunidade sobre a importância da conservação e preservação do vale do Córrego do Rubi, por meio da mídia;

- Cobrança das autoridades competentes para o cumprimento da Agenda 21 local;
- Revitalização do Vale do Rubi, com manutenção periódica e segurança;
- Atuação da Secretaria Municipal de Ação Social (SMAS) para solucionar a questão dos moradores da área de fundo de vale.

"[...] a nascente do córrego do Rubi está a céu aberto. Logo todo o lixo e o chorume vai parar dentro dela...".

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 159)

Quadro 12 – Revitalização do Lago Cabrinha

NORTE

Colégio Estadual Olympia de Morais Tormenta

Revitalização do Lago Cabrinha com mais área de lazer, segurança, iluminação e pista de caminhada;

- Revitalização da mata ciliar do Lago Cabrinha;
- Limpeza do Lago Cabrinha;
- Melhorar o parquinho e a quadra de esporte;
- Manutenção de bueiros;
- Proposta para o lago Cabrinha. Denuncia de poluição, roubo de fiação, melhoramento dos equipamentos de lazer (playground) quadra de esporte.

"[...] A melhoria no parquinho... Futuramente quem sabe eu vou com meus filhos lá, com meu irmão pra lá, meu irmão vai balançar no balanço: "bum", o balanço cai e quebra. Podia ser melhorado, o balanço só ta com uma parte do lado. Na outra já ta quebrado. Também, quando chove, a terra que foi tirada do Cabrinha, quando chove ela desce pra rodovia, desce pras ruas, entope bueiro, fica um lamaçal na rua, carro não consegue passar, quem passa de bicicleta se suja tudo, é perigoso cair, fica um sabão a pista... É água de lava rápido que tem bastante lá, eles não tem saída de esgoto, o que que acontece? Desce pro Cabrinha...]."

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 163)

Quadro 13 – Segurança e Revitalização dos fundos de vale

Colégio Estadual Padre Wistremundo Roberto Perez Garcia

- Equipar e instrumentar os postos de saúde já existentes (equipamentos, médicos

especialistas, remédios e atendimento 24 horas);

- Aumentar o efetivo policial incumbido das rondas no bairro;
- Podar as árvores que atrapalham a iluminação pública;
- Roçar e limpar os terrenos vazios;

- Colocar semáforo ou guarda de trânsito na rotatória da avenida Winston Churchil;
- Aproveitar os espaços vazios do bairro para transformá-los em espaços de lazer, construindo pistas de caminhada, pistas de skate, quadras poliesportivas e parques;
- Disponibilizar profissionais para acompanhamento das atividades esportivas e atividades culturais como teatro, oficina de música, dança, atividades lúdicas em geral; revitalizar o Ribeirão Lindóia.

Fonte: IPPUL, Leitura Comunitária (2008, p. 164)

O relatório da leitura comunitário do PDJP, possui muitos fragmentos da participação dos alunos e as defesas das suas propostas que não caberiam neste trabalho, mas as falas/propostas apresentadas demonstram que participação das crianças, adolescentes e jovens nas questões sobre o planejamento urbano da cidade, pode e deve extrapolar as salas de aula, levá-los a pensar no que se pode fazer para termos uma cidade mais justa e solidária, todos somos construtores e temos o direito de manifestar as opiniões sobre o que melhor para o bem coletivo, a escola, o bairro.

A partir dessa experiência é possível acreditar que a educação é importante para tirarmos as pessoas deste estado de letargia, sobretudo e além que o papel da geografia para dar este *start,* sobre a ação do indivíduo no espaço de vivência, onde cria as relações afetivas com este lugar e vêem a possibilidade de mudar a sua realidade.

O contexto do planejamento urbano deve se tornar uma discussão mais aberta, acessível à população para efetivar a sua participação nas decisões de melhorias, implantação de projetos, ou seja, nas diretrizes da política de desenvolvimento urbano e municipal, acima de tudo que atenda as necessidades das pessoas nos requisitos mais básicos como saúde, educação, moradia digna, transporte coletivo, emprego, segurança, proteção ambiental, cultura e lazer. Estes

itens implantados mudarão a qualidade de vida das pessoas efetivamente, dando a eles s sensação de pertencimento àquele lugar.

O resultado do Plano Diretor Jovem Participativo levou para as escolas a possibilidade de trabalhar sobre planejamento urbano, bem como a participação dos jovens no processo de discussão, que tiveram a oportunidade de observar profundamente o seu bairro detectando os problemas e buscando soluções conjuntas para atender as necessidades da população, mobilizou mais de oitenta estabelecimentos de ensino da rede municipal, estadual e particular e visou transformar-se em uma metodologia de construção participativa, cidadã e democrática. No próximo tópico realizaremos uma análise da efetivação do Plano Diretor Jovem de Londrina.

3.3 Considerações da Participação dos Jovens no PDJPL

Propomos uma análise sobre a participação dos estudantes e professores na discussão do Plano Diretor Jovem Participativo do Município de Londrina, principalmente se atendeu aos princípios promulgados no Estatuto da Cidade (2001) e o processo educativo contribuiu para estas participações de uma forma interdisciplinar.

Mediante análise do relatório da Leitura Comunitária elaborado pela equipe técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), verificamos que a participação dos estudantes do município atendeu ao objetivo principal que permeia a participação, ficou evidenciado que eles tiveram a oportunidade de manifestação sobre o processo de planejamento urbano da cidade bem como ao planejamento rural, muitas vezes inexistente que atendesse a toda população, que de alguma forma disponibilizasse toda gama de equipamentos e infraestrutura técnica e social a todos os bairros e localidades municipais.

A formalização do projeto nas esferas da educação municipal, estadual e particular facilitou o envolvimento dos educadores das várias etapas de ensino, nas disciplinas do currículo básico como também oportunizou o trabalho como os temas transversais. Eles puderam coordenar os trabalhos em suas escolas dentro dos seus horários de aula e dessa forma os temas puderam ser escolhidos juntamente com os seus alunos, que tiveram a autonomia para definir os temas de suas pesquisas. Observamos a seguinte participação: 145 escolas no total, assim distribuídas 80

municipais, 63 estaduais e 2 particulares; do total 15 estaduais e 4 municipais participaram de todas as etapas do projeto as demais participaram de 1 ou mais etapas.

O perfil dos participantes na conferência foi assim analisado: 211 alunos no total, destes 123 responderam ao questionário elaborado pela equipe técnica e estavam distribuídos da seguinte forma 60 morava na região sul, 27 na região norte, 18 na região oeste, 7 na zona rural, 6 na região leste e 5 na região central. As condições de moradia mais comum era a própria, alugada e cedida esta última mais comum na zona rural.

Cada escola participante fez apresentações dos trabalhados realizados e sistematizaram as propostas de todas as turmas envolvidas, ainda no âmbito escolar eles fizeram trabalhos de campo, no bairro para detectar os problemas que a população enfrentava diariamente, os temas eram relevantes e variados por que traziam consigo a esperança de ver solucionada a falta de médicos nas unidades de saúde, adequação das calçadas para atender crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, fundo de vales que precisavam ser cuidados, iluminação pública em muitas ruas inexistentes, falta de transporte coletivo ou atendimento deficiente nos horários de pico, falta de cobertura nos pontos de ônibus, em fim uma gama de problemas que eles vivenciavam, mas não tinha a noção que eles poderiam ter um canal com poder público por meio da participação na discussão do Plano Diretor a fim de ter a perspectiva de solucionar essas demandas. Para Santos (1993, p.5),

> O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.

Os alunos tiveram momentos para refletir sobre a cidade, o seu espaço de vida, o lugar onde as suas relações afetivas acontecem e perceber que faziam parte deste lugar, então porque não ter um bairro mais agradável para se viver e puderam trocar ideias com os seus colegas na escola. Na conferência municipal o espaço era dedicado a troca de experiências, muitas propostas convergiam e eram iguais em vários lugares da cidade, então perceberam que muitas necessidades eram semelhantes e poderia compor um projeto municipal que atendesse a demanda da

população, respeitando as especificidades de cada região e/ou lugar. Esse momento vivido pelos alunos foi fundamental para o crescimento emocional e critico aspecto tratado por Boaventura (2007, p. 58)

> Há uma dimensão emocional no conhecimento que costumamos trabalhar muito mal, e então devemos ver o que distingue as duas correntes de nossa vida, tanto nas sociedades como nos indivíduos: a corrente fria e a corrente quente. Todos temos as duas: a corrente fria é a consciência dos obstáculos; a corrente quente é a vontade de ultrapassá-los.

Podemos afirmar que na aplicação, no desenvolvimento e no envolvimento do público alvo no projeto foi atingido pela corrente quente, conseguimos ultrapassar os conceitos sobre planejamento urbano e plano diretor além da sala, colocando professores e alunos para pensar na cidade que temos e na cidade que queremos, isto é tão forte e emocionante que nos leva a não desistir dos sonhos, pois foi possível tornar os alunos autônomos e críticos ao mesmo tempo. O projeto apresentado nas escolas do município de Londrina tinha como diretriz,

> Estabelece como diretriz a concepção de que a participação política na escola deve proporcionar a construção de conhecimento e, consequentemente, uma aprendizagem significativa para os alunos. O trabalho deve ser norteado como elemento gerador da interdisciplinaridade, o que contribui muito para o processo de ensino-aprendizagem. Além do desenvolvimento do projeto pedagógico, esse projeto propõe a inclusão da comunidade escolar na discussão do Plano Diretor Participativo de Londrina.

Nas questões gerais sobre saneamento básico a avaliação deles era atendida de forma eficiente, menos na área rural que não tinha coleta de lixo, e os resíduos produzidos na sua maioria eram queimados ou enterrados.

Eles achavam importante a participação porque era a forma de ser ouvidos, talvez a única maneira de se posicionar diante do poder econômico vigente, e esta foi a primeira experiência participativa, apesar dos conflitos travados para definir o que seria melhor para a comunidade. Descobriram ao longo das atividades realizadas que não trocariam seus locais de moradia e sentiam-se felizes nos seus bairros de origem, mas alguns locais nesses bairros precisavam de melhorias principalmente a implantação de espaços para o desenvolvimento de atividades comunitárias, pratica de esportes, lazer e cultura.

> [...] Acreditamos que, na medida em quer este conflitos for melhor e mais claramente discutido, poderá ficar mais fácil a construção de caminhos alternativos na direção de uma visão de mundo (urbano) que associe olhares parceiros e cúmplices, onde especialistas e leigos possam produzir, juntos, qualidades para um mesmo mundo: o plural e desafiador mundo urbanos para nós. (NYGAARD, 2005, p. 18)

Nygaard (2005) afirma a existência conflitos quando se elabora os planos diretores, mas eles podem ser superados quando há um diálogo esclarecedor entre as partes envolvidas: técnicos e população, aspirando um mesmo objetivo de ter uma cidade ordenada territorialmente por todos e atenda a necessidades de cada bairro ou da zona rural, procurando sempre um desenvolvimento sustentável, humano, social e econômico.

Convergiam na questão que os espaços ociosos eram uma preocupação para todos porque geravam insegurança e o poder público poderia implantar nesses locais projetos que atendesse principalmente os anseios das crianças, adolescentes e jovens, que necessitavam de um lugar para praticar algum tipo de esporte.

Os alunos da zona rural também explicitaram os problemas enfrentados por eles principalmente a mobilidade, que em dias de chuva não podiam ir à escola porque as estradas rurais estavam sem manutenção e o transporte escolar não chegava as propriedades, também a falta de médicos nas unidades de saúde, o comercio incipiente e precisam vir a cidade para adquirir bens e serviços.

As propostas apresentadas na conferência foram divididas em eixos temáticos, os alunos participantes demonstraram maturidade ao apresentar cada escola, no geral pediam: cuidado com as praças, revitalização dos fundos de vales, quadras poliesportivas, campo de futebol, convênios que proporcionassem estágios ou o primeiro emprego, capacitação profissional para alunos e professores, melhoria da mobilidade urbana e rural, rever a permissão de bares no entorno das escolas, construção de postos de saúde e melhor o atendimento nos existentes, ampliação e construção de escolas, instalarem equipamentos públicos para atender a demanda da população, melhorar o transporte público e ampliar o atendimento para zona rural, levantaram questões sobre segurança, turismo, coleta de lixo comum e reciclável, iluminação pública, habitação e criar uma cidade justa para as futuras gerações.

Estas propostas se delinearam a partir de um projeto escolar e atingiu dimensões municipais já que o Plano Diretor é um instrumento da política urbana no Brasil, Nygaard (2005, p. 25) “O tradicional plano diretor pode ser considerado como o instrumento mais completo que o Estado já teve à sua disposição para interferir na organização e no controle do espaço urbano”. Mas neste caso específico o trabalho realizado com os alunos não teve nada de tradicional e sim foi inovador, como preconiza o Estatuto da Cidade (2001), quando legitima a participação popular como principal elemento para a sua aprovação.

Sob esta perspectiva destacamos o papel fundamental da sociedade na formulação de questões de abordem a sua opinião e vontade, remetendo à noção de soberania popular, neste caso específico a participação dos alunos demonstrou um conhecimento inovador e efetivo no processo educativo e participativo.

Analisamos que o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas precisam ser legítimas, por meio da liberdade para se expressar cada aluno (a) teve a oportunidade de dizer para todos os presentes quais eram os principais problemas que afetavam o seu bairro, o entorno da sua escola e o que precisava para resolver aquela situação, todos falaram e ouviram as demandas e necessidades, puderam juntos dialogar sobre as possíveis resoluções, soluções que atendessem suas causas imediatas.

> Não estamos tentando criar um pensamento de vanguarda; o que estamos fazendo é compreender o mundo e transformá-lo junto com os movimentos e associações que compartilham essa paixão conosco. É uma paixão, uma emoção, uma corrente quente que tem de ser introduzida na racionalidade ocidental. Por isso não se pode avançar muito se prática não avança. (BOAVENTURA, 2007, P. 60)

Reconhecemos que o objetivo em levar alunos a participar de uma discussão técnica sobre planejamento urbano e plano diretor foi alcançada, a partir do empenho de todos os envolvidos.

A participação é um direito que muitos não sabem que têm, não se reconhecem cidadãos, o projeto do Plano Diretor Jovem trouxe uma luz aos alunos que perceberam o poder que emana das suas decisões, ter conhecimento é fundamental para o crescimento humano, social, cultural, aqui não somente conhecimento formal mas inclusive informal, que consolida a mudança e empodera as pessoas, os alunos se sentiram empoderados.

Foram capazes de proposituras para melhorar a qualidade de vida do seu bairro, buscaram informações, fizeram levantamentos e no final apresentaram suas esperanças, seus dilemas e sonhos em busca de um mundo que caiba todas as pessoas.

O debate foi amplo e muito organizado, houve momentos para manifestações culturais como apresentação de teatro, circo, músicas, mas nada mudou o rumo do objeto da conferência que era a participação efetiva dos alunos do município na elaboração de propostas para compor o Plano Diretor.

Eles analisaram que o plano não era um instrumento que atenderia as necessidades pontuais, mas elas poderiam fazer parte de um planejamento macro que provavelmente ser atendidas num médio ou longo prazo. As demandas pontuais deveriam ser cobradas diretamente do poder público por meio das associações de bairros, os conselhos locais de saúde, suas necessidades educacionais através da efetivação do grêmio estudantil.

Nesse contexto, as análises das propostas apresentadas na Conferência do Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina (PDJPL) foram contempladas na Lei Geral do Plano Diretor nº 10.637 de 24 de dezembro de 2008. Verificamos que as propostas elencadas pelos alunos debatidas e formalizadas na Primeira Conferência do Plano Diretor Jovem juntamente com as apresentadas no Plano Adulto fazem parte da Lei Geral, em vários artigos e incisos agrupam os desejos da população destacaremos alguns:

> Art. 6º - II. o desenvolvimento econômico, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território, como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;
> III. a gestão democrática do Município, de forma a incentivar a participação popular como instrumento de construção da cidadania e meio legítimo de manifestação das aspirações coletivas.
> Art. 9º - I. no que se refere à promoção humana e qualidade de vida da população: a. universalizar o acesso ao ensino fundamental, erradicar o analfabetismo e elevar o nível de escolaridade da população; b. combater as causas da pobreza e reduzir as desigualdades sociais; c. garantir à população assistência integral à saúde; d. garantir a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais, e proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico; e e. garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana.
> III. no que se refere ao ordenamento do território: a. racionalizar o uso da infra-estrutura instalada, em particular, a referente ao sistema viário e transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;

> IV. e. apoiar e estimular a organização e atuação dos conselhos municipais, zelando pela representação democrática dos vários segmentos da sociedade civil e da Administração Pública, bem como estimular a sua ação integrada.
> Art. 11. É objetivo da promoção humana e qualidade de vida combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando o acesso aos bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação. (IPPUL, 2008, p. 3-4)

Salientamos a importância deste projeto que foi sem dúvida alguma um marco nas questões sobre a participação popular na elaboração do Plano Diretor, foi inovador e a primeira experiência realizada no Brasil com alunos das escolas de um município, uniu o processo ensino como disseminador de experiências únicas que voltadas para a comunidade convergiam em um ambiente melhor para se viver, que cada pessoa tem seu o papel para propor um planejamento urbano que atenda as necessidades de todos os cidadãos.

> [...] O que precisa ser esclarecido é que, não sendo um “tudo ou nada”, avanços e retrocessos deverão ser avaliados pelo que representam em termos de ganho ou perda de autonomia em “sentido fraco” (referente a instituições específicas, à conquista ou a perda de determinados direitos por parte da maioria da população etc.), sem que se perca de vista a meta que é a autonomia em “sentido forte” (corresponde ao projeto de uma sociedade basicamente autônoma). (SOUZA, 2008, p. 189)

Todos nós temos direito a cidade, é preciso unir forças para fomentar a organização das pessoas a fim de legitimar a forma de participação no processo de revisão do Plano Diretor, tornando a cidade um lugar melhor para viver, que seja solidária, acolhedora onde os princípios da igualdade respeitem a diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários estudos têm sido feitos acerca da problemática urbana especialmente ligada a elaboração e/ou revisão de Planos Diretores, neste caso analisamos o papel do poder público na disseminação do processo que ocorreu em Londrina, pois inúmeras são as especificidades que se enfocam nesses estudos.

Compreender os problemas ligados a democratização das informações e a importância da população na revisão do Plano Diretor implicam em saber que muitas verbas estaduais e federais deixarão de ser recebidas pelo município caso a efetiva participação não tenha ocorrido seguindo os preceitos do Estatuto da Cidade.

Dessa forma, precisamos compreender que a cidade é para as pessoas e, portanto elas devem participar do processo de ocupação dos espaços, de maneira que a qualidade da infraestrutura já instalada esteja a disposição de todos.

É importante ressaltar que Londrina teve leis que regulamentassem o uso do solo urbano desde 1938 e 1963-1969 foi elaborado o seu primeiro plano diretor no governo de José Hosken de Novaes, que estabelecia diretrizes para o desenvolvimento da área urbana do município, delimitando as áreas comerciais, industriais e residenciais. Então desde este período já havia uma preocupação com as ocupações das áreas urbanas, mas claro não havia ainda a participação da população no processo de discussão, este era um trabalho realizado no gabinete/escritório, por arquitetos e engenheiros.

Em 1977-1982, o plano de desenvolvimento urbano é apresentado demonstrando um diagnóstico da situação da cidade, em 1979 o trabalho foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal de Londrina, a população ainda não participava do processo de elaboração dos planos, mas tinha-se um avanço o trabalho foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que tinha a visão da cidade sobre vários aspectos: históricos, geográficos, sociais.

Dessa forma, vemos que numa sociedade dividida em classes o espaço também será produzido de forma diferenciada, para atender determinadas parcelas da população.

Explicamos essa realidade, mediante alguns pressupostos da teoria do espaço de Lefebvre (1991), o qual afirma que o aspecto mais importante da análise do espaço é a sua natureza multifacetada. O autor diz que este não deve ser reduzido à localização ou às relações sociais de posse da propriedade, ou ainda, ser

reduzido à mera força de produção, considerando que é por meio do e no espaço que a sociedade se reproduz.

Nesse sentido, a participação popular na revisão do plano diretor e extremamente necessária, pois ela indicará os problemas enfrentados diariamente e pode apontar soluções mais eficientes do que os técnicos que ficam dentro do escritório, pois não percebem as reais dificuldades enfrentadas pela população.

Percebemos, portanto, que as relações sociais que ocorrem no espaço urbano são contraditórias; consequentemente, um estudo específico sobre a participação popular na revisão do plano diretor do município se dará por meio da questão da produção social do espaço, principalmente porque a maioria dos problemas sociais existentes é produto da forma de como o espaço é apropriado, considerando ainda que a análise não possa acontecer sem o contexto histórico e geográfico.

Assim, o processo de segregação/exclusão se intensifica cada vez mais na cidade, fruto de um processo de urbanização espoliativo, em que grande parte da população fica destituída dos benefícios urbanos, tendo que se dirigir a lugares com pouca ou nenhuma infraestrutura para garantirem sua moradia, sendo obrigadas a se instalarem em áreas periféricas dentro do espaço urbano.

Nesse contexto, entendemos que o Estatuto da Cidade, para inibir a especulação imobiliária e garantir a todos o acesso a uma cidade que cumpra a função social da propriedade, pois proporciona ao poder municipal instituir os instrumentos de políticas urbanas para realizar os princípios da função social da propriedade e da cidade. Pode criar condições institucionais para que os municípios possam planejar sua infraestrutura física de forma a possibilitar que o uso e ocupação do solo sejam compatíveis com as condições existentes. Considera os aspectos socioambientais permitindo a inclusão social e a sustentabilidade.

No caso específico desta investigação nosso foco foi discutir a questão da efetiva participação popular na revisão do Plano Diretor Jovem Participativo do Município de Londrina, mediante a análise dos documentos disponibilizados pela prefeitura e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina e como a escola pode efetivar a participação dos jovens nas questões do planejamento da cidade, ainda como o ensino multidisciplinar desenvolveu trabalhos sobre a participação cidadã e a elaboração do Plano Diretor como temática abordada dentro

no currículo da educação básica, considerando as especificidades de cada região do município de Londrina.

Verificamos que o tema proposto para o projeto foi incluído no contexto pedagógico escolar daquele momento, mas como não teve continuidade à criação da cultura de planejamento e gestão participativa no município, ficou esquecida nas escolas e deixou de incentivar a construção permanente de conhecimentos, decisões e propostas coletivas por meio da observação da realidade urbano-rural e ambiental local, que propiciava um pleno exercício de cidadania.

O trabalho realizado pela equipe técnica municipal teve a função de elencar e incorporar as propostas das conferências e transcrevê-las na forma da lei, elas fazem parte dos objetivos e diretrizes, ou foram incluídas nas políticas públicas definas para cada secretaria municipal e deveriam ser colocadas em prática durante a vigência do Plano Diretor, prazo de 10 anos a partir da sua aprovação.

Sabemos, no entanto que nem todas as políticas foram desenvolvidas e aplicadas neste período de 2008 a 2017, porque não fizeram parte dos planos de governos das gestões anteriores, o que deixa a população desacreditada em relação a sua participação efetiva, pois apesar do envolvimento sentem que as suas necessidades não são atendidas e os problemas urbanos locais ficam sem solução.

Apesar disso, neste período, as secretarias municipais debateram nas conferências setoriais os problemas enfrentados pela população no município ampliando a participação. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina em 2013, conduziu a conferência municipal da cidade com o objetivo de criar o Conselho Municipal da Cidade, conselho gestor da política e do planejamento urbano da cidade e mesmo sendo realizada de forma democrática atendendo a legislação ainda não foi implantado.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre a participação popular e democratização das informações sobre Plano Diretor e Planejamento Urbano/Rural, o Plano Diretor Jovem foi um modelo de participação efetiva capaz de direcionar a vontade da população estudantil a lutar por uma cidade mais justa para todos, ganhando assim autonomia para decidir quais seriam as propostas que melhor representavam a sua comunidade.

Destacamos que a participação popular somente será efetiva quando as pessoas se tornarem livres, emancipados e conscientes do seu papel na sociedade, todos têm direitos e deveres e, portanto é preciso apresentar para o poder público as

suas necessidades, seus desejos para uma cidade mais acolhedora, com qualidade de vida.

Torna-se crítico passa primeiramente pelos bancos escolares e cabe ao educador mostrar os conjuntos de saberes, não só o ler e escrever, mas principalmente o vivenciar o seu espaço, o seu lugar ao mundo, é aprender a ler a realidade, debater sobre os problemas sociais, humanos e urbanos, precisamos de um lugar para viver, e este espaço tem que ser bonito, agradável, com qualidade ambiental, com equipamentos de lazer, transporte, seguro e solidário.

Vivenciamos nesta experiência que os jovens quando são instigados, vão além do que planejamos para as aulas, então os professores das várias áreas do conhecimento precisam ir além da sala, dar oportunidade para conhecer os lugares onde vivem os seus alunos, investigar, pesquisar e permitir a participação deles tanto no âmbito da escola, quanto da cidade. É fazer um planejamento que avança sobre os temas urbanos e propor melhorias, sugestões e críticas, atuando-nos vários momentos das discussões sobre e da cidade, trazer o debate de maneira a tornar os alunos livres para pensar, decidir e cobrar para ter de fato direito à cidade.

Precisamos levar as crianças, os adolescentes e os jovens a pensar a cidade, isto não é tarefa fácil, porque primeiro eles precisam sentir-se parte daquele lugar, então é necessário criar a sensação de pertencimento, e este foi o grande diferencial para executar o projeto Plano Diretor Jovem Participativo de Londrina. Saber o que cada um pensa, vê e vive no seu bairro enriqueceu os debates realizados em sala de aula pelos professores envolvidos, foi possível constatar o que eles sabem sobre planejamento urbano, talvez não como conceito pronto, mas com a vivência diária, principalmente na falta dele, pois as dificuldades encontradas para se locomover, ir para escola, trabalhar, ter acesso a saúde, são cotidianas e dificultam o exercício da sua cidadania.

Esta pesquisa nos proporcionou uma visão diferenciada sobre a participação dos alunos do município de Londrina, porque eles mostraram que conhecem os problemas urbanos existentes tanto na cidade como na zona rural e foram capazes de transpor uma barreira elaborando propostas que fizeram parte de uma lei e que possibilitou que cada um exerce de fato a sua cidadania com liberdade e autonomia.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, W. **Educação e Emancipação.** 6ª reimpressão, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. **Potencialidae do Planejamento Participativo no Brasil.** Revista Soc.&Nat, Uberlândia, 25 (2): 239-254, mai/ago/2013.

BASTOS, N. S. M. **A moradia possível.** Sociedade e território, Natal, v. 15, n..1, p.81-106, jul./dez. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo:** guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília. CONFEA, 2005.

_____. Cadernos Mcidades/Desenvolvimento Urbano – **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano 1**. Ministério das Cidades. Brasília, 2004.

_____. Constituição do Brasil. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 14/02/2018

_____. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.** 2ª ed. Atual. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2002.

_____. **Estatuto da Cidade**. Brasília. 2001. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11140271/artigo-42-da-lei-n-10257-de-10-de-julho-de-2001, acesso em 04/11/2017

_____. **Planejamento Territorial Urbano e Política Fundiária**. Ministério das Cidades. Brasília, 2004.

BOAVENTURA, de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

CARLOS, Ana Fani. **Ensaios de geografia contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2001.

CASTROGIOVANNI. Antonio Carlos (Org). **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/AGB, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade:** Ensaios sobre o Ensino de Geografia para uma Vida Urbana Cotidiana. Campinas: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **Educação como Prática da Libertade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984.

_____. Na Escola que fazemos... Uma reflexão interdisciplinar em educação popular. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HARVEY, David. **A Justiça Social e da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor:** um documento para discussão. Londrina: IPPUL, 1998.

_____. Plano Diretor Participativo – Histórico. **Relatório da Leitura Comunitária.** Londrina: IPPUL, 2007. Disponivel em http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/plano-diretor-participativo-2008.html

_____. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. Plano Diretor – Um Documento para Discussão 98. Londrina, 1998.Documento original da Biblioteca do IPPUL.

_____. Leis Históricas . Disponível em : http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/leis_historicas/pdu_1979_1a17.pdf. acesso em 04/11/2017

_____. Secretaria de Planejamento. **Plano de Desenvolvimento Urbano – Londrina – Situação 79.** Londrina, 1979. Documento original da Biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento.

MARONDOLA JUNIOR, E. “Riscos ambientais e custos de urbanização – pressupostos teórico-metodológicos”. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade no Brasil) industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARTÍNEZ, E. N. Esbozos para una pedagogía urbana pertinente a los desarrollos educativos en las ciudades. **Polis – Revista de la Universidad Bolivariana,** Santiago, vol. 7, nº 20, p.73-86, 2008.

MINHOTO, Antonio Celso Baeta (Org). **Constituição, Minorias e Inclusão Social.** São Paulo: Rideel, 2009

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos Diretores de Cidades:** discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da Cidade, para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, **João Telmo de. A participação popular no planejamento urbano**: A experiência do plano diretor de Porto Alegre. Tese de doutorado. Porto Alegre. UFRGS, 2009.

Planejamento Territorial e Plano Diretor Participativo**: Implementado *o Estatuto da Cidade.*** **Disponível em** <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=472&Itemid=0> , acesso em 17 abr.2007

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 2ed. São Paulo: Nobel, 1993 – Coleção Espaço.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp. 2006.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, W. R. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 5 – 14, jan./jun. 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo. Brasiliense, 1977.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo urbanização**. São Paulo. Contexto, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade:** uma introdução a critica o planejamento e gestão dos espaços urbanos. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A Prisão e a Ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

NAVARRO, Vanessa. Progresso colocou Londrina entre as primeiras do País. Disponível em: http://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/progresso-colocou-londrina-entre-as-primeiras-do-pais-508993.html. acesso em 04/11/2017

ANEXO

Anexo 1 - Cartilha do Plano Diretor Jovem Participativo na Educação

PLANO DIRETOR
JOVEM PARTICIPATIVO NA EDUCAÇÃO
Município de Londrina

prefeitura de londrina
Londrina
governo do cidadão

PLANO DIRETOR
JOVEM PARTICIPATIVO NA EDUCAÇÃO
Município de Londrina

Introdução

Ser cidadão e cidadã é comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do País, é usufruir dos benefícios produzidos pela coletividade e ainda contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos visando uma sociedade soberana, digna, justa, solidária e livre. Esses valores e essas atitudes precisam ser apreendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola.

É necessário que os alunos aprendam a usar o diálogo nas mais diferentes situações para que expressem as situações locais reais através das suas experiências, desenvolvendo a sua capacidade analítica e valores sociais e éticos, tornando-se ativo na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Para ajudar na formação do aluno cidadão propomos o Projeto Plano Diretor Jovem Participativo que tem como objetivo geral: Introduzir no contexto pedagógico escolar a criação da cultura de planejamento e gestão participativa no município incentivando a construção permanente de conhecimentos, decisões e propostas coletivas, propiciando o pleno exercício de cidadania.

Para atingir estes objetivos é necessário iniciar pelo conhecimento do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Participativo.

Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 – está organizado em cinco partes: a primeira apresenta as diretrizes do Estatuto. Estas são as metas gerais que as cidades devem perseguir. Envolvem todas as esferas do poder público (municipal, estadual e federal).

A segunda detalha os instrumentos da Política Urbana para se realizar os princípios da função social da propriedade e da cidade. Cria condições institucionais para que os municípios possam planejar sua infra-estrutura física de forma a possibilitar que o uso e ocupação do solo sejam compatíveis com as condições existentes. Leva ainda em consideração os aspectos sócio-ambientais, permitindo a inclusão social e a sustentabilidade.

A terceira apresenta o Plano Diretor, enfatizando seu papel como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O PROJETO
"PLANO DIRETOR JOVEM PARTICIPATIVO"
ENCONTRA-SE DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SITE:
www.londrina.pr.gov.br

Autarquias e Empresas
IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
Plano Diretor

Responsáveis pelo Projeto
"Plano Diretor Participativo na Educação"

- Geógrafa - Elisabeth Aparecida Alves
- Pedagoga - Patrícia Campana de Castro Favaro
- Estagiário Geografia – Bruno Salviano Silveira
- Estagiária Ciências Sociais – Lílian de Oliveira Gasperotto

Responsáveis pelo Plano Diretor Participativo de Londrina

- Luiz Penteado Figueira de Mello
  DIRETOR PRESIDENTE
- Arquiteto - Gilson Jacob Bergoc
  DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO
  COORDENADOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Dúvidas e Sugestões através do e-mail:
planodiretor.educacao@londrina.pr.gov.br
ou pelos telefones: (43) 3372-4710 Betinha.
(43) 3372-4707 Patrícia.

A justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização é um princípio da lei e reafirma a obrigatoriedade do poder público em agir em prol do interesse coletivo, ou seja, é a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhorias realizada pelo poder público.

Na busca da justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização existe outro importante princípio do Estatuto que é a recuperação da valorização imobiliária decorrentes dos investimentos públicos em infra-estrutura social e física que vinham sendo apropriados privadamente por parcela privilegiada da população.

Outro princípio do Estatuto é a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e fruição dos bens de diferentes segmentos sociais. Cabe lembrar que este princípio se integra aos artigos da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

As atribuições do poder público municipal foram expandidos após a promulgação da Constituição Federal. Após a regulamentação do capítulo da Política Urbana do Estatuto da Cidade as possibilidades para o município se ampliam e se consolidam.

O Estatuto da Cidade garante o direito a cidades sustentáveis, ou seja, direito de todos os habitantes da nossa cidade à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, não só para as gerações atuais, como também para as futuras.

Plano Diretor Participativo de Londrina

O que é Plano Diretor?

É definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município, deve definir a função social da cidade e da propriedade.

É um instrumento de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, visa garantir a todos os cidadãos um lugar adequado para morar, trabalhar e viver. Abrange aspectos relacionados à habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, trânsito seguro, geração de trabalho, emprego e renda, lazer, saúde e educação.

a cidade, calcada em eixos de quatro tipos: vias arteriais, vias coletoras, vias locais e anel de integração.

Objetivos da lei:

- Elaboração de projetos para sinalização, pretendendo a eliminação de pontos críticos;
- Elaboração de projetos para melhorar condições de segurança de pedestres, especialmente portadores de deficiência;
- Ampliação de zonas de estacionamento rotativos na área central;
- Criação de equipe permanente de pesquisadores, com o objetivo de manutenção do Banco de Dados atualizados;
- Adequação das vias existentes para o desempenho de funções hierárquicas do sistema viário;
- Provisionar capacidade para acompanhamento do desenvolvimento das atividades econômicas e se adaptar às necessidades de deslocamento dentro do município;
- Promover a estruturação hierárquica do sistema viário da cidade.

decisões e propostas coletivas também é um exercício de cidadania.

O Plano Diretor Participativo deve ser inserido nas diversas disciplinas a partir das realidades sócio-territoriais locais. É preciso ler a cidade, ou seja, identificar e entender a situação do município (áreas urbana e rural), buscando olhares diversos sobre uma mesma realidade. problemas e tendências de cada local seja na escola, no bairro, na comunidade, na cidade.

Comparando dados e informações sócio-econômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura, pretende-se revelar a diversidade, desigualdades, problemas e tendências de cada local seja na escola, no bairro, na comunidade, na cidade.

Discutir os principais problemas, conflitos, potencialidades, sob ponto de vista dos diversos segmentos sociais, permite que as propostas conduzam a decisões conscientes e esclarecidas, para que se possa defendê-las e aplicá-las, transformando-as em projetos e ações concretas.

O Plano Diretor se divide em seis eixos temáticos:

- Sustentabilidade para o desenvolvimento urbano, rural e regional;
- Gestão democrática da cidade e do território;
- Código de obras e de posturas;
- Infra-estrutura de saneamento, energia, comunicação e sistema viário, transporte e mobilidade;
- Legislação urbanística e ambiental;
- Equipamentos sociais: públicos, comunitários e habitação de interesse social.

Plano Diretor Jovem Participativo

O projeto contempla a transposição didática, compreendendo as diferentes áreas de conhecimento relevantes para aprendizagem do aluno. Pretende assegurar formas diversificadas e metodologias diferenciadas que promovam discussão, reflexão, análise, argumentação, solução e disseminação da democracia, justiça, solidariedade, dignidade, igualdade, generosidade, cidadania, respeito ao ser humano e ao patrimônio público. Visa aproximar ainda mais a escola, a família e a comunidade para construção coletiva da cidade mais justa, democrática e sustentável.

Todos os parcelamentos que não sejam para fins de exploração agropecuária ou extrativista são considerados para fins urbanos. Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Zona Urbana ou de Expansão Urbana, de acordo com os limites e parâmetros fixados em lei municipal.

Os objetivos da lei sobre o parcelamento do solo para fins urbanos são:

- Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;
- Prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
- Evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para desempenho de atividades urbanas;
- Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

3) Lei 7.484/1998 – Define o perímetro da Zona Urbana e da Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município de Londrina

Zona Urbana compreende as áreas urbanizadas ou em vias de ocupação e as glebas com potencial de urbanização que ainda não sofreram processo regular de parcelamento.

Zona de Expansão Urbana é aquela externa à Zona Urbana onde se prevê ocupação ou implantação de equipamentos e empreendimentos.

Nesta lei são definidos os limites da área urbana do município. A Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município são definidas pelos perímetros descritos e demarcados por limites legais das glebas, acidentes geográficos naturais e artificiais, tal descrição é feita detalhadamente na lei.

4) Lei 7.485/1998 – Dispõe sobre o uso e ocupação do solo na Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana de Londrina

Estabelece parâmetros para uso e ocupação da Zona Urbana e de Expansão Urbana.

Os objetivos desta lei são:

A Função Social da Propriedade

A propriedade urbana cumpre sua função social quando for utilizada para: Habitação, atividades econômicas geradoras de emprego e renda, proteção do meio ambiente e preservação do patrimônio cultural. Tendo como objetivo prevenir o mau uso da propriedade e o uso especulativo de imóveis urbanos.

O proprietário tem a direito de usar e dispor de sua propriedade, como também o direito de tê-la de volta de qualquer pessoa que a possua ou detenha injustamente. O proprietário pode perdê-la nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, bem como se for preciso requisitá-la, em caso de perigo público. E, ainda, pode ser privado de sua propriedade, se o imóvel reivindicado for ocupado por número considerável de pessoas, por mais de cinco anos e estes em grupo ou individualmente realizem obras e serviços considerados pelo juiz, de interesse social e econômico relevante.

A função social da propriedade urbana, somente será cumprida quando a ocupação, o uso e o parcelamento do solo, atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor. Conseqüentemente, para que tenhamos um Plano Diretor que possa ser executado, é necessário que se busque a adequação das normas municipais aos princípios constitucionais. Em específico, a norma que trata da ocupação, uso e parcelamento do solo, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas de expansão urbana.

A propriedade urbana cumpre sua função social quando os interesses coletivos são prevalecentes ao exercício dos direitos a ela inerentes. O Plano Diretor estabelece critérios mínimos para que a propriedade cumpra sua função social.

Revitalização dos Fundos de Vale

A proposta de revitalização dos fundos de vale inclui a recuperação de nascentes, florestamento da mata ciliar e projetos de educação ambiental. Após levantamento das condições físicas e florísticas da área será definida, quando viável, a implantação de equipamentos tais como, construção de quadras poliesportivas, pista de caminhada e ciclismo, play ground, equipamentos para ginástica e anfiteatro. Pretende-se assim criar "corredores verdes" na área urbana, associados a áreas de lazer.

Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem recebe a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências do impacto da atividade econômica o meio ambiente, na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura.

Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente.

O Plano Diretor de 1998

O Plano Diretor constitui-se num conjunto de princípios e regras que orientam a ação dos agentes que produzem e se apropriam do espaço urbano e rural na atualidade.

Isso significa, estabelecer políticas e orientações vinculadas ao processo presente programando decisões futuras no planejamento do município. Incorpora a noção de planejamento integrado, vinculando intervenções e execuções que antes era feita de forma isolada.

Teve por objetivos gerais o compromisso com a promoção de um sistema de planejamento e assumiu as seguintes metas:

- Viabilizar a participação da comunidade no processo de planejamento;
- Promover, junto ao poder público e comunidade a melhoria do padrão de qualidade de vida;

• Resgatar os avanços legais presentes nas Constituições federal e estadual, bem como na Lei Orgânica do Município, sobretudo no que se refere à função social da propriedade;

• Tornar acessíveis e aplicáveis os instrumentos legais criados, permitindo sua efetiva incorporação na estrutura administrativa municipal e sua fácil consulta por parte da comunidade.

Como objetivos específicos tiveram maior relevância os aspectos ambientais, econômicos, sociais, urbanísticos e institucionais.

Neste documento de discussão foram aprovados as leis que compõem o Plano Diretor, que são:

Leis do Plano Diretor de 1998

1) Lei 7.482/1998 – Institui o Plano Diretor do Município de Londrina

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e abrange as funções da vida coletiva em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da comunidade local.

O Plano Diretor estabelece as metas, planos e ações que devem ser atingidos pelo município no prazo de dez anos.

Os objetivos do Plano Diretor são:

- Promover a ordenação dos espaços habitáveis do município;
- Ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes;
- Dar cumprimento à função social da propriedade urbana;
- Promover a integração das políticas setoriais;
- Organizar o espaço, seu uso e ocupação;
- Dar cumprimento às determinações da Lei orgânica do Município de Londrina;

2) Lei 7.483/1998 – Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Londrina

Parcelamento do solo para fins urbanos é a subdivisão de gleba sob forma de loteamento, desdobro ou desmembramento.

O presente projeto envolverá as disciplinas do Currículo básico e também propõe temas transversais.

Disciplinas do Currículo básico: Português, Matemática, Língua Estrangeira, Geografia, História, Biologia, Ciências, Física, Química, Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes/ Educação Artística. Os temas transversais são: Meio Ambiente, Saúde, Ética e Cidadania, trabalho e consumo, sustentabilidade e planejamento.

Propomos, para auxiliar os professores, temas para o desenvolvimento dos planos de aulas que visem à transversalidade e a interdisciplinaridade.

Lembramos que são sugestões e que os temas são livres e os professores podem juntos com os colegas e alunos, sugerir novos temas para aplicação do Projeto Plano Diretor Jovem Participativo.

Vale a pena salientar que toda a estrutura do programa está voltada para a formação docente e discente como objetivo de fortalecer as ações e planos didáticos/pedagógicos articulados à realidade vivenciada pelos alunos, professores e comunidade, a execução do projeto Plano Diretor Jovem Participativo, apoiando e possibilitando aos alunos, alunas e comunidade a construção da ética e da cidadania para produzir a cidade que queremos. Cada um é responsável pelo planejamento e sustentabilidade do ambiente.

Desenvolvimento sustentável é uma construção coletiva! O Plano Diretor Participativo é a ferramenta para esta construção!

A Função Social da Cidade

As funções sociais da cidade compreendem o direito da população à moradia, transporte público, saneamento básico, água potável, serviços de limpeza urbana, drenagem das vias de circulação, energia elétrica, abastecimento de gás, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, segurança, preservação e recuperação do patrimônio ambiental, histórico e cultural.

Os espaços privados da cidade podem ser transformados mediante o uso de instrumentos para o desenvolvimento urbano, visando atender às funções sociais da cidade.

- Ordenar o uso do meio urbano, buscando o desenvolvimento auto-sustentado;
- Adequar à ocupação dos espaços tendo em vista a saúde, a segurança da população e os aspectos do patrimônio ambiental e do acervo cultural;
- Evitar a concentração e a dispersão excessiva da ocupação dos espaços, potencializando o uso da infra-estrutura urbana;
- Tornar possível a política urbana com a função social da propriedade.

Existem quatro categorias de uso: residencial (locais de moradia permanente), apoio residencial (como creches e postos de saúde), uso comercial e de serviços (locais predominantemente destinados aos estabelecimentos comerciais e de serviços) e uso industrial (locais onde predominam as atividades de produção e transformação).

A Zona Urbana e de Expansão Urbana são subdivididas em zonas conforme o uso a que se destinam: Zonas Residenciais, Zonas Comerciais, Zonas Industriais e Zonas Especiais. Zona Especial é aquela destinada à atividade não passível de classificação nas demais zonas, como hospitais, escolas e templos.

Alguns efeitos produzidos no meio ambiente por tais usos geram preocupações:

- Pólo Gerador de Tráfego: local que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos;
- Gerador de Ruído Noturno: estabelecimento de comércio, serviço ou instituição que, pela sua atividade, gera sons ou ruídos no horário compreendido entre 22 horas e 6 horas;
- Gerador de Ruído Diurno: estabelecimento de comércio, serviço ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos no horário das 6 horas às 22 horas;
- Pólo Gerador de Risco: é a atividade que pode representar risco para a vizinhança por explosão, incêndio, envenenamento e congêneres;

5) Lei 7.486/1998 – Estabelece critérios para concepção do Sistema Viário do Distrito Sede do Município de Londrina;

O Plano Diretor tem como Política de Estruturação Viária e de Transporte a criação de uma estruturação viária completa para

É responsável pela organização do crescimento e funcionamento da cidade como um todo, orientador das políticas públicas, compreendendo as áreas urbanas e rurais.

A **educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Constituição Federal no seu Art. 6º diz: "São direitos sociais a **educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Estes direitos sociais se realizam, em grande parte, através da organização adequada dos equipamentos públicos e comunitários e da infra-estrutura física. Deve considerar toda região.

Os Planos Plurianuais (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município devem seguir o Plano Diretor Participativo.

Os Planos Plurianuais (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município devem seguir o Plano Diretor Participativo. (§ 1º Art. 40 – E.C.). É pensado para 10 anos, devendo ser monitorado constantemente, contando inclusive com a participação popular.

Portanto Plano Diretor Participativo é **"a construção coletiva da cidade que queremos"**.

Por que fazer um plano diretor?

Por um lado, para atender a exigência da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade e por outro, para dotar o município dos instrumentos adequados para seu desenvolvimento sustentável.

Quem faz o plano diretor?

Cabe ao IPPUL, em Londrina, a coordenação do processo, mas deve ser construído com a participação efetiva de toda sociedade.

A EDUCAÇÃO, como elemento de formação, pode assegurar a criação da cultura de planejamento no município.

A elaboração do Plano Diretor Participativo como processo pedagógico para a construção permanente de conhecimentos,

Bibliografia Consultada

Prefeitura Municipal de Londrina. IPPUL; Plano Diretor: Documento para discussão. Vol. I e II. Londrina, 1998.

Rolnik, Raquel (Coord.). Brasil. Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. 2 ed; confea, 2005.

Oliveira, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da Cidade; para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

www.cidades.gov.br

A quarta parte trata da Gestão Democrática da Cidade, importante conquista dos movimentos populares, hoje gravadas em Lei. A quinta estabelece através de disposições gerais, possibilidades inovadoras para o aproveitamento de imóveis através de parcerias entre o poder público e o particular e outras condições para a implantação da legislação nos municípios, estabelecendo responsabilidades e meios para punição dos infratores à lei.

O Estatuto é recente, entretanto, veio para possibilitar a revisão de antigas práticas – especulação imobiliária e exclusão social urbana – que dificultam o desenvolvimento urbano sustentável do ponto de vista humano, econômico, político, ambiental e comunitário. O Estatuto possibilita a participação efetiva da comunidade, garantindo a todos o direito à Cidade e à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

Os princípios básicos que norteiam as ações do poder público na regulamentação das exigências constitucionais, para garantir o bem-estar da população, se iniciam com a *função social da cidade e da propriedade urbana*. Ao mesmo tempo em que garante o direito à propriedade, estabelece que todas devem atender sua função social, assegurando, dessa forma que o poder público atenda as necessidades de todos os cidadãos quanto à habitação e conseqüentemente potencialize o desenvolvimento das atividades econômicas produtivas.

A Gestão Democrática da cidade garante a participação popular nas decisões de interesse público, inclusive em todas as etapas de construção do Plano Diretor através de órgãos colegiados, debates, audiências e consultas públicas, conferências e iniciativa popular de projetos de lei e de planos e programas e projetos de desenvolvimento urbano. Vincula o Plano Diretor com a execução orçamentária do município e ainda obriga a inclusão de participação popular e de associações representativas nos órgãos gestores das regiões metropolitanas.